



RELATÓRIO ANUAL 2007



UHE Corumbá III



Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente da Diretoria Executiva

Principais Números

Perfil do Grupo

Mapa de Atuação

Governança Corporativa

Composição da Administração

Contexto Macroeconômico e do Setor Elétrico

Estratégia de Negócios

Desempenho de Mercado e Operacional

Desempenho Econômico-Financeiro

Investimentos

Novos Negócios

Gestão Socioambiental

Gestão de Pessoas

Gestão Social

Gestão Ambiental

Empresas Controladas

Coelba

Celpe

Cosern

Itapebi

Termope

Afluenta

NC Energia

Baguari I

Goiás Sul

Geração CIII

Perspectivas para 2008

Demonstrações Financeiras

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Em 2007 foi registrado um lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão, cerca de 34% acima do realizado em 2006. O EBITDA (a geração operacional de caixa) de R\$ 2,6 bilhões registrou um crescimento de aproximadamente 19% quando comparado ao ano anterior.

As vendas das três distribuidoras do Grupo, Coelba, Celpe e Cosern, foram de 22.967 GWh, apresentando um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior. A receita operacional bruta alcançou R\$ 9 bilhões e registrou incremento de 9,8% em relação a 2006.



No plano operacional, vale ressaltar a boa performance do Índice de Perdas das distribuidoras, com destaque para a CELPE que apresentou redução pelo terceiro ano consecutivo. O desempenho da arrecadação evoluiu positivamente, em decorrência do sucesso das diversas ações implementadas pelas distribuidoras.

A Neoenergia encerrou 2007 com R\$ 2,4 bilhões de dívida líquida frente aos R\$ 3,2 bilhões de 2006, refletindo assim a excelente gestão do caixa.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R\$ 1,2 bilhão de investimentos, com a participação dos Governos Federal e Estaduais no montante de R\$ 435,3 milhões. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição, construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores. A CELPE foi classificada como o maior investidor privado no Estado de Pernambuco e a distribuidora do Nordeste que mais se aproxima da universalização dos serviços de fornecimento de energia elétrica para todas as camadas da população. Em 2007, as distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN acumularam 320.299 novas ligações dentro do Programa Luz para Todos, reafirmando o comprometimento do Grupo com a inclusão social.

Em termos de investimentos em geração de energia elétrica, a Neoenergia adquiriu autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, atualmente denominada BAHIA PCH I, localizada no Rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. Orçada em R\$ 130 milhões, a usina terá capacidade de geração de 25 MW e sua entrada em operação está prevista para 2009.

Também destacou-se em 2007 o início das obras de construção de seis usinas hidrelétricas do Grupo – UHE Baguari, em Minas Gerais, UHE Dardanelos, no Mato Grosso, e as PCHs Goiandira e Nova Aurora, em Goiás, e Pedra do Garrafão e Pirapetinga, entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

A Neoenergia deliberou a distribuição de R\$ 445,6 milhões em dividendos a seus acionistas, tendo desembolsado o total de R\$ 499 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio durante o ano de 2007.

São por estes resultados que a Neoenergia, mais uma vez, reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e Governos Municipais, Estadual e Federal.

Renato Sobral Pires Chaves

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente da Diretoria Executiva

É com renovada satisfação que anunciamos que a Neoenergia alcançou em 2007 o resultado histórico de um lucro recorde de R\$ 1,3 bilhão, que consolida o trabalho realizado pelas equipes de nossas empresas na direção da excelência e da sustentabilidade do negócio. Somos hoje um Grupo respeitado no mercado, com atuação em toda a cadeia de produção da energia elétrica e competitividade para o crescimento.

Nosso compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental foi confirmada em 2007 com a adesão das empresas do Grupo aos princípios do Pacto Global Pacto lançado pelas Nações Unidas (ONU). O reconhecimento dos nossos investimentos sociais recebe o apoio de importantes parceiros nacionais e internacionais, destacando-se entre estes a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A parceria deu ao Grupo Neoenergia o privilégio de receber em seu Centro de Eficiência Energética criado na Bahia pela Coelba a visita da Secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice.

Todos esses acontecimentos são provas de que o Grupo está no caminho certo e nos motiva a seguir investindo na melhoria dos nossos serviços, no desenvolvimento de nossos colaboradores e no desenvolvimento do País.



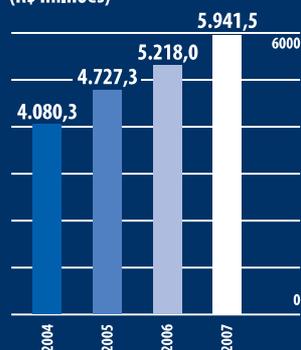
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

DIRETOR - PRESIDENTE DA NEOENERGIA

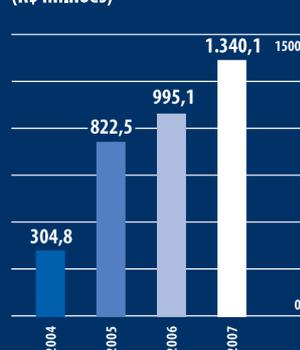


Principais Números

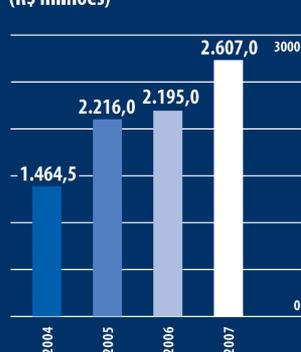
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
(R\$ milhões)



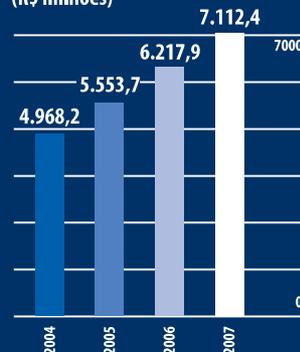
LUCRO LÍQUIDO
(R\$ milhões)



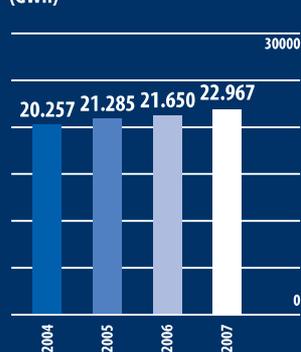
EBITDA
(R\$ milhões)



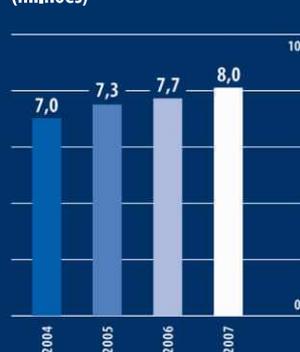
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(R\$ milhões)



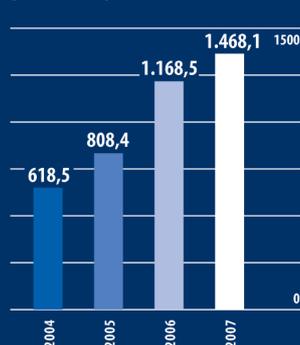
ENERGIA DISTRIBUÍDA
(GWh)



CLIENTES
(milhões)



INVESTIMENTOS
(R\$ milhões)



Perfil do Grupo

O Grupo Neoenergia é o terceiro maior investidor privado do setor elétrico brasileiro, atuando em toda a cadeia de produção de energia elétrica, com negócios nas áreas de distribuição, geração, transmissão e comercialização.

O Grupo é liderado pela holding Neoenergia, que tem como acionistas, desde 1997, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ (49%), o Grupo Iberdrola (39%), da Espanha, e o Banco do Brasil Investimentos – BBI (12%).

No segmento de distribuição de energia, é o maior do país em número de clientes e líder na Região Nordeste, atendendo a 8 milhões de clientes nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com um consumo total faturado em 2007 de 22.967 GWh.

No segmento de geração de energia, possui capacidade instalada de 1 gigawatt (GW) com a operação de usinas hidrelétricas e termelétricas nos estados da Bahia e Pernambuco e investe na ampliação de mais 450 MW com um dos maiores programas de construção de novas usinas do País. Constrói, diretamente ou em consórcios com participação majoritária, dez novas usinas e pequenas centrais hidrelétricas em outros cinco estados brasileiros – Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Também possui participação minoritária na termelétrica Termoaçú, controlada pela Petrobrás, que entra em operação este ano.

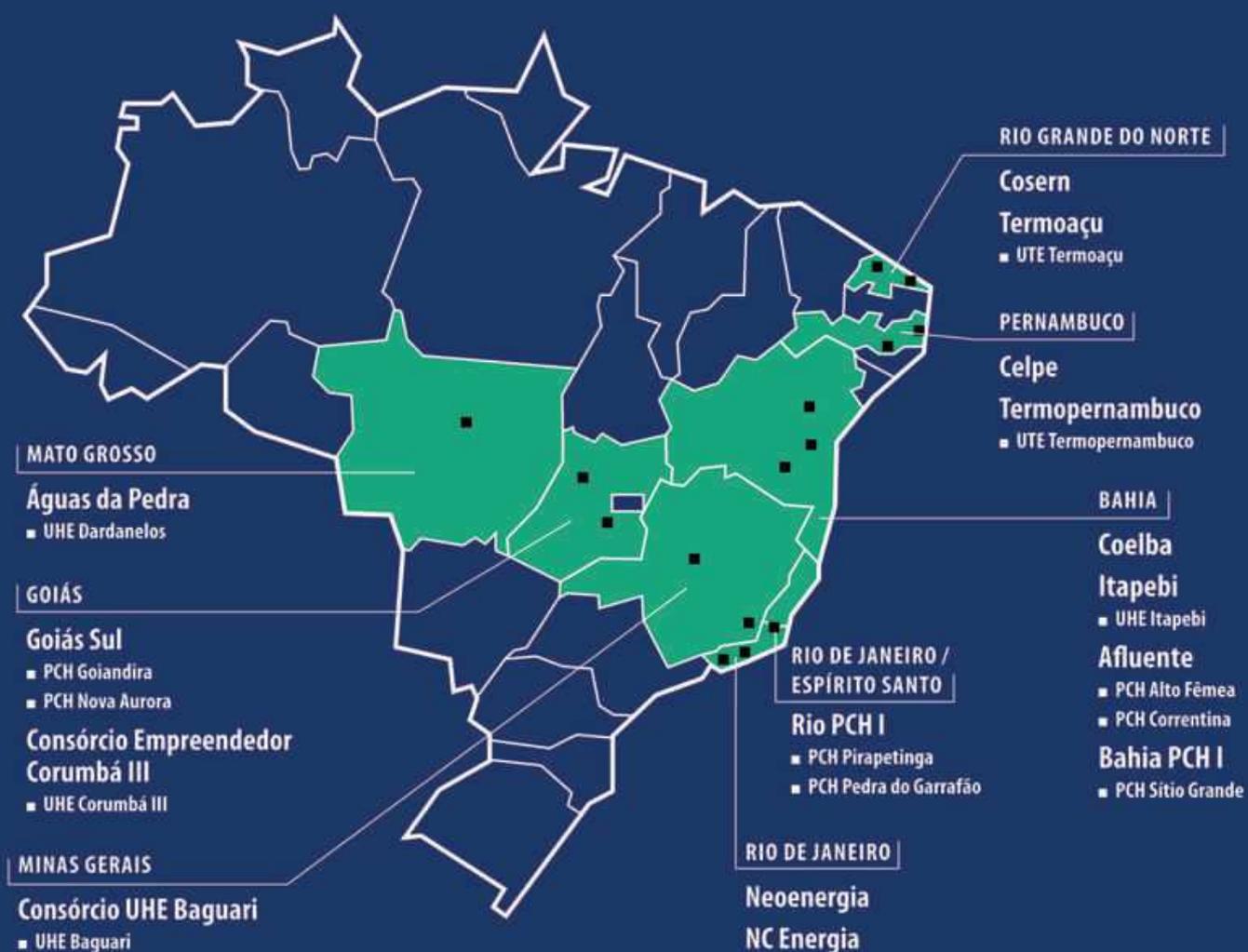
Suas empresas controladas são reguladas pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia. As distribuidoras Coelba, Celpe e Cosern, e as geradoras Itapebi, Termopernambuco e Afluente são companhias abertas, por exigência dos seus contratos de concessão firmados com a Aneel ou pela necessidade de captação de recursos via mercado de capitais.

Para dar este salto, o Grupo que já opera usinas hidrelétricas e termelétricas localizadas nos estados da Bahia e de Pernambuco realiza um dos maiores programas de novas usinas do País. Está construindo, diretamente ou em consórcios, dez novas usinas e pequenas centrais hidrelétricas em outros quatro estados brasileiros – Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso.

Com oito milhões de clientes nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e um consumo total faturado de 22.967 GW, o Grupo é o maior do Brasil em número de clientes e líder no Nordeste.



Mapa de Atuação



MISSÃO

Ser um grupo de referência em energia.
Buscamos o constante compromisso com a rentabilidade, qualidade, segurança, ética e responsabilidade socioambiental, de forma a contribuir com o desenvolvimento do país.

VISÃO

Estar entre os 40 maiores grupos econômicos do país até 2011.

VALORES

Foco em resultado
Espírito de equipe
Conhecimento e comunicação
Iniciativa e proatividade

Governança Corporativa

A política de Governança Corporativa adotada pelo Grupo Neoenergia tem como pilares a transparência e a equidade e se baseia nas diretrizes do Acordo de Acionistas da Companhia firmado desde 2005, que estabeleceu a constituição de comitês responsáveis por áreas estratégicas que atuam como fóruns de discussão para subsidiar as decisões do Conselho de Administração.

A estrutura de governança tem como principal característica o modelo de gestão matricial, com a presença de Diretores Executivos nas diretorias das empresas controladas e do Diretor Presidente nos Conselhos de Administração das empresas controladas. O modelo permitiu ao Grupo o alinhamento das estratégias, a unificação dos processos e a obtenção de ganhos de escala.

ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA

1 – Reunião Prévia – Órgão de deliberação que ocorre antes de qualquer reunião de Conselho e Assembléia Geral da Companhia para definir o modo pelo qual o voto será exercido por seus representantes indicados no Conselho. É formado pelos representantes dos acionistas.

2 – Conselho de Administração – Órgão de deliberação colegiado que deve fornecer o direcionamento estratégico, fixar as políticas, atuar de forma a proteger o patrimônio da Companhia, assegurar o cumprimento do objeto social e orientar a Diretoria a maximizar o valor da empresa. É a instância máxima da administração do Grupo, composto por 10 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas para mandato de 1 ano.

3 – Diretoria Executiva – Representa a Companhia e deverá atuar de forma a prover os demais órgãos com informações completas, fidedignas, bem fundamentadas e tempestivas, sempre com o objetivo de atender aos legítimos interesses da Companhia, tendo metas anuais a cumprir, determinadas pelo Conselho de Administração.

4 – Conselho Fiscal – Sua atuação auxilia a governabilidade da Companhia e seu funcionamento ocorrerá nos exercícios sociais em que for instalado. Garante o exercício do direito dos acionistas de fiscalizar a gestão dos negócios e sua função fiscalizadora independente é reforçada pela atuação individual dos conselheiros prevista em lei. Composto por 3 membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral dos Acionistas para mandato de 1 ano.

5 – Comitês – São 3 diferentes Comitês sendo: de Auditoria, Financeiro e de Remuneração. Cada um dentro de seu escopo é responsável pelas grandes decisões administrativas do dia-a-dia da empresa, pelo planejamento e acompanhamento de ações estratégicas. Cada Comitê é formado por 03 membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelo Conselho de Administração.

6 – Auditoria Independente – Cabe a ela verificar e julgar as informações e auditar as demonstrações financeiras da Companhia, apresentar à diretoria cartas de recomendações, avaliações de implicações de fraudes e erros relevantes, sempre com cópia para o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além de destinar ao Conselho de Administração cópia de qualquer material enviado à Companhia.

Composição da Administração em 2007

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Sobral Pires Chaves

PRESIDENTE

Fernando Becker Zuazua

Gonzalo Pérez Fernández

Luciana Freitas Rodrigues

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Edimar Rodrigues Abreu

Eduardo Capelastegui Saiz

Francisco Cláudio Duda

Valmir Marques Camilo

Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto de Araújo

PRESIDENTE

Luiz Gustavo Braz Lage

Francesco Gáudio

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

DIRETOR-PRESIDENTE

Paulo Roberto Dutra

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Erik da Costa Breyer

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Carlos Eduardo Gonzales Baldi

DIRETOR DE GERAÇÃO

Roseli Schilagi

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Gonzalo Gómez Alcântara

DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Solange Maria Pinto Ribeiro

DIRETORA DE REGULAÇÃO



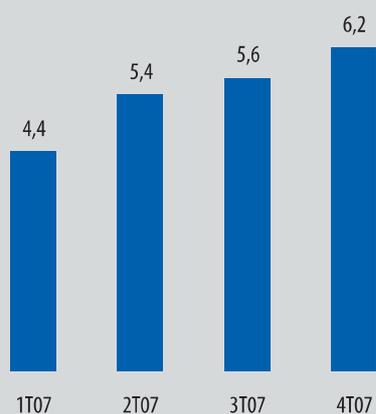
Contexto Macroeconômico e do Setor Elétrico



Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 5,4%, com taxas trimestrais acima de 4%, conforme mostra o Gráfico 1. A taxa de crescimento do PIB em 2007 foi a segunda maior dos últimos sete anos, ficando somente abaixo dos 5,7% registrados em 2004.

GRÁFICO 1

Taxa trimestral de crescimento do PIB em 2007 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)



Nota: Índices trimestrais segundo a nova metodologia de cálculo do PIB
Fonte: IBGE

O crescimento da economia em 2007 refletiu-se no consumo de energia elétrica. No mercado de fornecimento, que não inclui a energia proveniente da autoprodução clássica¹ e a transportada², o consumo nos sistemas interligado e isolados cresceu 5,4% em relação a 2006, passando de 348,3TWh para 367,2TWh. No Sistema Interligado Nacional (SIN), que representou 98% do mercado em 2007, o crescimento foi também de 5,4%, ficando 0,1 p.p. abaixo da taxa de 5,5% utilizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em suas previsões realizadas no início de 2007.

Conforme mostra o **Gráfico 2**, a trajetória do consumo de energia elétrica evoluiu com o crescimento do PIB ao longo do ano, exceto nos meses de junho a agosto. Nesses meses, em decorrência da colheita da safra, o setor agrícola, em que há um baixo consumo de energia elétrica, foi o principal componente do crescimento do PIB.

¹ Corresponde ao consumo de energia elétrica gerada pelo próprio consumidor em unidades que não estão conectadas ao SIN e não são despachadas pelo ONS.

² Corresponde ao consumo da energia produzida em unidades próprias de geração, que estão interconectadas ao SIN, utilizam-se das redes de transmissão, subtransmissão e distribuição e são despachadas pelo ONS.

Em termos regionais, a região Centro-Oeste foi a que apresentou o maior crescimento no consumo de energia, de 6,9%, seguida pelas regiões Nordeste, com 6,8%, Norte, com 5,4%, Sul, com 5,3%, e Sudeste, com 5,0%. Embora exibindo a menor taxa de crescimento, a região Sudeste concentrou 54% do mercado nacional. O estado de São Paulo, que apresenta a maior concentração industrial do país, foi responsável por 31% do consumo global do país e 56% do consumo da região Sudeste.

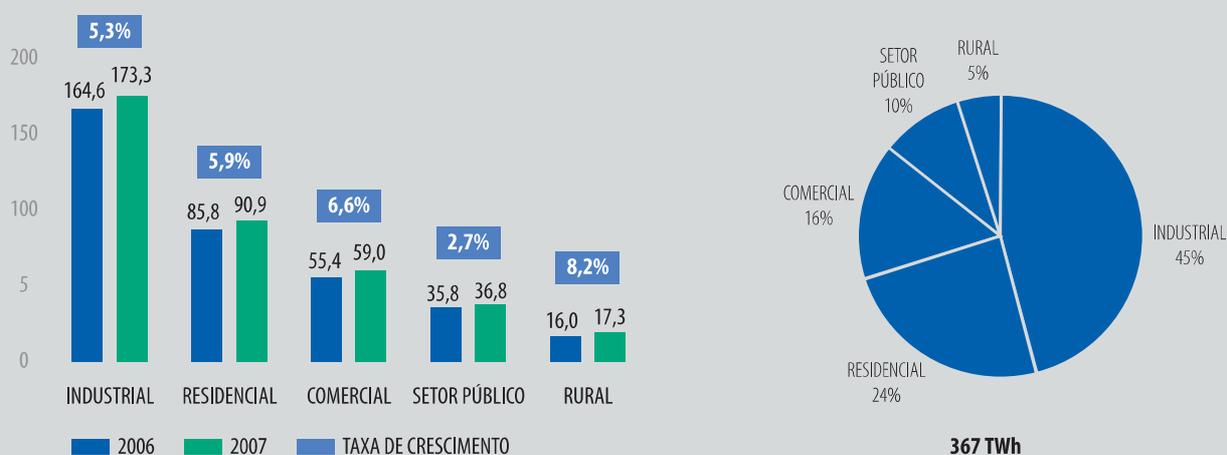
GRÁFICO 2
Consumo mensal de energia elétrica e taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior



Fonte: Boletim de Estatística Mensal, EPE, 2007

Como mostra o , em 2007, a maior taxa de crescimento no consumo se deu na classe rural, seguida pela comercial. Estas duas classes, que representam respectivamente, 5% e 16% do mercado, registraram um crescimento no consumo de 8,2% e 6,6%, respectivamente. As classes residencial, industrial e o setor público, que representam respectivamente 24%, 45% e 10% do consumo total, cresceram 5,9%, 5,3% e 2,7%, respectivamente.

GRÁFICO 3 Consumo Anual de Energia Elétrica por Classe de Consumo



Fonte: Boletim de Estatística Mensal, EPE, 2007

O crescimento do consumo rural reflete a intensificação do uso de sistemas de irrigação e o aumento do número de novas ligações através do Programa Luz para Todos. O bom desempenho da classe comercial em 2007 esteve ligado à abertura de novos pontos comerciais e ao incremento das atividades do setor, destacando-se o aquecimento da atividade varejista, uma maior movimentação nos aeroportos, crescimento do turismo e o maior movimento dos portos com o aumento das importações.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a inclusão de novas unidades contribuiu para o crescimento do consumo de energia elétrica do setor residencial: em 2007, houve um crescimento médio de 3,6% no número de ligações, agregando mais de 1,8 milhões de novas unidades residenciais à rede. Cabe ressaltar também a recuperação, lenta, porém sustentada, do consumo médio residencial, que atingiu 148 kWh/mês em 2007, registrando um aumento de 2,4% em relação aos 144 kWh/mês apresentados em 2006. Contudo, tal patamar de consumo ainda se situa abaixo dos exibidos antes do racionamento de 2001.

Contribuíram para o crescimento do consumo médio residencial a queda na taxa de desemprego, o aumento da massa salarial e a melhoria no rendimento médio real da população. O mês de dezembro de 2007 encerrou com uma taxa de desemprego de 7,4%, sendo este o menor nível mensal da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada em março de 2002. Os dados do IBGE mostram valores de rendimento médio mensal da população em 2007 3,2% acima dos verificados em 2006.

O consumo de energia da classe industrial apresentou crescimento consistente ao longo do ano, acompanhando o bom desempenho da indústria. Segundo o IBGE, a produção industrial brasileira avançou 6,0% em 2007, o melhor resultado desde 2004, que apresentou com 8,3%, e bem acima dos observados em 2005 e 2006, que registraram apenas 3,1% e 2,8%, respectivamente.

Em 2007 caiu o ritmo de migração de consumidores cativos para o mercado livre. O consumo no Ambiente de Contratação Livre (ACL) cresceu 8,0%, passando de 86 TWh em 2006 para 92 TWh em 2007, contra a taxa de 21,2% registrada em 2006. Enquanto isso, o consumo no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) cresceu 4,6%, passando de 263 TWh em 2006 para 275 TWh em 2007. Conforme mostra o **Gráfico 4**, o maior crescimento do consumo do ACL não foi suficiente para alterar significativamente sua participação relativa no mercado de fornecimento, que se manteve em cerca de 25%.

O índice de perdas de energia³ no sistema elétrico nacional encerrou o ano com 16,7% contra os 17,3% registrados em 2006. A redução de 0,6 p.p. é explicada pelos programas das distribuidoras para combater o furto de energia, pelo menor carregamento nos sistemas de interligação regional e pela expansão da rede de transmissão e subtransmissão, que contribuiu para melhorar a distribuição do fluxo de energia pela rede.

Segundo dados do ONS, em 2007, 92,8% do total de 435,7 TWh de carga de energia no SIN foram atendidos pela geração hidráulica, incluindo as importações de Itaipu, 4,3% por usinas termelétricas e 2,8% por usinas nucleares. Em relação a 2006, as participações da geração termelétrica e nuclear caíram 0,5 p.p. e a contribuição da geração hidráulica aumentou 1,0 p.p.. Cabe ainda destacar um crescimento de 145% na geração eólica, com participação inferior a 1% na matriz.

A relação entre a variação do consumo de energia elétrica e a do PIB ficou em torno de 1,0, mantendo uma tendência já apresentada em 2006 de diminuição da intensidade energética do PIB. Contribuíram para isso, o crescimento da participação no PIB de setores com menor consumo de energia, tais como a agropecuária e o setor de serviços que cresceram 17,1% e 11,2%, respectivamente. Por outro lado, o valor agregado da indústria cresceu apenas 4,3%. Com isso, o peso da agropecuária no PIB cresceu de 4,4% para 4,7%, o do setor de serviços aumentou de 55,5% para 56,3%, enquanto a importância da indústria caiu de 25,8% para 24,6%, o que demonstra uma tendência de alinhamento das estruturas energética e econômica brasileiras com a de países desenvolvidos.

GRÁFICO 4
Participação dos Ambientes de Contratação regulada e Livre no Consumo de Energia



³Energia produzida que não chega ao consumidor (perdas técnicas) ou não é faturada pelos agentes vendedores (perdas comerciais).

Desempenho de Mercado e Operacional



DISTRIBUIÇÃO

A energia distribuída pelas três distribuidoras do Grupo Neoenergia totalizou, em 2007, 22.967 GWh, representando um crescimento de 6,08% sobre os 21.650 GWh do ano anterior. A performance refletiu o aquecimento da atividade econômica ocorrida no ano e os investimentos realizados pelas empresas na expansão das suas redes.

Evolução das Vendas (GWh)



O número consolidado de clientes das três distribuidoras cresceu 4,6% de 2006 para 2007, passando de 7.674.970 para 8.030.286, o que significou um incremento de 355.316 novos consumidores ativos.

A classe residencial manteve a liderança em relação às demais, com 86,4% do total de consumidores do Grupo, 49% da demanda em GWh e 39% da receita bruta consolidada.

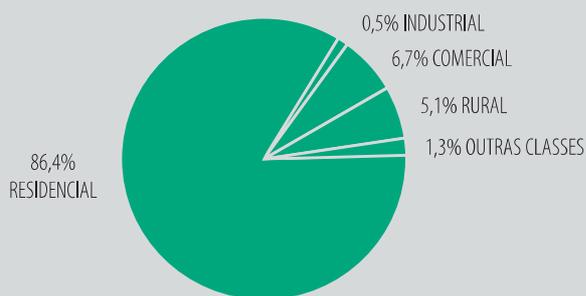


AGENTE CELPE

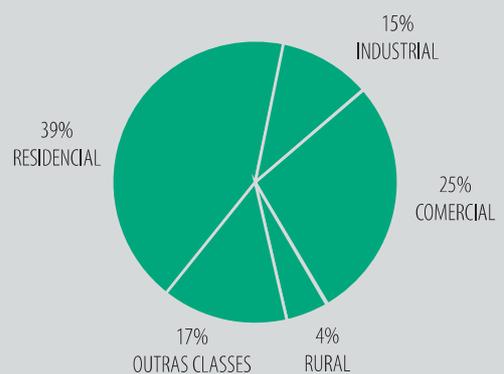
PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES DE CONSUMO Nº DE CONSUMIDORES (MIL)	2007	2006	Varição (%)
RESIDENCIAL	6.936	6.606	5,0
COMERCIAL	541	532	1,7
INDUSTRIAL	38	38	0,0
RURAL	410	398	3,0
OUTROS	105	100	5,0
TOTAL	8.030	7.674	4,6



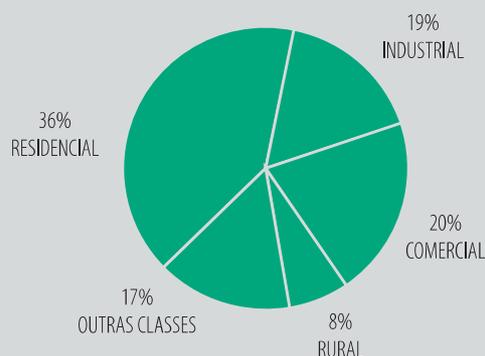
Participação por classe de consumo 2007



Receita Bruta (R\$) - 2007



Volume (GWh) - 2007

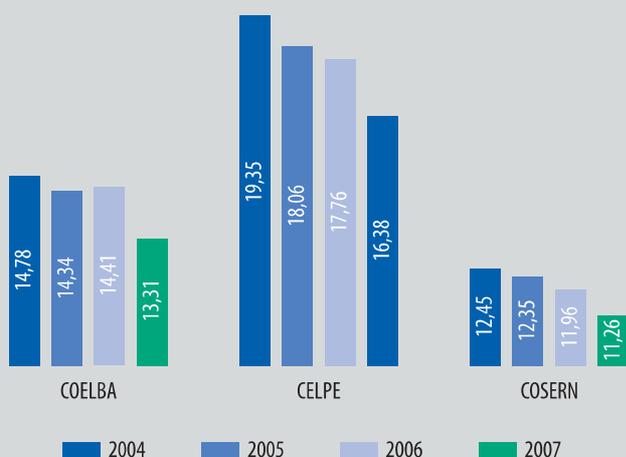




REDUÇÃO DE PERDAS

Em 2007, Coelba, Celpe e Cosern conseguiram reduzir seus índices de perdas, acumulados no período de 12 meses. Para reduzir os índices as distribuidoras realizaram diversas ações de combate às perdas, em operações conjuntas com a Secretaria de Segurança Pública de seus estados através do Grupo Especial de Repressão aos Crimes Contra Administração e Serviço Público do Estado.

Evolução do Índice de Perdas (%)



Em 2007, a Coelba investiu R\$ 85 milhões em ações para combater perdas comerciais e obteve redução do seu índice, de 14,41%, em 2006, para 13,31%. A Celpe também registrou redução de perdas pelo quarto ano consecutivo. Desde 2004 até 2007, o índice de perdas das empresas caiu de 19,35% para 16,38%. O índice de perdas na Cosern ficou em 11,26%, o menor de todas as três distribuidoras do Grupo, representando redução em relação aos 11,96% de 2006.

Entre as ações de combate às perdas implementadas pelas distribuidoras do Grupo, em 2007, estão desde processos rotineiros, como o de medição de energia, inspeções de unidades consumidoras, substituição de medidores danificados ou obsoletos, regularização de ligações clandestinas, atualização do cadastro de iluminação pública e campanhas na mídia. Além disso, vêm sendo adotadas estratégias diferenciadas como:

- O programa Operação Caixa Forte, que consiste na blindagem em medidores e barramentos coletivos, aliados à inspeção periódica, que permite a redução do furto de energia;
- Criação do Grupo de Ação Antiperdas, com o objetivo de regularizar ligações clandestinas nos municípios de Pernambuco e da Bahia;
- Implantação de projeto piloto de Medição Eletrônica em Recife.

As ações de combate às perdas são executadas por meio de um programa que envolve a conscientização das comunidades de baixa renda sobre o uso racional de energia elétrica e a substituição da fiação da rede elétrica nessas localidades.

QUALIDADE NO FORNECIMENTO

Os principais indicadores da qualidade do sistema elétrico – DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das interrupções) – das distribuidoras do Grupo Neoenergia refletiram em 2007 a forte incidência de chuvas ocorridas na região Nordeste durante um período prolongado. Mesmo assim Coelba, Celpe e Cosern mantiveram níveis abaixo da média da Região Nordeste e da média nacional, satisfatórios para as características das áreas de concessão.

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente) Duração Média das Interrupções por cliente/ano - Horas



FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente) Número Médio de Interrupções por cliente/ano - Vezes



As empresas intensificaram no ano ações para enfrentar as interrupções de fornecimento provocadas pelas fortes chuvas, como podas de árvores, limpeza de faixas de servidão, aumento de turmas de prontidão e de viaturas com comunicação via satélite, para tornar mais rápido o atendimento às ocorrências.

De maneira geral, as ações e melhorias implementadas nos serviços prestados aos clientes em 2007 se fazem notar pela redução das reclamações e críticas de consumidores. O total registrado pelas distribuidoras do Grupo passou de 439.436 para 417.113 ocorrências.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento, compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

INADIMPLÊNCIA

No ano de 2007, o Grupo Neoenergia obteve sucesso com as diversas ações de cobranças implementadas pelas distribuidoras, como a ampliação da rede credenciada de arrecadação própria, emissão de cartas de cobrança, cobrança por telefone, cobrança domiciliar, suspensão do fornecimento, acompanhamento de clientes cortados, assessorias de cobrança e negativação no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito e SERASA. Estas ações contribuíram positivamente para o desempenho dos índices de arrecadação.



ARRECADÇÃO

O desempenho da arrecadação da Coelba foi de 99,87% em 2007, resultado principalmente das intensivas campanhas de conscientização da população sobre a importância da pontualidade nos pagamentos e desenvolvimento de soluções facilitadoras de acesso para pagamento das contas de energia pelos clientes.

Atualmente a Coelba disponibiliza para os seus clientes um total de 2.853 locais de pagamento. Os Consumidores contam com uma rede de 1.067 estabelecimentos credenciados Coelba Serviços presentes nos 415 municípios do Estado da Bahia e em mais 115 distritos e povoados.

A fidelização dos consumidores à rede Coelba Serviços representa 62,4% do recebimento da quantidade de faturas arrecadadas, associado ao atendimento comercial através de informação de débitos, emissão de 2ª via de fatura, parcelamento, religação e outros serviços.

A arrecadação da rede Coelba Serviços representou, em 2007, 30% do montante arrecadado. Além da rede própria de arrecadação a Coelba mantém convênios com 16 bancos para arrecadação de faturas, representados por suas agências e correspondentes bancários, num total de 1.786 locais e representam 37,8% do recebimento da quantidade de faturas arrecadadas.

As principais ações que contribuíram para este desempenho foram: direcionamento das ações de cobrança domiciliar; envio dos débitos dos clientes ao SPC; suspensão de fornecimento de energia das unidades consumidoras inadimplentes; ampliação dos locais de pagamento em 12,63%, com o objetivo de oferecer aos seus clientes maior comodidade para efetuar os pagamentos de faturas, além da solicitação de serviços; facilidade do pagamento de faturas de energia utilizando Cartão de Débito.

O índice de arrecadação da Celpe subiu de 97,79% para 99,01% em 2007. Para alcançar este resultado, foram adotadas as ações ativas de cobrança e implantada rede própria de arrecadação, a Celpe Serviços. As ações envolveram várias atividades, tais como o forte trabalho de cadastro, 1,6 milhão de ações de campo e 2 milhões de segundas-vias de avisos enviados aos clientes.

A rede tem como objetivo a expansão dos serviços com a integração das áreas financeira e comercial, contribuindo com a imagem perante o cliente e atendimento às exigências regulatórias, o que possibilitará a presença da Celpe em todos os municípios do Estado de Pernambuco. Encerrou o ano com 93 credenciados, contribuindo com o crescimento do número de locais de recebimento de faturas de energia e proporcionando maior comodidade aos clientes.

Além da implantação da rede própria, a Companhia manteve a estratégia de ampliação da rede arrecadadora, com a manutenção dos contratos com os Bancos e demais agentes arrecadadores e agregação de novos parceiros prestadores de serviços, perfazendo um total de mais de 2.000 pontos de pagamento.

A Celpe firmou contrato com uma nova administradora de cartões, o que lhe permitiu atingir grande parte da população de usuários de cartões de débito/crédito.

O índice de arrecadação da Cosern ficou em 101,00%, contra 100,70% do ano anterior. A performance da arrecadação tem sido determinada positivamente pelo conjunto de ações de cobrança adotadas para redução da inadimplência e aumento da recuperação de créditos, que envolvem a suspensão do fornecimento de energia elétrica, registro dos inadimplentes no SPC e SERASA, emissão de duplicatas mercantis, protesto de promissórias, melhoria do cadastro de clientes e atuação ativa nas esferas judiciais.

ELETRIFICAÇÃO RURAL - LUZ PARA TODOS

Nos investimentos em distribuição, destacaram-se em 2007 as obras do Programa Luz para Todos, destinado a propiciar o atendimento em energia elétrica a parcela da população do meio rural e residencial de baixa renda, que ainda não tem acesso a esse serviço público.

No ano passado, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 88.420 novas ligações, com R\$ 435,3 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse programa. No acumulado, já foram efetuadas 320.299 novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações previstas pelo programa	371.160	268.403	67.837	34.920
Ligações executadas até 2006	231.879	136.266	67.837	27.776
Ligações executadas em 2007	88.420	81.926	-	6.494
Total de Executadas até Dezembro 2007	320.299	218.192	67.837	34.270
Em execução até 31 de Dezembro de 2007	50.660	50.211	-	449



GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

O Grupo Neoenergia encerrou o ano de 2007 com a capacidade instalada de 1 mil megawatts (MW) proveniente da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi, na Bahia; da Usina Termelétrica (UTE) Termopernambuco, em Pernambuco; e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Alto Fêmeas e Correntina, também localizadas na Bahia.

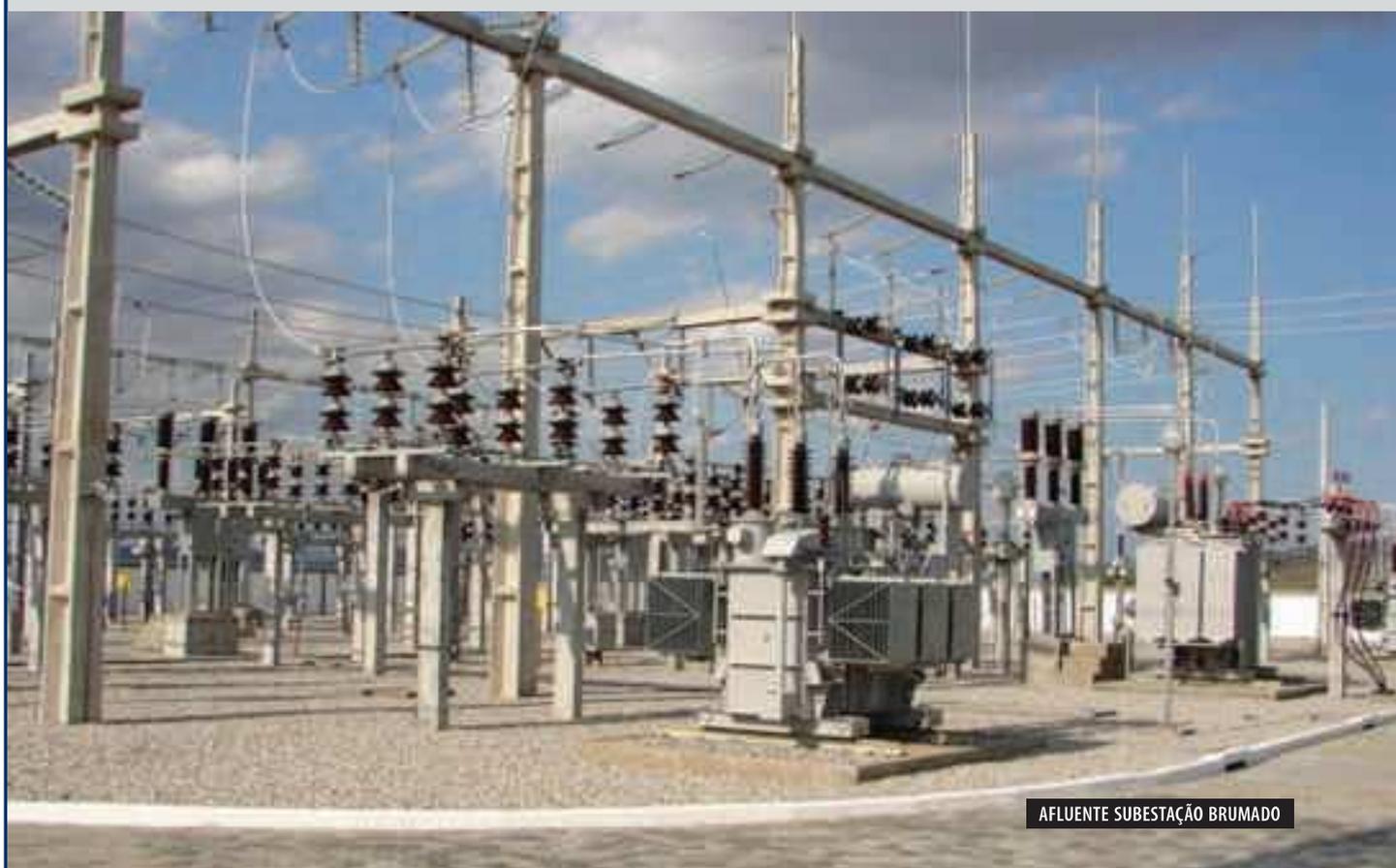
A Afluyente gerou 115.972,78 MWh, que representam 80,39% da energia assegurada. As usinas Correntina e Alto-Fêmeas efetuaram 16.545 e 24.353 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de tempo de 94,43% e 92,66%, respectivamente, e produzindo 13,23 MWh/médios, que dá uma taxa de utilização de potência instalada de 73,96%.

A Afluyente é composta por duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) denominadas Usina de Correntina e Usina de Alto-Fêmeas, ambas localizadas na divisa do estado da Bahia com Goiás. Em agosto de 2007 foi concluída a instalação do Sistema de Medição e Faturamento de Energia nas Usinas de Alto-Fêmeas e Correntina, atendendo assim as exigências do ONS e da CCEE.

Sob a gestão da Afluyente também há ativos de transmissão em rede básica em 230 KV, com potência instalada de 500 MVA nas subestações de Tomba, Funil, Brumado II e Ford, com aproximadamente 300 Km de linha.

Todos os ativos de geração e transmissão da Afluyente estão hoje sendo supervisionados, controlados e comandados através do Centro de Operação instalado na usina de Itapebi. Através do centro de operação da Afluyente são feitas as atividades de pré-operação, tempo real e pós-operação, cujas atividades começaram a partir de 28/12/2007.

A fim de manter o alto grau de confiabilidade dos ativos de transmissão, foi aprovada a celebração de um contrato com empresas especializadas no mercado a fim de prestar serviços de manutenção nas linhas e nas subestações da Afluyente.



AFLUYENTE SUBESTAÇÃO BRUMADO

Desempenho Econômico-Financeiro



APRESENTAÇÃO DA NEOENERGIA NA APIMEC

O Grupo Neoenergia voltou a superar-se, em 2007, quando obteve um resultado ainda mais expressivo do que o de 2006. O lucro líquido consolidado atingiu a marca de R\$ 1,3 bilhão, o maior de sua história, 34,7% acima do que foi alcançado em 2006.

A seqüência de avanços de dois dígitos confirma os acertos da gestão e abre caminho para novos ciclos de expansão sustentada. É fruto, principalmente, do bom desempenho operacional e da melhoria do resultado financeiro do Grupo.

O crescimento de 6,1% do volume total de vendas de energia elétrica das três distribuidoras do Grupo, em relação ao ano anterior, bem como dos reajustes tarifários médios de 5,40%, 2,45% e 5,40%, na Coelba, Celpe e Cosern, respectivamente, a partir de abril de 2007, explicam a receita operacional bruta de R\$ 9 bilhões em 2007, 9,8% maior do que a do ano anterior, de R\$ 8,2 bilhões. Houve, ainda, expansão de 18,8% da receita de disponibilização do sistema de distribuição proporcionado pela migração de consumidores para o mercado livre.

Em 2007, o Grupo alcançou o maior EBITDA de sua história, de R\$ 2,6 bilhões, equivalentes a um aumento de 18,7% sobre os R\$ 2,2 bilhões de 2006. A margem EBITDA, de 43,89%, também superou em 1,8 ponto percentual a do ano anterior.

A excelente gestão do caixa possibilitou reduzir em 24,9% a dívida líquida do Grupo, que encerrou o ano em R\$ 2,4 bilhões, frente aos R\$ 3,2 bilhões do ano anterior. A melhoria do perfil do endividamento foi outra conquista do ano, que terminou com 85,7% da dívida em operações de longo prazo.

O aumento do Patrimônio Líquido, de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 7,1 bilhões, um incremento de 14,4%, bem como o aumento das disponibilidades de caixa, resultaram em melhoria do índice de endividamento líquido, que passou de 34,2% em 2006 para 25,5% em 2007, um recuo de 8,76 pontos percentuais.

RATING CORPORATIVO

O *rating* das principais empresas do Grupo Neoenergia, avaliado pela agência de risco Standard & Poor's, reflete a melhora no perfil financeiro das empresas e a solidez da sua qualidade de crédito, resultantes da implementação das estratégias financeiras e da eficiência operacional do grupo.

	2004	2005	2006	2007	2008
NEOENERGIA Perspectiva		A- Estável	A Positiva	A+ Estável	AA- Estável
COELBA Perspectiva	BBB+ Negativa	A- Estável	A Positivo	A+ Estável	AA- Estável
CELPE Perspectiva		BBB+ Estável	BBB+ Estável	BBB+ Positiva	A+ Estável
COSERN Perspectiva	BBB+ Negativa	A- Estável	A Positiva	A+ Estável	AA- Estável
ITAPEBI* Perspectiva	BBB+		A-	A+ Estável	AA-
TERMOPE** Perspectiva			A-	A Estável	A+

A Standard & Poor's Ratings Services elevou em 23/08/07 de 'brA-' para 'brA+' o rating de crédito corporativo atribuído na Escala Nacional Brasil à Celpe.

A elevação dos ratings da Celpe reflete a melhora substancial no perfil financeiro da empresa ao longo do último semestre, resultado de uma forte recuperação em seus indicadores operacionais e do aumento de sua arrecadação em relação aos montantes faturados, impactando positivamente sua geração de caixa.

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete a expectativa de que a empresa continuará com o seu trabalho de gerenciamento de passivos e melhora de ganhos de eficiência, ao mesmo tempo em que terá uma evolução da sua geração interna de caixa de maneira a apresentar indicadores operacionais satisfatórios e sustentáveis.

Investimentos



O Grupo Neoenergia investiu R\$ 1,5 bilhão em 2007, superando as já elevadas inversões de R\$ 1,2 bilhão realizadas no ano anterior. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e à melhoria na confiabilidade do sistema, resultando em mais eficiência e qualidade nos serviços prestados aos clientes.

Com o montante desembolsado em 2007, o Grupo acumula investimentos no Brasil, desde 1997, de R\$ 13,4 bilhões em termos nominais. Este valor foi destinado a aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital, investimentos em distribuição e geração.

Na geração, foram investidos R\$ 273,4 milhões em 2007 e, na distribuição, R\$ 1,2 bilhão.

Novos Negócios



O Grupo Neoenergia consolidou em 2007 como sua principal estratégia de crescimento os investimentos no mercado de geração, iniciando as obras das novas usinas adquiridas e anunciando novas aquisições no segmento. Os novos projetos vão ampliar a capacidade instalada do Grupo, até 2010, de 1 MW para 1.460 MW.

Foram iniciadas no ano as construções da UHE Baguari, em Minas Gerais, UHE Dardanelos, no Mato Grosso, e as PCHs Goiandira e Nova Aurora, em Goiás, e Pedra do Garrafão e Pirapetinga, entre os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Em 2007, o Grupo Neoenergia adquiriu da Brascan Energética três autorizações para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) – Sítio Grande, Palmeiral e Jatobá – localizadas nos rios Grande e das Fêmeas, no estado da Bahia. A operação ainda está condicionada à aprovação de transferência das autorizações pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

As usinas terão capacidade instalada total de 46,3 megawatts (MW), energia assegurada de 35,3 MW, que será comercializada pelo Grupo Neoenergia no mercado livre. O empreendimento terá investimento total de R\$ 257 milhões, gerando durante sua fase de implantação 700 empregos diretos.

A PCH Sítio Grande, que será construída no Rio das Fêmeas, terá a maior capacidade de geração, 25 MW, e está orçada em R\$ 130 milhões. O projeto já tem Licença de Instalação (LI) e as obras de construção começarão ainda este ano, após a aprovação da ANEEL, com entrada em operação prevista para 2009.

As PCHs Jatobá e Palmeiral, localizadas no Rio Grande, estão em processo de licenciamento ambiental, com programação de início das obras para 2008. A PCH Jatobá terá potência instalada de 11 MW e energia assegurada de 8,06 MW. A potência instalada da PCH Palmeiral será de 10,3 MW e a energia assegurada de 7,60 MW.

Com a aquisição das novas PCHs na Bahia, o Grupo Neoenergia amplia para onze o número de usinas hidrelétricas em projeto e construção, sendo sete PCHs, três UHEs e uma UTE. A capacidade instalada do Grupo atualmente é de 991,2 MW e a participação nos novos projetos agregará mais 442,5 MW.

Dos onze projetos, dez usinas são empreendimentos com participação majoritária do Grupo, sendo o único projeto com participação minoritária a construção da térmica de Termoçu, da Petrobrás, no Rio Grande Norte, que tem entrada em operação prevista para 2008.





Com um lucro líquido de R\$647,4 milhões em 2007, equivalente a um incremento de 19,8% sobre os R\$540,6 milhões registrados em 2006, a Coelba foi uma das locomotivas da expansão do Grupo. Contribuíram para este resultado o crescimento do volume de vendas, de 7,3%, e pelo reajuste tarifário médio de 5,40%, que também levaram ao incremento de 11% na receita operacional bruta, em relação ao ano anterior.

O EBITDA atingiu R\$1,3 bilhão em 2007, o que representa um aumento 22,7% quando comparado ao de 2006. A margem EBITDA, de 43,8%, superou em 2,8 pontos percentuais a do ano anterior.

Para fazer frente aos programas de investimentos, especificamente os de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, a Coelba mantém como estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando obter recursos com custos e prazos aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2007, o BNDES liberou financiamento de R\$159,1 milhões para a Coelba com custo de TJLP + 3,3% a.a. e prazo de 54 meses.

A Companhia resgatou antecipadamente parte da quinta emissão de debêntures, no montante de R\$353,9 milhões, efetuando a sexta emissão no valor correspondente, com prazo de sete anos, carência de três anos e nove amortizações semestrais vencíveis a partir de 1 de dezembro de 2010. Esta emissão tem um custo de CDI + 0,6 % a.a., contra CDI + 1,4% a.a. da quinta emissão.

Ao fim de 2007, a dívida líquida da Coelba totalizou R\$1,1 bilhão, 26,3% abaixo do montante registrado ao fim do exercício anterior.

A Coelba destacou-se como a terceira maior empresa no setor elétrico brasileiro em número de clientes, tendo o total de contratos ativos apresentado um crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior, o que significa um incremento de cerca de 230 mil novos clientes. Ao fim de 2007, a Companhia distribuiu um total de 12.800 GWh, aos seus 4,3 milhões de consumidores, 6,6% além do que foi registrado no ano anterior. Este montante é composto por 11.379 GWh referentes ao mercado cativo, e 1.421 GWh para atendimento ao mercado livre.

O crescimento de 12,8% na receita de fornecimento de energia elétrica para os clientes cativos da Companhia, em relação a 2006, reflete o aumento das vendas de energia em 7,3% e o reajuste tarifário médio de 5,40%. A receita cresceu acima da média na classe residencial, 17,7% quando comparado com 2006. Isso ocorreu devido ao aumento do consumo causado pela forte recuperação de perdas neste segmento e pela influência dos fatores conjunturais como renda, facilidade de crédito, queda de juros e a grande oferta de produtos importados a preços reduzidos.

A energia contratada para atender ao mercado da Coelba em 2007, totalizou 13.814 GWh, o que representa um crescimento de 4,7% em relação a 2006. Foi adquirida a um custo médio acumulado de R\$79,79/MWh, 3,2% acima do realizado no ano anterior que foi de R\$77,33/MWh. Este custo médio não considera os encargos setoriais e de conexão.

Em 2007 a sobra contratual da Coelba foi da ordem de 1,28%, evitando que a empresa incorresse em penalidade por insuficiência de lastro contratual para atendimento ao seu mercado e demonstrando a consistência de sua estrutura de contratação.

Para atender ao compromisso com a qualidade dos serviços e ampliar a eletrificação do Estado da Bahia, em 2007, a Coelba investiu R\$909,1 milhões, superando em 41,3% o valor investido em 2006, sendo esse montante o mais alto da história da Companhia. O foco continuou a ser o “Programa Nacional de Universalização de Acesso e Uso da Energia Elétrica”, para o qual foi destinada a maior parcela dos recursos. Este programa compreende tanto a universalização urbana quanto a rural, esta última denominada de “Programa Luz para Todos”.

Foram aportados cerca de R\$625 milhões da universalização, que permitiram a ligação de mais 321.267 novas unidades consumidoras. Deste total, R\$467,1 milhões foram destinados ao “Programa Luz para Todos”, que possibilitou a ligação de 81.888 novas unidades consumidoras na área rural. Com a universalização de mais 40 municípios baianos em 2007, atingiu-se o total de 57 municípios.

A Coelba investiu cerca de R\$ 102.860, em 2007, em ligações dentro do programa de Universalização Urbana e Rural, não previstas no Programa Luz para Todos, interligando 209.019 (189.080 em 2005) novos consumidores ao seu sistema de distribuição. Até 2007 foram universalizados 57 municípios no Estado da Bahia, equivalente a 70% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 358 para serem universalizados até o ano de 2008.

Os investimentos para atender ao crescimento do mercado de energia foram de R\$70,68 milhões, aplicados na expansão dos sistemas de subtransmissão e distribuição.

Dando continuidade ao projeto de digitalização e automação do sistema elétrico, que visa possibilitar, a partir de um Centro de Operação do Sistema, o telecomando e a telesupervisão de suas subestações e de pontos estratégicos da rede de distribuição, mais de R\$10 milhões foram investidos em 2007. Hoje, das 275 subestações existentes, 152 encontram-se totalmente automatizadas e integradas aos seus respectivos Centros de Operação. Este número corresponde a 84,35% da potência total instalada da Companhia.

A empresa investiu, ainda, R\$3,18 milhões em projetos de pesquisa de interesse específico da empresa, com 51% dos recursos aplicados em instituições/empresas baianas.

Reconhecida como uma das empresas mais atuantes na implementação do Programa de Eficiência Energética, a Coelba destinou a essas iniciativas R\$ 20 milhões entre 2006 e 2007. Um dos destaques é o projeto de doação de refrigeradores eficientes para clientes de baixa renda, com regeneração do gás CFC-R12 e reciclagem do metal, reconhecido pelo Protocolo de Montreal, que concedeu certificação à Coelba pela iniciativa exemplar. A classificação foi certificada pela Secretaria de Ozônio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. A Coelba já doou mais de 15 mil refrigeradores e foram recolhidos 450 kg de gás CFC-R12.



CELPE ELETRICISTAS NORONHA

A Celpe registrou um excepcional incremento do seu lucro líquido, que atingiu R\$ 311,5 milhões em 2007, equivalente a uma expansão de 43,0% sobre o resultado de 2006. Este resultado é atribuído ao crescimento da margem de EBITDA, que atingiu 29,4%, e à redução do déficit no resultado financeiro, de 14,8% para 9,7% e pela melhoria no gerenciamento do custeio.

O EBITDA alcançou R\$ 584,1 milhões, com avanço de 35,8% em relação ao do ano anterior, enquanto a receita operacional líquida evoluiu de R\$ 1,87 bilhão para R\$ 1,99 bilhão, uma elevação de 6,5%.

Ainda no plano financeiro, a segunda emissão de debêntures foi repactuada positivamente, trazendo ganhos no custo de rolagem. Esta renegociação, e as consecutivas reduções da taxa básica de juros efetuadas pelo Banco Central, contribuirão significativamente na geração de efeitos positivos no resultado financeiro, já que tiveram importante papel na redução do custo do serviço da dívida.

Em 2007, o endividamento líquido da Coelba atingiu R\$ 1,1 bilhão. Durante o exercício, a Companhia acessou agências de fomento e organismos multilaterais para financiamento de seu programa de expansão e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, junto a Eletrobrás, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, totalizando o repasse de R\$ 122,9 milhões.

Outra conquista da Celpe, em 2007, foi a melhoria da classificação de crédito corporativo atribuído na Escala Nacional Brasil. A S&P elevou o rating de 'brA-' para 'brA+' da Companhia em agosto, possibilitando melhores condições de rolagem para os títulos da empresa no mercado.

Em 2007 a energia entregue no sistema elétrico da Celpe atingiu a marca anual de 9.140,0 GWh representando um crescimento de 5,78% em relação ao ano anterior. O mercado livre demandou a entrega de 818,5 GWh, equivalentes a 21,36% de expansão frente a 2006. Já o mercado cativo cresceu 4,57% de um ano para o outro, e houve um crescimento da energia circulada no estado de 5,90%.

Em 2007, a energia requisitada pela Celpe correspondeu a 10.196 GWh, enquanto a energia contratada correspondeu a 10.435 GWh, atingindo o lastro contratual em 102,35%, dentro dos limites definidos pela regulação para evitar perdas no repasse. A compra de energia efetivada pela Celpe foi de 10.463 GWh, sendo 28 GWh comprados no CCEE.

A Celpe encerrou o ano de 2007 com 2,8 milhões de clientes ativos e um incremento em relação ao ano anterior de 3%. Para melhor atender a este público, a empresa realizou melhorias na sua rede, investindo R\$ 196,9 milhões durante o ano. Hoje, a Companhia é o maior investidor privado no Estado de Pernambuco e a distribuidora do Nordeste que mais se aproxima da universalização dos serviços de fornecimento de energia elétrica para todas as camadas da população.

Foram realizadas 381 mil ligações no período 2004 a 2007, com investimentos correspondentes de R\$ 392,8 milhões. Como resultado de acordo celebrado entre a Celpe e o Ministério de Minas e Energia, foram realizadas 76 mil ligações do Programa Luz Para Todos, cujos investimentos totalizaram R\$ 274,7 milhões.

Com a implementação dessas ligações de domicílios urbanos e rurais, no período 2004/2007, a Celpe atingiu um índice global de universalização em sua área de concessão de 99,3%, o que a posiciona como primeira distribuidora do Nordeste de grande porte a atingir este patamar.

Em 2007, o investimento da Celpe no Programa de Universalização Urbana e Rural, não abrangido pelo Programa Luz para Todos, totalizou cerca de R\$ 48,8 milhões, interligando 73.980 (229.703 até 2006) novos consumidores ao seu sistema de distribuição.

Até 2007 foram universalizados 76 municípios no estado de Pernambuco, equivalente a 78,4% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 110 municípios para serem universalizados no ano de 2008.

A qualidade dos serviços foi atestada pela diminuição sensível do indicador de reclamações, que caiu 24,8%. A Celpe foi apontada pelos pernambucanos como a melhor prestadora de serviços públicos do estado, conforme pesquisa Vox-Populi. A empresa também foi agraciada com o Prêmio Prata da Qualidade e Gestão, instituído pelo Programa Pernambucano de Qualidade (Propeq).



A Cosern encerrou o ano de 2007 com lucro líquido de R\$ 169,1 milhões, 19,6% acima do que foi registrado em 2006. Este desempenho é resultado de ações bem-sucedidas para a superação de desafios nas áreas comercial, operacional e financeira.

O crescimento do volume de vendas de 7,04% e o reajuste tarifário de 5,51% no ano contribuíram favoravelmente para o crescimento de 12,50% da receita operacional bruta frente ao ano anterior.

O EBITDA, de R\$ 297,8 milhões em 2007, representou um crescimento de 24,50% em relação aos R\$ 239,2 milhões de 2006. Já a margem do EBITDA alcançou 39,72% ante os 37,70% de 2006, marca histórica que garante à COSERN uma geração operacional de caixa adequada às suas necessidades de investimento.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$ 420,8 milhões em dezembro de 2007, ficando 0,33% acima do que foi computado em 2006, de R\$ 419,4 milhões, representando 82,2% do patrimônio líquido.

Em dezembro de 2007, foi realizada a quarta emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, sem garantia, não conversíveis em ação, subordinadas, em série única, no valor de R\$ 163,6 milhões, a serem resgatadas no prazo de vencimento de sete anos a partir da data da emissão e

com custo de CDI + 0,6% ao ano. Estes papéis receberam a classificação "brAA-" da Standard & Poors. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados no resgate antecipado parcial das debêntures da terceira emissão, com o montante principal igual ao da quarta emissão. Com isso, a empresa reduziu o custo e alongou o prazo de sua dívida, sem que o nível de endividamento fosse alterado.

Seguindo a estratégia adotada nos anos anteriores, a Cosern manteve o seu endividamento no longo prazo, reestruturando o seu passivo financeiro por meio da quarta emissão de debêntures, e utilizando para financiar seus planos de investimento.

Atualmente, o endividamento da Companhia está concentrado no longo prazo. No encerramento do exercício, o prazo médio da dívida foi alongado de 3,03 anos em 2006 para 4,01 anos em 2007, com o custo da carteira de passivos onerosos de aproximadamente 96,69% do CDI em 31 de dezembro de 2007.

Para fazer frente aos programas de investimentos, a Cosern manteve a estratégia obter financiamentos de longo prazo com bancos e agências de fomento, visando captar recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. No exercício de 2007, a empresa recebeu, aproximadamente, R\$ 76,3 milhões em financiamentos e subvenções de órgãos como Eletrobrás, Finep e Banco do Nordeste, para serem utilizados, especificamente, em projetos de investimentos na concessão.

Em 2007, a Cosern investiu cerca de R\$ 196.851 no Programa de Universalização Urbana e Rural, (R\$ 142.366 em 2006) interligando 243.471 novos consumidores (181.645 em 2006) ao seu sistema de distribuição. Até 2007 foram universalizados 69 municípios no estado do Rio Grande do Norte, equivalente a 90% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 98 municípios para serem universalizados até o ano de 2008.

O mercado de distribuição de energia da Cosern registrou o montante de 3.993 GWh, representando um crescimento de 7,04% em relação ao ano de 2006. Desse mercado, 85% referem-se ao consumo cativo e 15% do mercado livre.

Ao longo do ano, a Companhia participou de seis leilões de compra de energia, sendo: dois Leilões de Ajuste, para completar o montante de energia contratada para os anos de 2007 e 2008; um Leilão de Energia de Fontes Alternativas e um Leilão de Energia de Novos Empreendimentos (A-3), ambos para completarem o montante de energia contratada para o ano de 2010; um Leilão de Energia de Novos Empreendimentos (A-5) e o Leilão da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, ambos para completarem o montante de energia contratada para o ano de 2012.

Contando com tais compras, a Companhia tem contratada, para o quinquênio 2008 a 2012, a totalidade das necessidades estimadas de energia, para o período, cumprindo, assim, as recomendações legais quanto à previa contratação de energia para lastrear as necessidades de seu mercado.

A Cosern investiu R\$ 88,7 milhões, em 2007, na melhoria dos padrões de qualidade operacional e a capacidade de fornecimento da energia elétrica aos seus clientes. Parte dos recursos foi canalizada para a continuidade do Programa Luz para Todos. Como resultado, continuou a apresentar índices de qualidade técnica em patamares de excelência se comparados aos de empresas de todo o território nacional.

No âmbito do programa de universalização dos serviços de energia elétrica, realizou 26.213 novas ligações, sendo 19.719 no meio urbano e 6.494 na área rural.

O reconhecimento pelo seu desempenho, não apenas em sua área de negócios, como também em sua atuação como uma empresa socialmente responsável, está refletido nos diversos reconhecimentos conquistados em 2007, como, por exemplo, o prêmio FGV de excelência empresarial e o Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia Elétrica.

GERAÇÃO | Itapebi



A Itapebi registrou em 2007 um lucro líquido de R\$ 84 milhões em 2007, o que representou um incremento de 25,10% em comparação ao do ano anterior. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 13,73% da receita bruta — que passou de R\$ 233,5 milhões, em 2006, para R\$ 254,2 milhões em 2007 — proporcionado pelo reajuste do preço da energia elétrica fornecida. O EBITDA evoluiu de R\$ 159,1 milhões para R\$ 182,2 milhões de 2006 para 2007. Em decorrência do incentivo fiscal da ADENE concedido para Itapebi, foi constituída a Reserva de Capital no montante de R\$ 80 milhões até 31 de dezembro de 2007

O capital social da Companhia sofreu uma redução de R\$ 45 milhões em 2007, passando de R\$ 150 milhões para R\$ 105 milhões, representado por 105 milhões de ações, sendo todas ordinárias (ON). Desse total 42,0% pertencem à controladora Neoenergia, 22,6% ao grupo espanhol Iberdrola, 19,0% ao BB — Banco de Investimentos e 16,4% a 521 Participações.

Vale ressaltar que, em janeiro de 2007, a Itapebi registrou a segunda emissão de debêntures, no valor de R\$ 175 milhões, com custo de IGPM + 9,5% a.a.. Esses recursos foram utilizados para pagamento da primeira emissão. O prazo de vencimento é de seis anos contados da data de emissão.

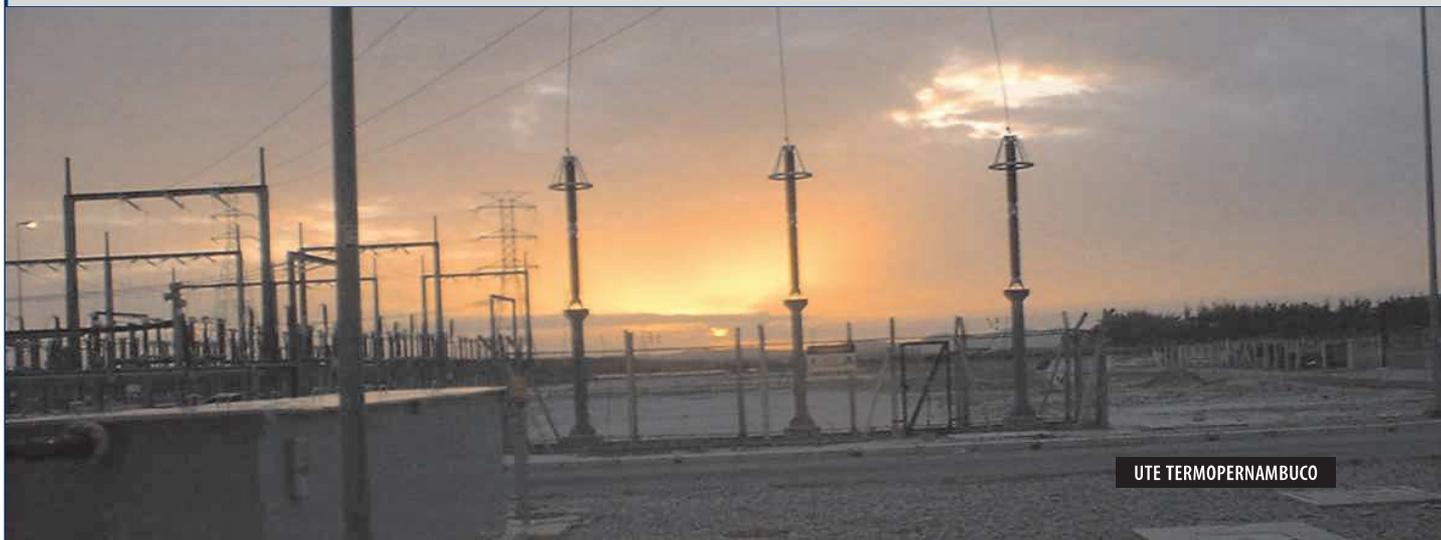
A estratégia adotada para reestruturação do seu passivo financeiro possibilitou a Itapebi acentuada melhoria na composição de sua dívida, com alongamento do prazo e redução dos custos. A empresa possui um financiamento junto ao BNDES, que está sendo amortizado em 114 parcelas mensais e sucessivas com vencimento final em 2013. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 4,25% a.a..

A energia assegurada, que em sua totalidade é vendida à Coelba, é de 214,3 MW, alcançados após a entrada em operação da usina hidrelétrica de Irapé (17,8 MW). Em 2007 foi gerado o montante de 1.499.328 MWh (em 2006 foram 1.178.363 MWh), que representa 79,86 % da energia assegurada. A usina efetuou 12.853 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de aproximadamente 48,90 %, e produzindo 171,15 MWh/ médios.

O índice de disponibilidade acumulado até o final de 2007 foi de 93,65% e, somente no ano, de 97,05%. Já a confiabilidade chegou a de 99,91%.

A diferença entre a energia assegurada e a energia gerada é coberta pelo mecanismo de realocação de energia (MRE), em que participam todos os geradores hidráulicos do país, resultando assim na maximização da utilização dos recursos hídricos.

GERAÇÃO | Termope



A Termopernambuco encerrou o exercício de 2007 com lucro líquido de R\$ 78 milhões, que representaram uma redução de 28,35% frente ao resultado do ano anterior. Isso aconteceu em decorrência, principalmente, da queda de 3,6% da receita bruta, que ficou em R\$ 501,5 milhões no ano, devido principalmente ao impacto da desvalorização do dólar no período e do aumento nos custos, especialmente o da energia no âmbito da CCEE.

Em outubro de 2007, a Termopernambuco registrou a segunda emissão de debêntures, no valor de R\$ 400 milhões, com custo de 105% CDI a.a.. Os recursos foram destinados, juntamente com parte do caixa da companhia, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

No ano de 2007 a Termopernambuco foi despachada por ordem de mérito de custo pelo ONS, de junho a dezembro (exceto agosto), recebendo indisponibilidade pelo não atendimento dessa ordem. Isso não interferiu, porém, em sua capacidade de atender, em 2008, aos PPA's assinados com a Celpe e Coelba, em virtude da vigência do termo de acordo acima citado. A Companhia possui contratos de venda de energia firmados com as distribuidoras Celpe e Coelba, com montantes contratados de 390 MW médios e 65 MW médios, respectivamente, totalizando 455 MW médios.

Atendendo à solicitação do governo do estado de Pernambuco, a empresa também realizou, em 2007, o projeto de deslocamento de sua linha de transmissão de 230kV, no trecho entre a UTE Termopernambuco e Pirapama, de propriedade da Termopernambuco S.A.

Foram construídas dez novas torres e 5,5 km de linhas. As torres antigas encontravam-se na nova área destinada a construção da Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras. A assinatura de um aditivo ao contrato de arrendamento entre SUAPE e a Termopernambuco viabilizou a execução das obras por parte da Termopernambuco, com ressarcimento integral do investimento por Suape.

Foram realizados estudos de corrosão em vários sistemas da usina, com o objetivo de auditar o relatório emitido pela Iberdrola Energia do Brasil, sendo conduzidos por duas empresas independentes a PUC/ITUC e a IEC/ABRACO, que realizaram avaliação das condições atuais por meio de vários processos e análises, além de auditar processo destinado à proteção contra corrosão atmosférica e a gestão de integridade dos procedimentos atuais.

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO | **Afluente**



Em seu segundo ano de operação, a Afluente registrou em 2007 um lucro líquido de R\$ 31 milhões. Neste curto período de existência, a empresa consolidou a desverticalização da Coelba com a transferência e integração, em 2007, de seu centro de operações, o que representou ganho de escala na gestão de seus ativos.

A Afluente está preparando-se para assumir novos desafios em 2008 com participação mais efetiva na economia do Estado da Bahia, com uso pleno de sua capacidade de geração e de transmissão de energia.

A Companhia possui contrato de compra e venda mercantil de energia elétrica até o exercício de 2027 com a Coelba, para o fornecimento de volumes anuais de 148.920 MW/h.

Em 2007, a empresa gerou 115.972,78 MWh, que representam 80,39% da energia assegurada. As usinas Correntina e Alto-Fêmeas efetuaram 16.545 e 24.353 horas de operação, resultando em uma taxa de utilização de tempo de 94,43 % e 92,66 %, respectivamente, e produzindo 13,23 MWh/médios, com uma taxa de utilização de potência instalada de 73,96%.

Por meio de suas subestações Tomba, Funil, Brumado II e Ford, a Afluente gerou uma receita de transmissão R\$ 24.848 mil em 2007.

COMERCIALIZAÇÃO | NC Energia



A NC Energia registrou um EBITDA de R\$ 18,71 milhões em 2007, 6% acima dos R\$ 17,61 milhões de 2006, devido principalmente ao crescimento do volume de energia transacionada e à elevação do preço de venda. Apesar disso, o lucro líquido de R\$ 12,9 milhões representou queda de 13,05% quando comparado com o ano anterior. Isso aconteceu em função do resultado de equivalência patrimonial, que decresceu pelo término no processo de venda do parque gerador da Termo NC, cujo desfecho alavancou o resultado não operacional da usina no período anterior (R\$ 4.579 em 2006 e R\$ 20 em 2007).

Vale destacar a relevante alavancagem na carteira de clientes, que foi mantida e sobretudo ampliada, com a participação de empresas de primeira linha, líderes nacionais em seus segmentos. As vendas aumentaram para o patamar de 380 MW médios no fim do ano, representando um crescimento de mais de 6% na carteira em relação ao ano 2006. Outra importante atuação da foi o trabalho de manutenção de seus clientes no portfólio do Grupo Neoenergia, promovendo negociações de sucesso, maximizando o valor agregado frente às desafiantes barreiras da concorrência.

No ano de 2007, a NC Energia mudou a sua sede para o Estado do Rio de Janeiro, passando ter sua localização física nas proximidades da holding. A Companhia promoveu, durante o exercício findo, 13 leilões, nos quais adquiriu mais de 300 MW médios em contratos de longo prazo e, 30 MW em contratos de curto prazo. Operou destacadamente em leilões propostos por outros agentes do Mercado.

Intensificando sua atuação com energias limpas e renováveis, o trabalho realizado com as Fontes Incentivadas ampliou a performance dos negócios nesse segmento. Avançou intervindo fortemente junto a entidades do setor Sucroalcooleiro dentre outras, reforçando seu know how na prestação de serviços de comercialização de energia oriunda da biomassa e das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH. Os ganhos refletidos nos demonstrativos contábeis do exercício, traduzem os resultados das compras e vendas de energia, bem como a remuneração por intermediação e representação comercial.

A Termo NC LTDA, controlada da NC Energia S/A, após prestar sua contribuição para a melhoria da confiabilidade do sistema elétrico nacional interligado até o final de 2005, a partir de 2007, assumiu novo objeto social, transformando-se numa empresa cuja atividade a ser exercida será Arrecadação de Contas de Energia das empresas Distribuidoras do Grupo, em Pernambuco a Celpe e, no Rio Grande do Norte, a Cosern. Com a Nova Razão Social, Neoenergia Serviços LTDA, a empresa estará operacionalmente em atividade a partir de 01 de janeiro de 2008. As marcas a serem utilizadas pela empresa serão Celpe Serviços e Cosern Serviços.

GERAÇÃO | Baguari I



Em 2006, a A Baguari I Geração de Energia S.A. ("Baguari I") investiu R\$ 98,9 milhões, multiplicando por mais de dez vezes o montante registrado em 2006, de R\$ 9,2 milhões. A Baguari I é uma sociedade de propósito específico (SPE), 100% Neoenergia e constituída em 11 de janeiro de 2006, como uma companhia de capital fechado, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51%, e onde também participa a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 76.000, totalmente integralizando até a data do balanço.

O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 80,2 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial está prevista para novembro de 2009. O investimento previsto é de R\$ 500 milhões, que serão financiados com recursos do BNDES.

GERAÇÃO | Goiás Sul



A Goiás Sul S.A. ("Goiás Sul") é uma sociedade de propósito específico (SPE) e foi constituída em 17 de janeiro de 2006 como uma companhia de capital fechado, 100% Neoenergia. A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás.

A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Pedra do Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Pirapetinga (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,10 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora.

As obras para a implantação das PCHs Goiandira e Nova Aurora foram iniciadas em 31 de julho de 2007, e sua entrada em operação comercial está prevista para Janeiro de 2009. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 48.000, e até a data do balanço foi integralizado R\$ 35.368. O investimento previsto é de R\$ 182 milhões, que serão financiados com recursos do BNDES.

GERAÇÃO | Geração CIII



A Geração C III S.A. (“Geração C III”) É Uma Sociedade De Propósito específico (SPE), 100% Neoenergia, constituída em 31 de julho de 2006, com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com participação de 60%, onde também participa a SPE Energética Corumbá III com 40% do capital.

O Consórcio Empreendedor Corumbá III é responsável pela construção e operação da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através das unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW médios.

As obras para a implantação da UHE foram iniciadas em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial está prevista para novembro de 2008. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 70.265, totalmente integralizado até a data do balanço. O investimento previsto é de R\$ 352 milhões, que serão financiados com recursos do BNDES.



DEMONSTRAÇÕES FIANCEIRAS **2007**



UHE Corumbá III

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
ATIVO					
CIRCULANTE					
Numerário disponível		3.804	51	453.533	153.840
Aplicações financeiras	(7)	874.964	555.919	1.536.179	928.243
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(8)	–	–	1.581.792	1.438.755
Títulos a receber	(9)	38	33	265.862	83.444
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(10)	–	–	(153.064)	(107.604)
Ativos regulatórios	(11)	–	–	647.990	861.712
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		872.037	630.084	–	–
Fundos vinculados	(15)	–	–	3.017	3.675
Serviços em curso		–	–	41.826	35.386
Títulos e valores mobiliários	(12)	–	–	53.957	44.938
Tributos e contribuições sociais	(13)	18.808	4.367	188.044	139.202
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	–	–	95.353	110.983
Benefício fiscal - ágio incorporado	(16)	–	–	56.694	57.750
Estoques	(17)	–	–	14.360	13.969
Despesas pagas antecipadamente	(19)	–	–	24.275	20.917
Outros créditos	(20)	249	1.095	222.023	130.906
TOTAL DO CIRCULANTE		1.769.900	1.191.549	5.031.841	3.916.116
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(8)	–	–	287.456	187.673
Títulos a receber	(9)	–	–	280.676	253.041
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(10)	–	–	(7.743)	(363)
Ativos regulatórios	(11)	–	–	243.454	745.158
Fundos vinculados	(15)	–	–	66.134	63.155
Depósitos judiciais	(18)	14.348	10.373	37.930	31.025
Títulos e valores mobiliários	(12)	–	–	40.128	25.667
Tributos e contribuições sociais	(13)	–	–	97.698	91.157
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	–	–	151.662	205.382
Benefício fiscal - ágio incorporado	(16)	–	–	707.952	764.646
Coligadas, controladas e controladoras		97.464	97.704	49.820	47.697
Bens e direitos destinados a alienação		–	–	2.753	4.298
Despesas pagas antecipadamente	(19)	–	–	51.454	21.371
Outros créditos	(20)	15	15	32.995	41.119
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		111.827	108.092	2.042.369	2.481.026
INVESTIMENTOS					
Controladas	(21)	5.471.029	5.057.375	–	–
Outros		–	–	12.911	10.144
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		5.471.029	5.057.375	12.911	10.144
IMOBILIZADO					
Imobilizado - líquido	(22)	1.071	815	5.434.553	4.858.660
TOTAL DO IMOBILIZADO		1.071	815	5.434.553	4.858.660
INTANGÍVEIS					
Intangível - líquido	(23)	114	8	150.538	129.722
TOTAL DO INTANGÍVEL		114	8	150.538	129.722
DIFERIDO					
Diferido - líquido	(24)	35.937	40.393	1.780.949	1.829.488
TOTAL DO DIFERIDO		35.937	40.393	1.780.949	1.829.488
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.619.978	5.206.683	9.421.320	9.309.040
ATIVO TOTAL		7.389.878	6.398.232	14.453.161	13.225.156

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
CIRCULANTE					
Fornecedores	(25)	932	709	628.891	377.729
Empréstimos, financiamentos e encargos	(26)	–	–	537.122	303.440
Debêntures e encargos	(27)	–	–	107.128	174.809
Passivos regulatórios	(11)	–	–	115.831	132.403
Folha de pagamento		–	–	6.690	8.343
Taxas regulamentares	(28)	–	–	140.703	166.473
Entidade de previdência privada	(43)	–	–	12.302	11.974
Tributos e contribuições sociais	(13)	52.012	14.961	255.622	201.384
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	–	–	189.139	265.095
Parcelamento de tributos e contribuições	(29)	–	–	837	798
Dividendos e juros sobre capital próprio	(30)	220.695	164.437	326.710	243.219
Obrigações estimadas	(31)	10	23	166.071	62.482
Provisão para contingências	(32)	–	–	37.909	41.621
Coligadas, controladas e controladoras		5	5	5	5
Adiantamentos recebidos		–	–	17.506	27.524
Consumidores devolução baixa renda		–	–	1.458	1.657
Outras contas a pagar	(33)	4	1	128.543	89.188
TOTAL DO CIRCULANTE		273.658	180.136	2.672.467	2.108.144
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	(26)	–	–	1.840.549	1.798.521
Debêntures	(27)	–	–	1.941.047	2.026.754
Passivos regulatórios	(11)	–	–	47.095	174.439
Taxas regulamentares	(28)	–	–	25.966	27.845
Entidade de previdência privada	(43)	–	–	180.667	166.130
Tributos e contribuições sociais	(13)	–	–	27.792	24.666
Tributos e contribuições sociais diferidos	(14)	–	–	37.449	161.895
Parcelamento de tributos e contribuições	(29)	–	–	3.832	4.456
Provisão para contingências	(32)	–	–	62.283	62.301
Coligadas, controladas e controladoras		3.641	–	–	–
Adiantamentos recebidos		–	–	301	14.574
Outras contas a pagar	(33)	168	168	33.994	40.877
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.809	168	4.200.975	4.502.458
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		–	–	467.308	396.626
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucros		2.371.098	1.476.615	2.371.098	1.476.615
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.112.411	6.217.928	7.112.411	6.217.928
PASSIVO TOTAL		7.389.878	6.398.232	14.453.161	13.225.156

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

	Capital social realizado	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
				R\$ mil	R\$ mil		
Saldos em 1° de Janeiro de 2006	4.739.025	2.288	57.409	754.995	–	5.553.717	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	995.073	995.073	
Destinações:							
Reserva legal	–	–	49.754	–	(49.754)	–	
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(215.100)	(215.100)	
Dividendos propostos	–	–	–	–	(115.762)	(115.762)	
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	614.457	(614.457)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	4.739.025	2.288	107.163	1.369.452	–	6.217.928	
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.340.049	1.340.049	
Destinações:							
Reserva legal	–	–	67.002	–	(67.002)	–	
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(261.960)	(261.960)	
Dividendos propostos	–	–	–	–	(183.606)	(183.606)	
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	827.481	(827.481)	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.739.025	2.288	174.165	2.196.933	–	7.112.411	

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Fornecimento de energia elétrica		—	—	4.980.160	4.656.101
Energia elétrica de curto prazo - CCEE		—	—	87.946	52.020
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		—	—	3.955.738	3.328.407
Subvenção à baixa renda (tarifa social)		—	—	406.229	391.454
Receita de ativo regulatório		—	—	(30.170)	(64.952)
Reversão da recomposição tarifária do racionamento		—	—	(211.950)	(194.839)
Reversão da energia livre racionamento		—	—	(35.971)	(72.618)
Receita (reversão) do reposicionamento tarifário		—	—	(195.613)	48.685
Parcela de ajuste Transmissão		—	—	(31.191)	—
Encargos CBEE		—	—	(214)	112
Outras receitas operacionais		—	—	100.321	72.733
Receita Bruta de Vendas e Serviços	(35)	—	—	9.025.285	8.217.103
ICMS		—	—	(1.856.490)	(1.707.521)
PIS		—	—	(156.204)	(145.273)
COFINS		—	—	(680.852)	(644.221)
ISS		—	—	(3.653)	(2.781)
Quota para reserva global de reversão - RGR		—	—	(66.779)	(59.306)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		—	—	(104.179)	(44.755)
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC		—	—	(136.798)	(326.095)
Programa de Eficientização Energética - PEE		—	—	(33.401)	(15.317)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		—	—	(12.499)	(19.786)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		—	—	(6.255)	(9.658)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		—	—	(24.140)	(20.755)
Encargos do Consumidor - Proinfra		—	—	(2.535)	(1.245)
Encargos CBEE		—	—	56	(2.351)
Outros		—	—	(14)	—
Deduções da Receita operacional		—	—	(3.083.743)	(2.999.064)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		—	—	5.941.542	5.218.039
Custo do serviço de energia elétrica		—	—	(2.991.904)	(2.734.026)
Custo com energia elétrica		—	—	(2.186.229)	(1.940.797)
Energia elétrica comprada para revenda		—	—	(1.882.627)	(1.565.982)
Encargos de uso do sistema de transmissão		—	—	(303.602)	(374.815)
Custo de operação		—	—	(805.675)	(793.229)
Pessoal		—	—	(108.891)	(115.346)
Entidade de previdência privada		—	—	(6.561)	(4.882)
Material		—	—	(27.242)	(32.408)
Combustível para produção de energia elétrica		—	—	(35.048)	(46.507)
Serviços de terceiros		—	—	(177.217)	(198.036)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE		—	—	(15.580)	(14.674)
Compensação Financeira de Recursos Hídricos		—	—	(5.832)	(4.449)
Depreciação e amortização		—	—	(377.710)	(332.663)
Provisão para crédito liquidação duvidosa - PCLD		—	—	(37.472)	(38.889)
Provisões para contingências		—	—	(1.553)	—
Arrendamentos e aluguéis		—	—	(4.448)	(4.343)
Tributos		—	—	(921)	(757)
Outros custos		—	—	(7.200)	(275)
Custo de Serviço Prestado a Terceiros		—	—	(38.939)	(27.979)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		—	—	2.910.699	2.456.034
Despesas operacionais		(11.654)	(10.342)	(735.009)	(647.465)
Despesas com vendas		—	—	(340.555)	(272.842)
Despesas gerais e administrativas		(11.654)	(10.342)	(394.454)	(374.623)
Resultado do serviço		(11.654)	(10.342)	2.175.690	1.808.569
Resultado de participações societárias		1.307.603	1.020.535	(125.545)	(106.213)
Equivalência patrimonial		1.433.148	1.126.524	—	—
Variação cambial - Garter		—	—	—	(60)
Amortização de ágio - líquida		(125.545)	(105.989)	(125.545)	(106.153)
Resultado financeiro		(211.006)	(230.029)	(580.618)	(535.301)
Receita		79.193	19.335	725.291	732.143
Renda de aplicações financeiras		74.125	16.066	173.223	87.979
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia		5.060	3.240	124.413	117.046
Remuneração financeira ativos regulatórios		—	—	248.177	261.345
Variação monetária		—	—	14.339	49.127
Variação cambial		—	—	91.678	104.243
Operações Swap		—	—	21.337	77.687
Outras receitas financeiras		8	29	52.124	34.716
Despesa		(290.199)	(249.364)	(1.305.909)	(1.267.444)
Encargos de dívida		—	(3.454)	(450.251)	(548.776)
Remuneração financeira passivos regulatórios		—	—	(214.992)	(81.365)
Variação monetária		—	(1.464)	(58.527)	(58.937)
Variação cambial		—	—	(24.911)	(71.098)
Operações Swap		—	—	(124.000)	(164.729)
Juros sobre capital próprio a pagar		(261.960)	(215.100)	(339.831)	(248.784)
Outras despesas financeiras		(28.239)	(29.346)	(93.397)	(93.755)
RESULTADO OPERACIONAL	(37)	1.084.943	780.164	1.469.527	1.167.055
Receita não operacional		—	3	9.033	10.872
Despesa não operacional		(6.854)	(194)	(21.985)	(14.375)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(38)	(6.854)	(191)	(12.952)	(3.503)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		1.078.089	779.973	1.456.575	1.163.552
Imposto de renda e contribuição social - corrente		—	—	(291.569)	(132.471)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		—	—	74.945	(78.678)
Amortização ágio e reversão PMIPL		—	—	(52.276)	(54.025)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS E DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		1.078.089	779.973	1.187.675	898.378
Reversão dos juros sobre capital próprio		261.960	215.100	339.831	248.784
Participações minoritárias		—	—	(187.457)	(152.089)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.340.049	995.073	1.340.049	995.073
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL - R\$		0,23	0,17	0,23	0,17

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
				Reclassificado
ORIGENS				
Das Operações				
Lucro líquido do exercício	1.340.049	995.073	1.340.049	995.073
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciação e amortização	5.042	5.064	437.075	392.378
Equivalência patrimonial	(1.433.148)	(1.126.524)	–	–
Ativo regulatório	–	–	(19.195)	(128.949)
Passivo regulatório	–	–	(55.216)	40.502
Varição cambial PL Garter	–	–	(26)	60
Amortização do ágio, líquida	125.545	105.989	125.545	106.153
Variações monetárias e cambiais de longo prazo, líquidas	(4.528)	(1.878)	58.012	56.750
Valor residual do ativo permanente baixado	–	–	24.578	16.862
Ganho na alienação de investimentos	–	–	(1.650)	–
Tributos e contribuições sociais diferidos	–	–	(82.497)	107.913
Reserva de isenção - SUDENE	–	–	49.009	23.865
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	–	494	4.070	(16.203)
Provisão (reversão) para ajuste ao valor de realização - RTE	–	–	47.533	13.365
Outras provisões	–	–	33.574	4.867
Participações minoritárias	–	–	187.457	152.089
Total originado das operações	32.960	(21.782)	2.148.318	1.764.725
Dos Acionistas				
Integralização do capital	–	–	18.434	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	74.541	26.391
Recursos de outras fontes				
Aumento em empréstimos e financiamentos	–	–	503.849	378.058
Aumento em debêntures	–	–	1.100.356	170.000
Obrigações vinculadas	–	–	418.789	382.750
Aumento do passivo não circulante - outros	3.641	–	164.125	149.928
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	–	–	538.607	704.677
Diminuição do realizável a longo prazo	15.631	61.831	314.632	405.809
Dividendos e juros sobre o capital próprio de controladas	1.124.957	917.172	–	–
Alienação de bens e direitos do ativo permanente	–	–	2.111	152
TOTAL DAS ORIGENS	1.177.189	957.221	5.283.762	3.982.490
APLICAÇÕES				
No realizável a longo prazo	106.827	38.359	482.969	525.496
No investimento	139.021	28.546	86.093	1.424
No imobilizado	524	112	1.485.933	1.165.855
No diferido	422	4.356	21.916	38.220
Redução de Capital	–	–	26.100	–
Transferência do passivo não circulante para o passivo circulante	–	–	1.483.549	857.362
Diminuição do passivo não circulante	–	35.830	517.163	262.137
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados	445.566	330.862	628.637	475.535
TOTAL DAS APLICAÇÕES	692.360	438.065	4.732.360	3.326.029
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	484.829	519.156	551.402	656.461
Representado(a) por:				
Ativo circulante	1.769.900	1.191.549	5.031.841	3.916.116
Passivo circulante	273.658	180.136	2.672.467	2.108.144
	1.496.242	1.011.413	2.359.374	1.807.972
Menos - capital circulante líquido inicial	1.011.413	492.257	1.807.972	1.151.511
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	484.829	519.156	551.402	656.461

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Informação Adicional)

	Controladora		Consolidado	
	2007 R\$ mil	2006 R\$ mil	2007 R\$ mil	2006 R\$ mil
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Das Operações Sociais				
Lucro líquido do exercício	1.340.049	995.073	1.340.049	995.073
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	5.042	5.064	437.075	392.378
Equivalência patrimonial	(1.433.148)	(1.126.524)	—	—
Ativo Regulatório	—	—	745.242	406.706
Passivo regulatório	—	—	(169.595)	(16.180)
Variação cambial Garter	—	—	(26)	60
Amortização de ágio, líquida	125.545	105.989	125.545	106.153
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidas	(4.528)	(1.878)	441.009	462.246
Valor residual do ativo permanente baixado	—	—	24.578	16.862
Ganho na alienação de investimentos	—	—	(1.650)	—
Tributos e contribuições sociais diferidos	—	—	(73.930)	107.913
Reserva de isenção - SUDENE	—	—	53.320	23.866
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	—	494	3.156	(17.331)
Provisão (reversão) para ajuste ao valor de realização - RTE	—	—	47.533	13.365
Outras Provisões	—	—	50.270	9.177
Participações minoritárias	—	—	187.457	152.087
	32.960	(21.782)	3.210.033	2.652.375
(Aumento) redução de ativos				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	—	—	(224.082)	(180.832)
Títulos a receber	(5)	79	(183.989)	(15.998)
Ativos regulatórios	—	—	—	—
Recebimento de juros sobre capital próprio e dividendos	883.008	974.218	—	—
Fundos Vinculados	—	—	48.411	13.847
Depósitos judiciais	(3.975)	(1.343)	(5.843)	(7.040)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(14.441)	20	(55.884)	90.270
Tributos e contribuições diferidos	—	—	(4.313)	(577)
Títulos e valores mobiliários	—	—	(1.227)	(19.744)
Serviço em curso	—	—	(6.439)	(4.655)
Despesas pagas antecipadamente	—	3.411	(5.590)	2.399
Bens destinados a alienação	—	—	1.545	462
Estoques	846	—	455	(4.272)
Outros Ativos	—	(907)	(143.459)	(5.711)
	865.433	975.478	(580.415)	(131.851)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	223	593	272.673	(44.183)
Folha de pagamento	—	—	(1.883)	1.847
Encargos de dívidas	—	—	(526.905)	(459.655)
Depósitos judiciais	—	—	67	—
Taxas regulamentares	—	—	(33.191)	51.606
Entidade de previdência privada	—	—	5.996	22.357
Programa Recup. Fiscal e outros parcelamentos	—	—	(766)	(436)
Tributos e contribuições sociais	(6.887)	(4.438)	11.451	22.197
Tributos e contribuições diferidos	—	—	—	(4.430)
Obrigações estimadas	(14)	23	104.286	(14.515)
Consumidores baixa renda - tarifa social a devolver	—	—	(198)	(3.266)
Coligadas, controladas e controladoras	—	—	(1)	(7.718)
Adiantamentos recebidos	—	—	(9.988)	(5.685)
Provisões para contingências	—	—	19	(13.513)
Outras contas a pagar	3	—	(31.831)	26.853
	(6.675)	(3.822)	(210.271)	(428.541)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	891.718	949.874	2.419.347	2.091.983
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Redução de Capital	—	—	(26.100)	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	(93.122)	—	74.541	26.391
Empréstimos e financiamentos obtidos	—	—	626.381	587.997
Debêntures emitidas	—	—	1.100.356	170.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	—	—	(369.080)	(658.236)
Pagamentos de debêntures	—	—	(1.273.126)	(221.103)
Obrigações Vinculadas	—	—	418.789	382.750
Empréstimos com partes relacionadas	9.544	(18.119)	—	—
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(345.375)	(344.075)	(498.510)	(496.381)
	(428.953)	(362.194)	53.251	(208.582)
TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS	462.765	587.680	2.472.598	1.883.401
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital	—	—	18.434	—
Em investimentos	(139.021)	(28.563)	(83.172)	(1.424)
Alienação de bens do ativo permanente	—	—	—	151
No imobilizado	(524)	(112)	(1.478.315)	(1.163.501)
No diferido	(422)	(4.356)	(21.916)	(36.700)
	(139.967)	(33.031)	(1.564.969)	(1.201.474)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	322.798	554.649	907.629	681.927
Caixa e equivalentes no início do exercício	555.970	1.321	1.082.083	400.156
Caixa e equivalentes no final do exercício	878.768	555.970	1.989.712	1.082.083
	322.798	554.649	907.629	681.927

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Informação Adicional)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
RECEITAS				
Vendas de energia e serviços	–	–	9.025.285	8.217.103
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(78.202)	(90.787)
Resultado não operacional	(6.854)	(191)	(12.952)	(3.503)
	(6.854)	(191)	8.934.131	8.122.813
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Matérias-primas consumidas	–	–	(1.917.675)	(1.612.489)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.295)	(5.794)	(932.013)	(918.304)
	(6.295)	(5.794)	(2.849.689)	(2.530.793)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(13.149)	(5.985)	6.084.442	5.592.020
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(5.042)	(5.064)	(431.357)	(386.929)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(18.191)	(11.049)	5.653.085	5.205.091
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO				
Receitas financeiras	79.193	19.335	725.291	732.143
Resultado de equivalência patrimonial	1.433.148	1.126.524	–	–
	1.512.341	1.145.859	725.291	732.143
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.494.150	1.134.810	6.378.376	5.937.234
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:				
. Pessoal				
Remunerações	–	–	188.796	179.897
Encargos sociais (exceto INSS)	29	21	21.930	23.743
Entidade de previdência privada	598	114	13.760	14.115
Auxílio alimentação	7	6	15.389	14.697
Convênio assistencial e outros benefícios	137	118	16.384	17.642
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	–	–	7.641	10.004
Provisão para férias e 13º salário	61	26	44.422	43.026
Plano de saúde	–	–	10.470	8.248
Contencioso trabalhista	–	–	11.753	18.052
Participação nos resultados	–	–	59.913	44.313
Administradores	3.078	3.219	10.456	10.199
Custos imobilizados	–	–	(98.524)	(86.898)
Subtotal	3.910	3.504	302.390	297.038
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	775	689	64.108	62.095
ICMS	–	–	1.856.490	1.707.521
PIS/COFINS sobre faturamento	–	–	837.056	789.493
Imposto de renda e contribuição social	–	–	268.900	265.174
Obrigações intra-setoriais	–	–	386.529	499.267
Outros	506	146	34.070	31.849
Subtotal	1.281	835	3.447.153	3.355.400
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	125.545	110.907	970.690	1.101.841
Aluguéis	5	3	9.705	12.761
Outros	23.360	24.488	308.389	175.120
Subtotal	148.910	135.398	1.288.784	1.289.722
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	261.960	215.100	261.960	215.100
Dividendos	183.606	115.762	183.606	115.762
Lucro retido (Reserva Legal)	67.002	49.754	67.002	49.754
Reserva de retenção de lucro	827.481	614.457	827.481	614.457
Subtotal	1.340.049	995.073	1.340.049	995.073
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	1.494.150	1.134.810	6.378.376	5.937.234

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Informação Adicional)

1 - Base de cálculo

	2007			2006		
	R\$ mil			R\$ mil		
Receita Líquida (RL)	5.941.542			5.218.039		
Resultado Operacional (RO)	1.469.527			1.167.055		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	337.795			332.803		
Valor Adicionado Total (VAT)	6.378.376			5.937.234		

2 - Indicadores Sociais Internos

	2007			2006		
	R\$ mil	sobre FPB	sobre RL	R\$ mil	sobre FPB	sobre RL
Alimentação	15.781	4,67	0,27	15.236	4,58	0,29
Encargos sociais compulsórios	82.843	24,52	1,39	85.538	25,70	1,64
Previdência privada	12.709	3,76	0,21	14.485	4,35	0,28
Saúde	14.787	4,38	0,25	13.720	4,12	0,26
Segurança e saúde no trabalho	3.732	1,10	0,06	4.453	1,34	0,09
Educação	816	0,24	0,01	838	0,25	0,02
Cultura	-	0,00	0,00	12	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.372	1,59	0,09	4.395	1,32	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.062	0,31	0,02	675	0,20	0,01
Esporte	232	0,07	0,00	399	0,12	0,01
Participação nos lucros ou resultados	59.875	17,73	1,01	44.454	13,36	0,85
Transporte	2.092	0,62	0,04	2.239	0,67	0,04
Outros	6.988	2,07	0,12	9.596	2,88	0,18
Total - Indicadores sociais internos	206.288	61,07	3,47	196.039	58,91	3,76

3 - Indicadores Sociais Externos (1)

	2007			2006		
	R\$ mil	sobre RO	sobre RL	R\$ mil	sobre RO	sobre RL
Educação	4.737	0,32	0,08	1.939	0,17	0,04
Projeto Jovem Cidadão	312	0,02	0,01	619	0,05	0,01
Projeto Brasil Alfabetizado	-	0,00	0,00	2	0,00	0,00
Treinamento nas Comunidades	-	0,00	0,00	80	0,01	0,00
Projeto Energia Social - Treinamento Comunidade	2.874	0,20	0,05	-	0,00	0,00
Projeto Arte Ação - Parceria Instituto Ayrton Senna	130	0,01	0,00	-	0,00	0,00
Outros	1.420	0,10	0,02	1.238	0,11	0,02
Cultura	38.013	2,59	0,64	14.609	1,25	0,28
Projeto Faz Cultura	187	0,01	0,00	1.396	0,12	0,03
Patrocínios Diretos	328	0,02	0,01	43	0,00	0,00
Lei Rouanet	2.400	0,16	0,04	-	0,00	0,00
Projetos Lei Audiovisual	4.200	0,29	0,07	250	0,02	0,00
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.406	0,10	0,02	1.671	0,14	0,03
Fundo de Cultura	15.000	1,02	0,25	-	0,00	0,00
Outros	14.492	0,99	0,24	11.249	0,96	0,22
Saúde e Saneamento	1.020	0,07	0,02	381	0,03	0,01
Esporte	312	0,02	0,01	375.955	32,21	7,20
Patrocínio Regata	3	0,00	0,00	4	0,00	0,00
Outros	309	0,02	0,01	182	0,02	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	1	0,00	0,00	6	0,00	0,00
Fundo de Desenvolvimento Social	331.141	22,53	5,57	375.763	32,20	7,20
Luz no Campo/ Luz para Todos	146.513	9,97	2,47	258.450	22,15	4,95
Doação Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	34	0,00	0,00	50	0,00	0,00
Programa TEMPO - Natal Voluntários	9	0,00	0,00	18	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	5	0,00	0,00	3	0,00	0,00
Programa Inclusão Digital - Diversos	-	0,00	0,00	46	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	159	0,01	0,00	100	0,01	0,00
Universalização	166.133	11,31	2,80	116.832	10,01	2,24
Projeto ELOS	215	0,01	0,00	263	0,02	0,01
Outros	18.073	1,23	0,30	232	0,02	0,00
Comunidade	900	0,06	0,02	1.412	0,12	0,03
Projeto Coelba ao Seu Lado	37	0,00	0,00	183	0,02	0,00
Doações e contribuições	862	0,06	0,01	1.229	0,11	0,02
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	19.592	1,33	0,33	9.276	0,79	0,18
Total das Contribuições para a Sociedade	395.715	26,93	6,66	779.342	66,78	14,94
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	3.170.133	215,72	53,36	2.878.498	246,65	55,16
Total - Indicadores sociais externos	3.565.848	242,65	60,02	3.657.840	313,42	70,10

4 - Indicadores Ambientais (1)	R\$ mil	%	%	%	R\$ mil	%	%	%
		sobre RO	sobre RL	sobre VAT		sobre RO	sobre RL	sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Desapropriação de terras	264	0,02	0,00	0,00	652	0,06	0,01	0,01
Manejo da vegetação	11.351	0,77	0,19	0,18	8.902	0,76	0,17	0,15
Conservação de energia	5.856	0,40	0,10	0,09	3.958	0,34	0,08	0,07
Substituição de equipamentos	2.195	0,15	0,04	0,03	782	0,07	0,01	0,01
Reciclagem de óleo	397	0,03	0,01	0,01	501	0,04	0,01	0,01
Licenciamento ambiental	2.145	0,15	0,04	0,03	1.138	0,10	0,02	0,02
Rede compacta ou isolada	65.959	4,49	1,11	1,03	83.725	7,17	1,60	1,41
Passivos e Contingências Ambientais (Incineração de Ascarel)	1.093	0,07	0,02	0,02	-	0,00	0,00	0,00
Educação ambiental	156	0,01	0,00	0,00	95	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaica	30.708	2,09	0,52	0,48	3.201	0,27	0,06	0,05
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	17.680	1,20	0,30	0,28	9.132	0,78	0,18	0,15
Sistema de Gestão Ambiental	73	0,00	0,00	0,00	212	0,02	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	470	0,35	0,01	0,01	3.064	0,26	0,06	0,05
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	138.083	9,40	2,32	2,16	114.709	9,83	2,20	1,93
Investimento em programas e/ou projetos externos	11.783	0,80	0,20	0,18	8.658	0,74	0,17	0,15
Pesquisa e Desenvolvimento	495	0,03	0,01	0,01	4.329	0,37	0,08	0,07
Projetos de educação ambiental em comunidades	11.282	0,77	0,19	0,18	4.329	0,37	0,08	0,07
Outros	6	0,00	0,00	0,00	4.329	0,37	0,08	0,07
Eficientização Energética	12.669	0,86	0,21	0,20	10.198	0,87	0,20	0,17
Doação de refrigeradores e lâmpadas	4.145	0,28	0,07	0,06	7.879	0,68	0,15	0,13
Agente Coelba	2.886	0,20	0,05	0,05	1.576	0,14	0,03	0,03
Outros projetos de efficientização energética	5.638	0,38	0,09	0,09	742	0,06	0,01	0,01
Educação ambiental para comunidade	765	0,05	0,01	0,01	649	0,06	0,01	0,01
Projeto SOS Energia - Corrente de Vida	711	0,05	0,01	0,01	401	0,03	0,01	0,01
Outros projetos educacionais	55	0,00	0,00	0,00	248	0,02	0,00	0,00
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	332	0,02	0,01	0,01	754	0,06	0,01	0,01
Outros	669	0,05	0,01	0,01	1.119	0,10	0,02	0,02
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	14.931	1,02	0,25	0,23	17.049	1,46	0,33	0,29
Total dos investimentos em meio ambiente	153.014	10,41	2,58	2,40	131.758	11,29	2,53	2,22
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	129				88			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	212				-			
Passivos e contingências ambientais	101				-			
Quanto ao estabelecimento de metas anuais	() não possui metas	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() não possui metas				
para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação a aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() cumpre de 51 a 70%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 51 a 75%	(X) cumpre de 76 a 100%				
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2007				2006		
Nº de empregados(as) ao final do período		5.232				5.187		
Nº de admissões durante o período		342				256		
Nº de desligamentos durante o período		273				319		
Nº de empregados(as) terceirizados (1)		19.489				16.220		
Nº de estagiários(as) (1)		277				362		
Nº de empregados acima de 45 anos		2.643				2.044		
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:								
menores de 18 anos		8				17		
de 18 a 35 anos		1.443				1.292		
de 36 a 60 anos		3.762				3.867		
acima de 60 anos		13				11		
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por:								
analfabetos		0				0		
com ensino fundamental		679				679		
com ensino médio		1.732				1.458		
com ensino técnico		1.138				1.217		
com ensino superior		1.390				1.614		
pós- graduados		289				219		
Nº de empregados por sexo:								
homens		4.072				4.047		
mulheres		1.157				1.140		
% de cargos de chefia por sexo:								
homens		82%				77%		
mulheres		18%				23%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		1.290				1.260		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		14%				21%		
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)		160				157		
Remuneração bruta segregada por:								
Empregados		259.061				236.051		
Administradores		5.528				4.274		

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (1)

		<u>2007</u>			<u>Metas 2008</u>	
Número total de acidentes de trabalho		197			178	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva

Contencioso Cível:

Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):

na empresa	417.113	439.803
no procon	2.541	2.364
na justiça	22.898	25.325

% das reclamações e críticas solucionadas:

na empresa	0%	100%
no procon	0%	30%
na justiça	0%	30%

2007

2006

Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça

7.352

386.377

Ações empreendidas pela entidade para sanar

ou minimizar as causas das reclamações:

- Revisar e divulgar procedimentos, reforçando o cumprimento das Resoluções ANEEL
- Treinamento de atendentes de Agências e Call Center, a fim de evitar que os clientes saiam da agência sem resolver o problema

Contingências e passivos trabalhistas:

Número de processos trabalhistas:		
movidos contra a entidade	686	980
julgados procedentes	183	639
julgados improcedentes	60	91
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	649	3.687

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)

Em 2007:

Em 2006: 5.569.933

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	5,28% colaboradores	53,62% governo	5,28% colaboradores	53,62% governo
	23,23% terceiros	17,87% acionistas	23,23% terceiros	17,87% acionistas

7- Outras informações

Neoenergia S.A. - CNPJ:01.083.200/0001-18

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

(1) Informações não auditadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A NEOENERGIA S.A. é uma companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes Controladas e Controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

Empresas Controladas	Ref.	Percentual de participação (%)			
		31/12/07		31/12/06	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	–	87,84	–
CELPE		89,65	–	89,65	–
COSERN		84,45	–	84,45	–
GERAÇÃO					
AFLUENTE	(a)	87,84	–	87,84	–
BAGUARI I	(b)	100,00	–	100,00	–
BAHIA PCH I	(b)	99,00	1,00	–	–
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(b)	51,00	–	–	–
GERAÇÃO CIII	(b)	99,00	1,00	99,00	1,00
GOIÁS SUL	(b)	100,00	–	100,00	–
ITAPEBI		42,00	–	42,00	–
NEOINVEST	(b)	99,00	1,00	–	–
RIO PCH I	(b)	75,00	–	–	–
TERMOAÇU	(c)	27,90	–	37,57	–
TERMOPERNAMBUCO		100,00	–	100,00	–
NEOSERV (Antiga TERMO NC)	(d)	1,00	99,00	1,00	99,00
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	–	100,00	–
Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)		Direta	Indireta	Direta	Indireta
GARTER PROPERTIES INC.		100,00	–	100,00	–
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa		100,00	–	100,00	–
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento		100,00	–	100,00	–
Fundo de Investimento Bilbao		100,00	–	100,00	–
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI		100,00	–	100,00	–
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife		100,00	–	100,00	–

(a) Empresa constituída a partir da desverticalização dos ativos de geração e transmissão da COELBA.

(b) Empresa constituída para construção de novos empreendimentos em geração, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(c) Acordo de Acionistas, assinado em 18 de abril de 2005, ratificou a transferência da gestão do projeto TERMOAÇU para a PETROBRAS, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na NEOENERGIA proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da NEOENERGIA na TERMOAÇU continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Encontra-se em fase pré-operacional.

(d) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 21.

2. Concessões

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (MWmed)	Data da/Concessão Autorização	Data de Vencimento
Coelba Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial		29/08/05	Indeterminado
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
Afluente Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
Itapebi	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34

<u>Geração em Operação</u>	<u>Tipo de Usina</u>	<u>Localidade</u>	<u>Capacidade Instalada (MW) *</u>	<u>Energia Assegurada (MWmed) *</u>	<u>Energia Contratada (MWmed)</u>	<u>Data da Concessão Autorização</u>	<u>Data de Vencimento</u>
<u>Termopernambuco</u>	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	637,5 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
<u>Celpe</u>							
Fernando de Noronha	Térmica a Diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
<u>TERMOAÇU</u>	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW		09/07/01	08/07/31
<u>GOIAS SUL</u>							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80,2 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
<u>GERAÇÃO CIII</u>							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
<u>PEDRA DO GARRAFÃO</u>							
PIRAPETINGA	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	15,7 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
<u>DARDANELOS</u>	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	2007	2042
<u>Distribuição</u>	<u>Número de Municípios*</u>	<u>Localidade</u>			<u>Data de Concessão</u>	<u>Data de Vencimento</u>	
COELBA	415	Estado da Bahia			08/08/1997	07/08/2027	
CELPE	184	Estado de Pernambuco			30/03/2000	30/03/2030	
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha			30/03/2000	30/03/2030	
CELPE	1	Estado da Paraíba			30/03/2000	30/03/2030	
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte			31/12/1997	30/12/2027	
<u>Comercialização</u>		<u>Localidade</u>			<u>Data de Autorização</u>		
NC ENERGIA		Rio de Janeiro			16/08/2000		

3. Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A controlada COELBA possui bens originários do ativo imobiliário utilizados na obtenção de renda.

4. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.408, da SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	<u>31/12/06</u>	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Balço Patrimonial		
<u>Ativo Circulante</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	3.916.116	3.916.116
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	1.457.332	1.438.755
<u>Passivo Circulante</u>	(126.181)	(107.604)
Adiantamentos recebidos	2.108.144	2.108.144
Outras contas a pagar	15.127	27.524
	101.585	89.188
	31/12/06	
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>
Demonstração do Resultado		
Deduções da Receita Bruta	(2.561.452)	(2.999.064)
Receita Líquidas de Vendas e/ou Serviços	5.656.251	5.218.039
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.160.941)	(2.762.005)
Despesas com Vendas	(307.891)	(272.842)
Despesas Gerais e Administrativas	(374.448)	(374.623)
Resultado do Serviço	1.812.971	1.808.569
Resultado Financeiro	(539.703)	(535.301)
Receita Financeira	732.143	732.143
Despesa Financeira	(1.271.846)	(1.267.444)

Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, a Companhia efetuou a reclassificação da CCC, CDE, FNDCT, EPE, PEE e P&D do grupo de Custos e Despesas Operacionais - Custo da Operação para Deduções da Receita Bruta.

Com o objetivo de propiciar informações suplementares, a Companhia está, também, apresentando demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado. Essas demonstrações foram preparadas, respectivamente, de acordo com as Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) - 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Resolução nº 1.010 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Neoenergia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 17 de janeiro de 2008.

Lei 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei 11.638/07 que introduz alterações relevantes na Lei das Sociedades Anônimas no que tange à preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

Essa nova Lei representa um grande passo no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Algumas das principais alterações ou novos requerimentos estão apresentadas a seguir:

- Obrigatoriedade da apresentação da demonstração dos fluxos de caixa em substituição a demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Inclusão da demonstração do valor adicionado;
- Distingue as demonstrações contábeis daquelas elaboradas para fins de atendimento a legislação tributária;
- Foram criados dois subgrupos de contas sendo o Intangível no ativo permanente e os ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido;
- Estabeleceu novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Introduz a obrigatoriedade de efetuar periodicamente análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;
- Nas operações de combinação de empresas entre partes não relacionadas, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado;
- Determina que as normas a serem expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários devem ser elaboradas em consonância com as normas internacionais de contabilidade;
- Torna obrigatória a manutenção de escrituração e preparação das demonstrações contábeis de sociedades de grande porte com observância as disposições da lei societária e exige a auditoria independente dessas demonstrações por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Os requerimentos da Lei aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1 de janeiro de 2008. No momento não é possível determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida Lei nas demonstrações financeiras da Neoenergia.

5. Sumário das principais práticas contábeis

5.1. Práticas Contábeis Gerais

Aplicações Financeiras

Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento e suprimento de energia faturada e não faturada, esta por estimativa, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, na TERMOPERNAMBUCO representam os direitos oriundos da venda de energia elétrica com as empresas ligadas COELBA e a CELPE, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência, e na ITAPEBI representam os direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de Compra e Venda Mercantil, firmados com a COELBA e com a NC Energia.

Títulos e valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Estoques (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995 (inclusive juros e demais encargos financeiros vinculados ao projeto ou construção), deduzido da depreciação acumulada.

O valor contábil líquido do ativo imobilizado, assim como dos outros ativos de longa duração, não excedem ao seu valor recuperável.

Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 10 anos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações são atualizadas pela variação cambial ou monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO, têm direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudene), calculada com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 34).

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Os custos associados aos planos de aposentadoria e pensão das controladas COELBA, CELPE e COSERN são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/00.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Neoenergia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do

fornecimento não faturado, utilização da rede de distribuição não faturada, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Derivativos

As controladas COELBA e CELPE firmaram contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais e de juros, contabilizados pelo regime da competência. Os pagamentos feitos ou recebidos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras.

Os contratos derivativos das controladas são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros desta natureza. As controladas não têm contratos derivativos com fins comerciais e especulativos (vide nota explicativa nº 40).

Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

5.2. Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de Contas

As controladas e sua controladora adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº 473 de 06 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despacho nº 657, de 30 de março de 2006, 3.033 de 21 de dezembro de 2006 e 3.073 de 28 de dezembro de 2006.

Ativos e Passivos Regulatórios

Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão das controladas, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão (vide nota explicativa nº 11).

O contrato prevê que "As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis."

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS (controladas)

- Reserva técnica imobilizada

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação, que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.

- Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e nº 473, de 06 de março de 2006 para COELBA, CELPE e TERMOPERNAMBUCO e revogada pela Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006 para COSERN.

Ativo Imobilizado em Curso - AIC (Controladas)

Bens e instalações em formação ou construção

- Rateio de Administração Geral (RAG):

As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

- Encargos Financeiros:

Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as concessionárias. (vide nota explicativa nº 22).

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras

Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração das controladas, quando essas informações não estão disponíveis.

Taxas Regulamentares

- Reserva Global de Reversão (RGR)

É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- Conta Consumo de Combustível (CCC)

É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: 1) pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; 2) subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

- Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

- Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- Encargo do Serviço do Sistema – (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

6. Procedimentos de consolidação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996 da CVM e incluem a Neoenergia e suas controladas.

As demonstrações contábeis da controlada em conjunto TERMOAÇU, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos foi reclassificado para o ativo diferido (vide nota explicativa nº 24).

A Neoenergia e suas controladas obtiveram manifestação favorável da CVM quanto ao ajuste nas demonstrações contábeis consolidadas do ganho de equivalência patrimonial oriundo de constituição de reserva de capital em suas controladas, decorrente de redução do imposto de renda, o que significa um acréscimo de Patrimônio Líquido não derivado de lucros. O ajuste é procedido diretamente na conta de imposto de renda, e em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$ 280.632 (2006, R\$ 159.506).

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (reclassificado), e as demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (reclassificado), das controladas diretas, indiretas e em conjunto, estão assim compostos, de forma condensada:

	COELBA		Balanços Patrimoniais CELPE		COSERN	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Ativo	4.489.278	4.074.527	3.315.654	1.240.371	1.301.559	3.333.012
Circulante	1.826.311	1.449.078	1.316.802	312.612	406.156	1.253.103
Não Circulante	2.662.967	2.625.449	1.998.852	927.759	895.403	2.079.909
Passivo	4.489.278	4.074.527	3.315.654	1.240.371	1.301.559	3.333.012
Circulante	1.472.924	1.048.207	898.732	288.499	345.551	949.921
Não Circulante	1.516.170	1.725.954	1.211.438	476.248	442.995	1.254.892
Patrimônio Líquido	1.500.184	1.300.366	1.205.484	475.624	513.013	1.128.199
			Balanços Patrimoniais ITAPEBI		AFLUENTE	
			2007	2006	2007	2006
Ativo	1.284.633	1.239.404	678.010	708.345	117.304	132.414
Circulante	320.584	219.738	109.898	118.059	28.581	41.153
Não Circulante	964.049	1.019.666	568.112	590.286	88.723	91.261
Passivo	1.284.633	1.239.404	678.010	708.345	117.304	132.414
Circulante	257.432	206.685	150.556	79.656	19.845	36.529
Não Circulante	606.611	627.710	327.468	406.004	220	220
Patrimônio Líquido	420.590	405.009	199.986	222.685	97.239	95.665
			Balanços Patrimoniais BAGUARI I		GOIÁS SUL	
			2007	2006	2007	2006
Ativo	171.548	18.300	171.731	9.966	36.796	5.040
Circulante	39.760	18	73.761	2.212	255	492
Não Circulante	131.788	18.282	97.970	7.754	36.541	4.548
Passivo	171.548	18.300	171.731	9.966	36.796	5.040
Circulante	101.153	1.641	2.484	35	897	15
Não Circulante	130	16.659	93.247	–	531	–
Patrimônio Líquido	70.265	–	76.000	9.931	35.368	5.025

	NC ENERGIA		Balanças Patrimoniais NEORSERV		GARTER	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	Ativo	78.468	60.054	1.657	7.952	79
Circulante	66.077	46.493	1.501	7.669	79	105
Não Circulante	12.391	13.561	156	283	-	-
Passivo	78.468	60.054	1.657	7.952	79	105
Circulante	57.895	39.523	1.699	7.938	-	-
Não Circulante	4.253	4.211	-	-	2	2
Patrimônio Líquido	16.320	16.320	(42)	14	77	103

	TERMOAÇU		RIO PCH I		Balanças Patrimoniais ÁGUAS DA		BAHIA PCH I	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	Ativo	199.902	244.736	31.679	202.643	1.695	461	461
Circulante	9.057	9.961	151	36.467	209	4	4	4
Não Circulante	190.845	234.775	31.528	166.176	1.486	457	457	457
Passivo	199.902	244.736	31.679	202.643	1.695	461	461	461
Circulante	5.154	8.061	57	57.086	3	1	1	1
Não Circulante	17.319	42.469	31.622	-	1.692	299	299	299
Patrimônio Líquido	177.429	194.206	-	145.557	-	161	161	161

	COELBA		CELPE		COSERN	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	Receita operacional líquida	2.898.234	2.522.252	1.988.206	1.867.071	749.818
Custo de bens e serviços vendidos	(1.464.047)	(1.358.854)	(1.298.602)	(1.310.487)	(392.724)	(356.088)
Resultado bruto	1.434.187	1.163.398	689.604	556.584	357.094	277.346
Receitas (despesas) operacionais	(364.685)	(301.904)	(215.139)	(222.353)	(98.374)	(70.907)
Resultado do serviço	1.069.502	861.494	474.465	334.231	258.720	206.439
Receita (despesas) financeiras	(207.643)	(177.143)	(112.566)	(131.900)	(43.098)	(41.354)
Resultado da equivalência patrimonial	-	(219)	-	-	-	-
Resultado operacional	861.859	684.132	361.899	202.331	215.622	165.085
Resultado não operacional	(7.206)	(4.920)	2.426	(3.686)	(1.306)	510
Resultado antes do IR e CS	854.653	679.212	364.325	198.645	214.316	165.595
Imposto de renda e contribuição social	(289.437)	(229.653)	(124.838)	(67.845)	(75.502)	(59.147)
Reversão Juros sobre Capital Próprio	82.200	91.000	72.039	87.000	30.300	34.900
Lucro líquido do exercício	647.416	540.559	311.526	217.800	169.114	141.348

	TERMOPERNAMBUCO		ITAPEBI		AFLUENTE	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	Receita operacional líquida	478.401	496.052	241.564	213.102	40.568
Custo de bens e serviços vendidos	(277.059)	(240.867)	(71.363)	(68.917)	(10.375)	(8.635)
Resultado bruto	201.342	255.185	170.201	144.185	30.193	34.243
Receitas (despesas) operacionais	(25.858)	(25.885)	(9.062)	(6.067)	17	(197)
Resultado do serviço	175.484	229.300	161.139	138.118	30.210	34.046
Receita (despesas) financeiras	(101.058)	(123.725)	(57.501)	(58.148)	4.209	1.117
Resultado operacional	74.426	105.575	103.638	79.970	34.419	35.163
Resultado não operacional	11	6	6	20	(1)	-
Resultado antes do IR e CS	74.437	105.581	103.644	79.990	34.418	35.163
Imposto de renda e contribuição social	(22.079)	(35.355)	(33.954)	(27.538)	(2.951)	(1.857)
Reversão Juros sobre Capital Próprio	25.810	30.100	14.190	14.600	-	-
Lucro líquido do exercício	78.168	100.326	83.880	67.052	31.467	33.306

	NC ENERGIA		NEOSERV(antiga TERMO NC)	
	2007	2006	2007	2006
	Receita operacional líquida	269.912	162.538	-
Custo de bens e serviços vendidos	(241.710)	(136.896)	(126)	(603)
Resultado bruto	28.202	25.642	(126)	(550)
Receitas (despesas) operacionais	(9.781)	(8.268)	(473)	(1.542)
Resultado do serviço	18.421	17.374	(599)	(2.092)
Receita (despesas) financeiras	(186)	347	524	498
Resultado da equivalência patrimonial	(63)	2.002	-	-
Resultado operacional	18.172	19.723	(75)	(1.594)
Resultado não operacional	(47)	-	19	4.758
Resultado antes do IR e CS	18.125	19.723	(56)	3.164
Imposto de renda e contribuição social	(6.244)	(6.143)	-	(1.142)
Reversão Juros sobre Capital Próprio	1.040	1.280	-	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	12.921	14.860	(56)	2.022

7. Aplicações financeiras

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Controladora		Consolidado	
				31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Banco do Brasil(1)	Fundo de Investimento	(*)	100% CDI	174.564	141.606	185.647	197.160
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	–	–	187.403	84.971
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	101% CDI	–	–	96.529	15.600
Banco do Brasil	Fundo de Renda Fixa	(*)	CDI	–	–	173.510	–
Banco do Brasil	Swap	(*)	101% CDI	–	–	142	6.426
Bradesco	CDB	(*)	100% CDI	–	–	41.645	17.108
Bradesco(1)	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	479.676	–	519.399	–
Bradesco	TPF	(*)	100% CDI	–	–	–	6.013
Bradesco	Título de Capitalização	fev/08	Diversas	–	–	153	150
Citibank	Fundo de renda fixa	Disponível	50,0% CDI	–	–	2.140	2.675
Banco Itaú	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	–	–	34.531	90.035
Banco Itaú(1)	Fundo de renda fixa	(*)	Diversas	–	213.734	530	307.525
Banco Votorantim(1)	Fundo de Renda Fixa	(*)	Diversas	220.724	200.579	220.724	200.580
BNP Paribas	Fundo de Investimento	(*)	CDI	–	–	37	–
Unibanco	Fundo de Investimento	(*)	CDI	–	–	66.058	–
Banco do Nordeste	Carteira de Clientes/CDI	(*)	97% CDI	–	–	7.731	–
Total				874.964	555.919	1.536.179	928.243
Ativo Circulante				874.964	555.919	1.536.179	928.243

(1) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Neoenergia, tendo a Companhia como participante. Sua carteira é composta principalmente de LTN - Letras do Tesouro Nacional, LFT - Letras Financeiras do Tesouro e CDB - Certificado de Depósito Bancário.

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela controladora e suas controladas.

8. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Consolidado						
	SalDOS Vencidos			Total		PCLD	
	SalDOS vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Setor Privado							
Residencial	378.875	103.738	149.170	631.783	494.169	(39.232)	(22.272)
Industrial	132.103	25.284	56.715	214.102	176.899	(29.517)	(18.143)
Comercial, serviços e outras	213.897	57.273	25.676	296.846	253.768	(19.518)	(17.161)
Rural	54.009	18.502	23.320	95.831	73.195	(12.814)	(11.535)
	778.884	204.797	254.881	1.238.562	998.031	(101.081)	(69.111)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	9.867	1.520	967	12.354	13.007	(535)	(404)
Estadual	17.085	5.032	3.418	25.535	26.937	(2.136)	(566)
Municipal	21.143	13.205	5.242	39.590	42.014	(5.160)	(2.833)
	48.095	19.757	9.627	77.479	81.958	(7.831)	(3.803)
Iluminação pública	31.579	15.052	12.230	58.861	53.139	(6.155)	(5.524)
Serviço público	37.340	11.562	4.143	53.045	60.663	(7.756)	(1.703)
	117.014	46.371	26.000	189.385	195.760	(21.742)	(11.030)
Fornecimento não faturado	221.955	–	–	221.955	227.338	–	–
Subtotal - Consumidores	1.117.853	251.168	280.881	1.649.902	1.421.129	(122.823)	(80.141)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	23.856	–	63.308	87.164	72.687	–	–
Acréscimos moratórios	16.377	9.328	18.355	44.060	42.992	–	–
Serviços prestados a terceiros	6.420	2.737	4.174	13.331	12.635	–	–
Disponibilização do sistema de Transmissão e Distribuição	19.712	3.004	9.251	31.967	31.003	–	–
Suprimento	196	–	–	196	83	–	–
Outros créditos	24.421	4.234	13.973	42.628	45.899	(8.316)	(1.511)
Total	1.208.835	270.471	389.942	1.869.248	1.626.428	(131.139)	(81.652)
Ativo Circulante	–	–	–	1.581.792	1.438.755	(130.925)	(81.289)
Ativo Não Circulante	–	–	–	287.456	187.673	(214)	(363)

As contas a receber de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e parcelamentos com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após essa data, geraram um direito de crédito para as Controladas COELBA, CELPE, COSERN e NC ENERGIA, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Valores a Receber - setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio judicial	48.796	48.793
Valores negociados com os agentes	2.802	5.321
Valores não negociados	14.079	13.400
Valores a Receber do período	21.487	5.173
Total	87.164	72.687
Ativo Circulante	23.856	9.725
Ativo Não Circulante	63.308	62.962

Os valores da “energia de curto prazo” podem estar sujeitos a modificações dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª e 2ª Instâncias. As controladas não são partes processuais, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figuram como assistentes processuais.

9. Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso, de órgãos públicos e débitos diversos (agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, etc.).

	Saldos		Vencidos		Consolidado		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	
Setor público	382.982	3.939	9.717	396.638	293.277	(15.865)	(16.254)			
Setor privado	114.880	27.836	7.184	149.900	43.208	(13.003)	(9.274)			
Total	497.862	31.775	16.901	546.538	336.485	(28.868)	(25.528)			
Ativo Circulante	-	-	-	265.862	83.444	(9.545)	(25.528)			
Ativo Não Circulante	-	-	-	280.676	253.041	(19.323)	-			

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração das controladas.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 124.494 (R\$ 128.079 em 31 de dezembro de 2006), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº 2016/CCE/2004 e 2033/CME/2005.

10. Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração das Controladas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

As controladas COELBA, CELPE e COSERN efetivam as baixas de contas a receber de consumidores de valores inferiores a R\$ 5 nos termos da Lei nº 9430, de 27 de dezembro de 1996. Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(131.139)	(81.652)
Títulos a receber	(28.868)	(25.528)
Outros créditos	(800)	(787)
Total	(160.807)	(107.967)
Ativo Circulante	(153.064)	(107.604)
Ativo Não Circulante	(7.743)	(363)

As mutações da provisão para crédito de liquidação duvidosa foram:

	Consolidado				Saldo 31/12/07
	Saldo 31/12/06	Adições	Reversões	Baixados Reserva	
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(81.652)	(377.834)	328.065	282	(131.139)
Títulos a receber	(25.528)	(14.150)	10.810	-	(28.868)
Outros créditos	(787)	(371)	358	-	(800)
Total	(107.967)	(392.355)	339.233	282	(160.807)
Ativo Circulante	(107.604)				(153.064)
Ativo Não Circulante	(363)				(7.743)

11. Ativos e passivos regulatórios

	Ref.	Consolidado			
		Ativo			
		31/12/07		31/12/06	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Acordo geral do setor elétrico	(a)				
Recomposição tarifária extraordinária - RTE		65.935	64.955	202.120	151.586
Energia livre - racionamento		24.890	9.146	92.267	153.603
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - racionamento		118.298	20.895	–	124.328
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - CVA					
PIS/COFINS	(b)	29.966	123.568	87.143	110.162
Reposicionamento Tarifário	(c)	8.610	4.544	43.038	24.318
Desverticalização da Atividade de Transmissão	(d)	286.311	–	383.107	118.813
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	(e)	–	–	(10.902)	–
Subsídio a Irrigantes e Aqüicultores	(f)	9.767	256	13.875	14.007
Exposição Financeira	(g)	15.149	60	7.230	4
Redução das Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD	(h)	309	–	179	–
Compra de Energia	(i)	7.857	423	8.532	245
Desconto Autoprodutor - Energia Destinada	(j)	40.656	8.889	32.505	44.824
Programa Luz para Todos	(k)	5.170	–	1.871	–
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(l)	16.509	–	–	–
Parcela de Ajuste Conexão	(m)	1.035	–	–	–
Parcela de Ajuste Rede Básica	(n)	2.171	1.904	–	–
Outros	(o)	14.790	5.546	–	–
Total	(p)	647.990	243.454	861.712	745.158
		Consolidado			
		Passivo			
		31/12/07		31/12/06	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Acordo geral do setor elétrico	(a)				
Energia livre - racionamento		37.662	8.088	90.965	143.090
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - racionamento		2.681	3.151	–	5.199
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da parcela "A" - CVA					
PIS/COFINS	(b)	43.916	17.245	38.402	25.826
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	(c)	168	–	952	324
Exposição financeira	(f)	11.669	7.147	–	–
Parcela de Ajuste Conexão	(h)	–	–	2.084	–
Parcela de Ajuste Rede Básica	(n)	2.171	1.904	–	–
Outros	(o)	17.554	9.560	–	–
Total	(p)	115.831	47.095	132.403	174.439

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em dezembro de 2001, o "Acordo Geral do Setor Elétrico," definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras. A ANEEL, através do Ofício Circular nº 2.212, de 20 de dezembro de 2005; e 074, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Para o item Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a incidência da remuneração deverá ser: (i) sobre o montante financiado, que corresponde a 90% dos valores homologados pela ANEEL, taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e (ii) sobre os 10% não financiado, taxa SELIC (BACEN);
- Para o item Energia Livre, para o caso em que a Geradora obteve o financiamento junto ao BNDES, calcular a remuneração pela taxa SELIC (BNDES), acrescida de juros de 1% a.a., proporcionalmente aos desembolsos recebidos; e para as Geradoras que não obtiveram financiamento a remuneração deverá ser calculada somente pela taxa SELIC (BACEN);
- Para o item "Parcela A" (parcela de custos componentes da tarifa de energia não gerenciáveis pela concessionária), a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC (BACEN).

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

• Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

A Resolução ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004, definiu o prazo máximo de permanência do adicional tarifário para a RTE nas tarifas de fornecimento para 74 meses para a COELBA e CELPE a partir de dezembro de 2001 (reduzindo o prazo anteriormente definido de 83 meses), e 102 meses para a COSERN, excluindo deste prazo a recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A" relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A COELBA, COSERN e CELPE avaliaram a recuperação em função dos prazos e constituíram provisão para perda na realização da RTE no valor de R\$ 90.039 (R\$ 57.506 em 2006) e R\$ 31.143 (R\$ 16.143 em 2006) e R\$ 2.573, respectivamente.

	Consolidado
Recomposição tarifária extraordinária (homologado)	629.758
Remuneração financeira	569.574
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(73.649)
(-) Reversão acumulada	(771.977)
Total em 31 de dezembro de 2006	353.706
Remuneração financeira	39.238
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(50.105)
(-) Reversão acumulada	(211.949)
Total em 31 de dezembro de 2007	130.890
Ativo Circulante	65.935
Ativo Não Circulante	64.955

• Energia Livre – Racionamento

A Energia Livre é a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do CCEE, realizadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração e de distribuição até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes.

A ANEEL, através da Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre, calculados com a aplicação de 25,65% pela COELBA, 31,62% pela CELPE e 18,71% pela COSERN sobre a arrecadação da RTE. Em 12 de janeiro de 2004, a ANEEL editou a Resolução nº 001 homologando novo valor da energia livre relativa ao período de 01 de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002 e através da Resolução nº 45, de 03 de março de 2004, alterou o percentual a ser aplicado à arrecadação da RTE a título de repasse de energia livre para as controladas COELBA, CELPE e COSERN para 27,46%, 33,69% e 19,45% respectivamente.

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Energia Livre (homologado)	69.817	176.964	67.021	179.760
Encargos	11.300	10.566	-	-
Transferências	213.184	(213.184)	217.320	(215.927)
(-) Reversão Acumulada	(210.113)	-	(203.596)	-
Remuneração financeira	4.245	179.257	4.245	179.257
Ajuste	3.834	-	5.975	-
Total em 31 de dezembro de 2006	92.267	153.603	90.965	143.090
Encargos	1.056	(1.835)	(504)	-
Transferências	119.314	(129.013)	123.594	(123.172)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(111.878)	(23.444)	(111.878)	(23.444)
(-) Reversão Acumulada	(83.498)	-	(80.367)	-
Remuneração financeira	15.852	9.835	15.852	11.614
Ajuste	(8.223)	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2007	24.890	9.146	37.662	8.088

Detalhamento do saldo passivo de energia livre:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
AES Tietê S/A	8.570	11.412
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A - CDSA	3.184	4.111
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	3.861	5.582
Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC	3.114	4.013
Companhia Energética de São Paulo - CESP	26.420	35.066
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	36.536	47.513
Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF	39.086	50.724
Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL-G	2.693	3.897
Duke Energy Internacional -Geração Paranapanema S/A - DUKE	7.243	9.391
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE	11.477	14.874
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE	2.907	3.807
Empresa Energética de Sergipe S/A - ENERGEIPE	14	23
Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS	28.393	37.403
Rio Grande Energia - RGE	558	767
Tractebel Energia S/A - TRACTEBEL	2.552	3.286
Outras	1.567	2.186
Subtotal	178.175	234.055
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(131.923)	-
(-) Encargos	(502)	-
Total	45.750	234.055
Passivo Circulante	37.662	90.965
Passivo Não Circulante	8.088	143.090

• Valores Tarifários não Gerenciáveis a compensar da "Parcela A" – Racionamento

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da "Parcela A" referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados através da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados através de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda), iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante Resolução nº 001, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da "Parcela A"

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Valores tarifários não gerenciáveis de parcela "A" - racionamento (homologado)	49.357	2.250
Remuneração financeira	74.971	2.949
Total em 31 de dezembro de 2006	124.328	5.199
Remuneração financeira	14.865	633
Total em 31 de dezembro de 2007	139.193	5.832
Circulante	118.298	2.681
Não Circulante	20.895	3.151

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	7.586	–
Reserva global de reversão - RGR	4.287	3.779
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	832	–
Encargos de conexão no sistema de transmissão	1.114	2.053
Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST	37.247	–
Energia comprada para revenda	88.127	–
Total em 31 de dezembro de 2007	139.193	5.832
Total em 31 de dezembro de 2006	124.328	5.199

(b) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

	Consolidado					
	Ativo			Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA - 26 de outubro de 2001 a 28 de fevereiro de 2004 - CELPE	1.698	–	1.698	–	–	–
CVA 23 de março de 2005 a 22 de março de 2006 - COSERN	34	–	34	19	–	19
CVA - 1 de abril de 2005 a 31 de março de 2006 - CELPE	2.523	104.826	107.349	–	–	–
CVA 23 de março de 2006 a 22 de março de 2007 - COELBA e COSERN	2.466	12.231	14.697	16.654	10.490	27.144
CVA - 1 de abril de 2006 a 31 de março de 2007 - CELPE	1.483	–	1.483	6.664	–	6.664
CVA 23 de março de 2007 a 22 de março de 2008 - COELBA e COSERN	3.520	–	3.520	1.687	–	1.687
CVA - 1 de abril de 2007 a 31 de março de 2008 - CELPE	18.242	6.511	24.753	18.892	6.755	25.647
Total em 31 de dezembro de 2007	29.966	123.568	153.534	43.916	17.245	61.161
Total em 31 de dezembro de 2006	87.143	110.162	197.305	38.402	25.826	64.228

	Consolidado				Saldos em 31/12/07
	Saldos em 31/12/06	Remuneração	Constituição	Amortização	
CVA	28.862	(311)	18.700	(27.221)	20.030
CCC	2.555	132	1.129	(2.648)	1.168
CDE	796	(8)	–	(746)	42
ESS	9.929	(93)	11.890	(9.017)	12.709
TRANSPORTE	152.034	4.098	9.699	(48.102)	117.729
ENERGIA COMPRADA	3.129	380	4.956	(6.609)	1.856
PROINFA	197.305	4.198	46.374	(94.343)	153.534

	Consolidado				Saldos em 31/12/07
	Saldos em 31/12/06	Remuneração	Constituição	Amortização	
CVA	12.168	3.230	56.522	(50.243)	21.677
CCC	–	–	27	1	28
CDE	–	–	–	1	1
ESS	–	–	–	–	–
RGR	–	–	–	–	–
TFSEE	–	–	–	–	–
TRANSPORTE	45.073	1.883	14.922	(52.382)	9.496
ENERGIA COMPRADA	6.987	10.695	12.461	(188)	29.955
PROINFA	–	1	–	3	4
Total	64.228	15.809	83.932	(102.808)	61.161

(c) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, as controladas COELBA, COSERN e CELPE procederam ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 do PIS, de 30/12/2002, e Lei 10.833/03 do COFINS, de 29/12/2003.

A ANEEL, no reajuste tarifário de 2007, homologou os valores de PIS e COFINS, atualizados monetariamente pela variação do IGPM, e subtraídos dos valores já contemplados nos reajustes de 2005 e 2006, conforme evidenciado na Nota Técnica nº. 79, de 05 de abril de 2007, para COELBA, 090, de 16 de abril de 2007, para CELPE, e 081, de 5 de abril de 2007 para COSERN, resultando em um valor total de R\$ 11.676, 4.869 e 1.366 respectivamente a ser recuperado no período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Ativo regulatório das contribuições para:				
PIS (dezembro de 2002 a dezembro de 2006)	3.533	20.879	–	1.036
COFINS (fevereiro de 2004 a dezembro de 2006)	9.621	46.477	168	240
Total	13.154	67.356	168	1.276
Ativo Circulante	8.610	43.038	168	952
Ativo Não Circulante	4.544	24.318	–	324

	Consolidado		
	ATIVO		
	PIS	COFINS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2006	20.879	46.477	67.356
Remuneração	501	988	1.489
(–) Perda ao Valor de Realização			
Amortização	(16.893)	(37.844)	(54.737)
Ajuste	(954)	–	(954)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	3.533	9.621	13.154

	Consolidado		
	PASSIVO		
	PIS	COFINS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2006	1.036	240	1.276
Remuneração	1	15	16
Constituição	–	642	642
Amortização	(83)	(729)	(812)
Ajuste	(954)	–	(954)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	–	168	168

(d) Reposicionamento Tarifário

• COELBA

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 104, de 18 de abril de 2005, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, ocorrida em abril de 2003, fixando o reposicionamento tarifário em 38,78%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão.

• CELPE

A ANEEL, mediante a Resolução Homologatória nº 326, de 28 de abril de 2006, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Controlada, fixando o reposicionamento tarifário em 23,57%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão.

O diferencial de 11,07 pontos percentuais, verificado entre os índices de reposicionamento e de reajuste tarifário, constitui uma receita diferida e será compensado em parcelas anuais de R\$ 115.278, a serem atualizadas e acrescidas à Parcela B, nos reajustes tarifários de 2006 a 2008.

O ativo regulatório de reposicionamento da revisão tarifária decorrente da receita diferida, líquido das reversões, relativas ao período de 22 de abril de 2003 a 31 de dezembro de 2007, corresponde a:

	Consolidado
Constituição	788.523
Remuneração	69.681
Amortização	(356.284)
Total em 31 de dezembro de 2006	501.920
Constituição	409.872
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(46.635)
Remuneração	67.932
Amortização	(646.778)
Total em 31 de dezembro de 2007	286.311
Ativo Circulante	286.311

(e) Desverticalização da Atividade de Transmissão

Para eliminar os efeitos da segregação dos ativos de transmissão no processo de revisão tarifária, a ANEEL recalculou, de forma provisória, o reposicionamento das tarifas, que reproduz a receita de equilíbrio econômico da concessão, apurando-se o valor de R\$ 31.523, a ser deduzido da receita requerida sob a forma de componente financeiro, no período de um ano, iniciando-se em abril de 2006.

	Consolidado
Total em 31 de dezembro de 2006	(10.902)
Constituição	–
Amortização	10.902
Total em 31 de dezembro de 2007	–

(f) Energia Elétrica Excedente

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou, os valores referentes à sobrecontratação de energia no exercício de 2006 e a diferença do re-cálculo do exercício de 2005, conforme evidenciado na Nota Técnica nº. 79 de 05 de abril de 2007, para COELBA, 90 de 16 de abril de 2007, para CELPE, e 81, de 5 de abril de 2007 para COSERN, no montante total de R\$ 19.129, 13.425 e 3.723, respectivamente a ser recuperado num período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

Esses valores foram homologados de forma provisória, e deverão ser recalculados assim que a regra e os procedimentos de comercialização para disciplinar os cálculos estiverem aprovados pela ANEEL.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Constituição	40.991	-
Remuneração	62	-
Amortização	(13.171)	-
Total em 31 de dezembro de 2006	27.882	-
Constituição	4.071	18.592
Remuneração	1.074	224
Amortização	(23.004)	-
Total em 31 de dezembro de 2007	10.023	18.816
Circulante	9.767	11.669
Não Circulante	256	7.147

(g) Subsídio a Irrigantes e Aquicultores

A Resolução Normativa N° 207, de 09 de janeiro de 2006, que "estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura", dispôs no Artigo 6° que "o valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos nesta Resolução, configura direito da concessionária a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração."

• COELBA

A diferença econômico-financeira referente aos descontos especiais ampliados relativos ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação, no período de outubro de 2002 a janeiro de 2007, foi homologado pela ANEEL, de forma provisória, no montante de R\$ 3.202, já descontado o valor recebido no reajuste de 2006 e repassado à tarifa por um período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

• COSERN

No reajuste tarifário de abril de 2007 a ANEEL homologou valores provisórios referentes à extensão do horário de desconto dos irrigantes no montante de R\$ 2.361 e do desconto dos aquicultores no montante de R\$ 1.276.

• CELPE

No reajuste de 2007 a ANEEL homologou valores do desconto dos aquicultores no montante de R\$ 42.

	<u>Consolidado</u>
Constituição	20.764
Remuneração	22
Amortização	(13.552)
Total em 31 de dezembro de 2006	7.234
Constituição	18.932
Remuneração	555
Amortização	(11.512)
Total em 31 de dezembro de 2007	15.209
Ativo Circulante	15.149
Ativo Não Circulante	60

(h) Exposição financeira

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais exposições financeiras no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, positivas ou negativas, serão assumidas pelos agentes de distribuição, garantindo o repasse ao consumidor final.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de abril de 2007, o montante de R\$ 506, R\$ 247 e R\$ 156, para a COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente, referente a exposição financeira líquida no ano de 2006, e a importância de R\$ (3) na COSERN, que é devido a diferença entre o valor repassado provisoriamente no reajuste anterior de 2006, relativo à exposição do ano civil de 2005, e o valor recalculado pela CCEE, com atualização monetária pelo IPCA. O total homologado na COSERN foi de R\$ 153.

A COELBA, CELPE e a COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes, cujos montantes em 31 de dezembro de 2007 são de R\$ 159, R\$ 68 e R\$ 82 respectivamente.

(i) Redução da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição

A Resolução Normativa n° 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7, configura o direito da concessionária de distribuição compensar o valor correspondente a redução percentual da Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

A ANEEL homologou no reajuste tarifário de 2007, o montante de R\$ 185, R\$ 1.361 e R\$ 811 para a COELBA, CELPE e COSERN, a ser recuperado num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2007.

	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
COELBA	4.881	4.779
COSERN	1.424	2.888
CELPE	1.975	1.110
Total	8.280	8.777
Ativo Circulante	7.857	8.532
Ativo Não Circulante	423	245

(j) Compra de energia

Com a entrada em operação, em maio de 2004, da usina termoeletrica TERMOPERNAMBUCO, a CELPE solicitou a ANEEL um reajuste tarifário extraordinário visando à cobertura dos custos adicionais com a compra de energia.

Em reunião pública deliberativa, realizada em 08 de novembro de 2004, a diretoria da ANEEL reconheceu o direito da CELPE ao repasse dos custos adicionais com compra de energia elétrica da TERMOPERNAMBUCO, desde a entrada em operação comercial dessa usina, por meio de constituição de ativo regulatório.

As faturas emitidas na CELPE até outubro de 2004, montam em R\$ 145.986, atingindo o valor de R\$ 56.475 quando amortizado e atualizado pelo IGPM. A partir desta data, estes estão sendo incluídos na CVA de acordo com a Portaria Interministerial n° 361, de 26 de novembro de 2004.

(k) Desconto Autoprodutor – Energia Destinada

Os artigos 19 e 20 da Resolução ANEEL n° 166, de 10 de outubro de 2005, definiram os descontos a serem aplicados a energia destinada às unidades correlatas de autoprodutores.

No reajuste tarifário de abril de 2007 a ANEEL, em sua Nota Técnica n° 79 e 81 de 5 de abril de 2007, homologou os subsídios concedidos no período de outubro de 2005 a janeiro de 2007 para COSERN e de outubro de 2005 a dezembro de 2006 para COELBA, nos montantes de R\$ 3.511 e R\$ 2.026, para a COELBA e COSERN, respectivamente, a ser recuperado num período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

	Consolidado
Total em 31 de dezembro de 2006	1.871
Constituição	5.982
Remuneração	262
Amortização	(2.945)
Total em 31 de dezembro de 2007	5.170
Ativo Circulante	5.170
Ativo Não Circulante	-

(l) Programa Luz para Todos

A expansão do sistema de distribuição e o aumento do grau de dispersão dos consumidores em função da adição de novos ativos e do número de unidades consumidoras atendidas pelo Programa Luz para Todos, impõe um aumento dos custos de atividades comerciais e de operação e manutenção das redes; e do nível de investimentos, não subvencionados.

A ANEEL, no reajuste tarifário de abril de 2007, homologou o déficit mensal decorrente da diferença entre a receita verificada e os custos relacionados ao programa, corrigidos até a data do reajuste pelo IGPM, além de considerar estimativa para os doze meses seguintes, homologou para a COELBA, COSERN e CELPE os montantes de R\$ 58.869, R\$ 10.810 e R\$ 35.442, respectivamente, a ser recuperado num período de um ano, iniciando-se em abril de 2007.

	Consolidado
Total em 31 de dezembro de 2006	-
Constituição	103.336
Remuneração	(7.342)
Amortização	(79.485)
Total em 31 de dezembro de 2007	16.509
Ativo Circulante	16.509
Ativo Não Circulante	-

(m) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Apuração da diferença financeira referente a não consideração dos componentes financeiros no cálculo de P&D efetuado no reajuste de 2006. O valor de R\$ 3.807 foi homologado pela ANEEL na Nota Técnica nº 090, de 16 de abril de 2007 para a CELPE.

	Consolidado
Total em 31 de dezembro de 2006	-
Constituição	3.644
Remuneração	163
Amortização	(2.772)
Total em 31 de dezembro de 2007	1.035
Ativo Circulante	1.035
Ativo Não Circulante	-

(n) Parcela de Ajuste Conexão

Através da primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica, foi reposicionada a tarifa de conexão, com vigência retroativa a 1º de julho de 2005. Nesse caso, os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão têm seu reajuste concatenado com o reajuste/revisão tarifários das concessionárias de distribuição. A liquidação da diferença de arrecadação e o seu repasse às tarifas de fornecimento estão sendo realizados em 24 meses, através do primeiro reajuste/revisão, desde 1º de julho de 2007.

As Controladas efetuaram os registros contábeis decorrentes, no ativo e no passivo, cujos montantes iguais são em 31 de dezembro de 2007, R\$ 4.075.

(o) Parcela de Ajuste Rede Básica

Através das Resoluções Homologatórias nº 486 e 495/2007, a ANEEL publicou os resultados da primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica, todos com índices de reposicionamento negativos e com vigência retroativa a 1º de julho de 2005, determinando que a diferença de arrecadação no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2007, em virtude dos efeitos retroativos da nova receita, seja compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da Parcela de Ajuste.

Para as concessionárias de distribuição de energia elétrica, essa diferença de arrecadação constitui um direito, o qual está sendo amortizado desde julho/2007. O valor pago a maior foi repassado aos consumidores através da Parcela A da tarifa de fornecimento. Esse valor será devolvido também em 24 meses a partir da segunda Revisão Tarifária Periódica das Controladas.

As Controladas efetuaram os registros contábeis decorrentes, no ativo e no passivo, cujos montantes respectivamente em 31 de dezembro de 2007 são de R\$ 20.336 e R\$ 27.114.

(p) Outros

Custos adicionais reconhecidos pela ANEEL no reajuste tarifário de abril de 2007 através da Nota Técnica nº 081, de 05 de abril de 2007, para a COELBA e COSERN, nº 090, de 16 de abril de 2007, para a CELPE, a serem recuperados num prazo de 12 meses, iniciando-se em abril de 2007.

A COELBA, CELPE e COSERN, efetuaram os registros contábeis decorrentes, cujo montante em 31 de dezembro de 2007 são de R\$ 169, R\$ 322 e R\$ 76, respectivamente.

Adicionalmente, estão contabilizados os valores referentes à remuneração das instalações (rede básica) da AFLUENTE no período de abril de 2006 a junho de 2006, as quais desde o processo de desverticalização deixaram de ser remuneradas. O montante até 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 3.268.

12. Títulos e valores mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Consolidado	
				31/12/07	31/12/06
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	mar-13	Variável	10.612	–
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	dez-08	Variável	2.726	–
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Diversos	99% CDI	21.769	12.349
Banco Nordeste do Brasil	CDB	dez/12	99% CDI	7.232	20.353
Bradesco	CDB	dez/09	98% CDI	73	1.133
Bradesco	CDB	dez/09	98,8% CDI	704	–
Bradesco	CDB	fev/10	98,7% CDI	1.297	–
Bradesco	Carteira de Clientes/CDI	Diversos	99,5% CDI	7.769	–
Bradesco	CDB	ago/10	98,8% CDI	2.336	–
Bradesco	CDB/CDI	Diversos	99% CDI	–	724
Santander	CDB	jan/09	100,5% CDI	1.499	–
Santander	CDB/CDI	out/08	100,7% CDI	21.547	21.820
Banco do Brasil	CDB	Diversos	Diversos	–	14.226
Banco do Brasil	CDB	jan/08	99% CDI	4.988	–
Banco do Brasil	Fundos de Investimentos	(*)	CDI	11.533	–
Total				94.085	70.605
Ativo Circulante				53.957	44.938
Ativo Não Circulante				40.128	25.667

(1) As Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, das controladas COELBA, CELPE e COSERN constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 26).

(2) As aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários da COELBA e COSERN constituem garantia para leilão de energia.

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pelas Companhias.

13. Tributos e contribuições sociais

	Ref.	Controladora		Consolidado					
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
		31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06		
Imposto de Renda - IR	(1)	15.115	3.584	24.214	5.336	53.877	29.248	47.456	27.200
Contribuição Social - CSLL	(1)	210	113	–	–	49.340	17.680	1.630	–
ICMS	(2)	–	–	–	–	162.977	156.602	129.990	108.056
PIS	(3)	18	16	4.213	1.693	727	4.001	14.384	11.768
COFINS	(3)	630	629	22.829	7.799	7.456	14.489	70.628	54.245
INSS		–	–	22	14	2.629	1.883	7.294	6.694
FGTS		–	–	2	8	–	–	1.701	1.879
IOF		2.810	–	18	91	2.811	–	40	91
Outros		25	25	714	20	5.925	6.456	10.291	16.117
Total		18.808	4.367	52.012	14.961	285.742	230.359	283.414	226.050
Circulante		18.808	4.367	52.012	14.961	188.044	139.202	255.622	201.384
Não Circulante		–	–	–	–	97.698	91.157	27.792	24.666

(1) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(2) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, as controladas vêm registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

A COELBA também possui:

- diversos créditos de incentivo fiscal a recuperar de ICMS, no montante de R\$ 3.384.

A COSERN também possui:

Incentivo cultural decorrente da Lei Câmara Cascudo e o ICMS antecipado no montante de R\$ 155.

(3) O PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, da apuração mensal e das antecipações de órgãos públicos.

A ITAPEBI também possui:

- Corresponde ao: IRRF sobre as aplicações financeiras; saldo negativo do IRPJ apurado no exercício de 2006; antecipações do IRPJ e CSLL decorrentes das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996; IRRF a pagar sobre serviços prestados pessoa física e jurídica e IRRF sobre folha de pagamento.

A TERMOPERNAMBUCO também possui:

- A Lei 11.196/05, resultante da MP 255/05, garante o direito à TERMOPERNAMBUCO em pagar o PIS e a COFINS no regime cumulativo para os contratos de fornecimento de energia (PPAS) firmados anteriores a outubro de 2003 com preço pré-determinado. Essa lei produz efeitos retroativos a novembro de 2003.

14. Tributos e contribuições sociais diferidos

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, TERMOPE, ITAPEBI e AFLUENTE registraram os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre, compra de energia, ativo regulatório, reposicionamento tarifário e diferencial de alíquota do ICMS incidente na compra de ativo fixo, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização.

O imposto de renda nas empresas é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída a alíquota de 9%, o PIS constituído a alíquota de 1,65% e a COFINS constituída a alíquota de 7,6%.

Na AFLUENTE o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 0,65% e 3,0%.

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	31/12/07		31/12/06		31/12/07		31/12/06	
	Base de cálculo	Tributo diferido						
Imposto de Renda								
Prejuízos Fiscais	169.377	42.344	452.900	113.225	–	–	–	–
Diferenças Temporárias	557.212	139.279	522.562	130.641	523.323	130.054	956.332	238.331
	726.589	181.623	975.462	243.866	523.323	130.054	956.332	238.331
Contribuição Social								
Base Negativa	169.377	15.244	283.345	25.501	–	–	–	–
Diferenças Temporárias	557.212	50.148	522.197	46.998	505.062	45.197	900.256	80.764
	726.589	65.392	805.542	72.499	505.062	45.197	900.256	80.764
PIS								
Diferenças Temporárias	–	–	–	–	555.899	9.140	1.168.401	19.246
	–	–	–	–	555.899	9.140	1.168.401	19.246
COFINS								
Diferenças Temporárias	–	–	–	–	557.196	42.197	1.168.390	88.649
	–	–	–	–	557.196	42.197	1.168.390	88.649
Total		247.015		316.365		226.588		426.990
Circulante		95.353		110.983		189.139		265.095
Não Circulante		151.662		205.382		37.449		161.895

A base de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	Consolidado							
	31/12/07				31/12/06			
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL	PIS	COFINS
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	88.027	88.027	–	–	79.852	79.852	–	–
Provisão para contingências	168.567	168.567	–	–	145.426	145.061	–	–
Provisão para passivo atuarial	189.926	189.926	–	–	174.685	174.685	–	–
Provisão para demissão voluntária	9.723	9.723	–	–	1.815	1.815	–	–
PIS/COFINS diferidos	137.048	137.048	101.854	101.843	92.977	92.977	5.879	5.868
Recomposição tarifária extraordinária	31.895	12.472	31.895	31.895	353.706	296.373	350.687	350.687
Reposicionamento tarifário	289.579	289.579	289.579	289.579	494.286	494.286	494.286	494.286
Redução das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição	6.856	6.856	6.856	6.856	8.245	8.245	8.245	8.245
Subsídio a irrigantes	9.051	9.051	9.051	9.051	6.049	6.049	6.049	6.049
Exposição Financeira	159	159	159	159	–	–	–	–
Compra de energia	49.545	49.545	62.541	62.541	77.329	77.329	77.329	77.329
Energia livre	1.417	1.417	32.500	33.808	547	547	225.844	225.844
Programa Luz para Todos	15.955	15.955	15.955	15.955	–	–	–	–
Desconto Autoprodutor de Energia	4.307	4.307	4.307	4.307	–	–	–	–
Pesquisa e Desenvolvimento	9.358	9.358	–	–	–	–	–	–
Subvenção à baixa renda	–	–	–	–	2.392	2.392	82	82
Outros	69.122	70.284	1.202	1.202	41.585	42.842	–	–
Total	1.080.535	1.062.274	555.899	557.196	1.478.894	1.422.453	1.168.401	1.168.390
Ativo	557.212	557.212	–	–	522.562	522.197	–	–
Passivo	523.323	505.062	555.899	557.196	956.332	900.256	1.168.401	1.168.390

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal das Controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de Realização	Consolidado					
	2008	2009	2010	2011	2012-2015	Total
Imposto de Renda	79.565	43.197	35.768	12.087	11.006	181.623
Contribuição Social	28.678	15.546	12.872	4.348	3.948	65.392
	108.243	58.743	48.640	16.435	14.954	247.015

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda da Controlada divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34 % em 2007 e 2006.

	Controladora			
	31/12/07		31/12/06	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.078.089	1.078.089	779.973	779.973
Amortização do ágio e reversão da PMIPL				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.078.089	1.078.089	779.973	779.973
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	269.522	97.028	194.993	70.198
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Ágio Participação Societária	31.386	11.299	26.497	9.539
JSCP	53.381	19.217	56.299	20.268
Despesas indedutíveis (inclui provisões)	1.778	640	364	131
Outras Adições	-	-	2.374	853
Subtotal Adições	86.545	31.156	85.534	30.791
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(358.287)	(128.983)	(281.631)	(101.387)
Subtotal Exclusões	(358.287)	(128.983)	(281.631)	(101.387)
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	(2.220)	(799)	(1.104)	(398)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	-	-

15. Fundos vinculados

• ITAPEBI

BNDES

Refere-se a depósitos efetuados no Banco do Brasil S.A. a título de garantia outorgada do contrato de financiamento obtido junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 26), tendo por objetivo assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do referido contrato, a qual deverá ser mantida até a liquidação total da obrigação, e sua movimentação somente poderá acontecer por autorização do BNDES. Essa garantia deverá ser equivalente a, no mínimo, seis meses de serviços da totalidade da dívida.

OUTROS

E os outros são depósitos efetuados no Banco Bradesco S.A especificamente para realização da Custódia das Garantias e da Liquidação Financeira junto ao CCEE.

• TERMOPERNAMBUCO

BNDES

Refere-se principalmente à "Conta de Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", de acordo com o item XVIII da Cláusula 16 do Aditivo nº 1 ao Contrato de Financiamento com o BNDES, a TERMOPERNAMBUCO deverá manter o saldo mínimo equivalente a seis vezes o valor da última parcela vencida de amortização e juros decorrentes deste Contrato durante o prazo de amortização.

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Composição		
BNDES	65.752	62.790
OUTROS	3.399	4.040
Total	69.151	66.830
Ativo Circulante	3.017	3.675
Ativo Não Circulante	66.134	63.155

16. Benefício fiscal - Ágio incorporado

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de concessão/autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, as controladas mantêm o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2003, por meio de reunião do Conselho de Administração e de Assembléia Geral Extraordinária da TERMOPERNAMBUCO, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a Termope o benefício fiscal do ágio de R\$ 130.674, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da Termope pertencentes a CELPE, em outubro de 2003.

Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 26/12/2003 foi aprovado aumento de capital na Companhia de propósito específico (SPE) Rio Japuri Empreendimentos e Participações S.A. integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA S.A. na TERMOPERNAMBUCO, na data base de 30 de novembro de 2003. O processo foi concluído com a incorporação pela Companhia de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349 de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 11 de dezembro de 2006, a controlada ITAPEBI, por meio da reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 764.646 (R\$ 822.396 em 2006), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das controladas apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	Consolidado	
	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Ágio - incorporado	3.443.491	3.443.491
Provisão Constituída	(2.272.705)	(2.272.705)
Benefício fiscal	1.170.786	1.170.786
Amortização de ágio acumulada	(1.193.527)	(1.024.679)
Reversão da provisão acumulada	787.387	676.289
Líquido correspondente ao crédito fiscal incorporado	764.646	822.396
Ativo Circulante	56.694	57.750
Ativo Não Circulante	707.952	764.646

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para COELBA, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para CELPE, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para COSERN, maio de 2004, 248 parcelas mensais para TERMOPERNAMBUCO e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para ITAPEBI e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para COELBA, nº 192, de 31 de maio de 2001 para CELPE, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para COSERN.

O Despacho 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na COELBA.

As curvas de amortização dos ágios das controladas, autorizadas pela ANEEL, estão assim compostas:

Curvas de amortização de ágio											
ANO	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI	ANO	COELBA	COSERN	CELPE	TERMOPE	ITAPEBI
2006	0,04440	0,04547	0,05162	0,10610	0,01193	2020	0,03480	0,02907	0,02335	0,01580	0,01338
2007	0,04180	0,04455	0,05038	0,09210	0,13040	2021	0,03280	0,02784	0,02238	0,01380	0,01149
2008	0,04910	0,04297	0,04501	0,07950	0,11838	2022	0,03130	0,02666	0,02140	0,01220	0,00986
2009	0,05250	0,04118	0,04397	0,06640	0,10740	2023	0,02970	0,02551	0,02045	0,01010	0,00847
2010	0,04930	0,04133	0,04184	0,05830	0,09702	2024	0,02820	0,02442	0,01860	0,00830	0,00727
2011	0,04930	0,03983	0,04033	0,05320	0,08710	2025	0,02680	0,02336	0,01773	-	0,00625
2012	0,04750	0,03842	0,03641	0,04640	0,07771	2026	0,02540	0,02235	0,01690	-	0,00536
2013	0,04420	0,03705	0,03480	0,04010	0,06660	2027	-	0,02138	0,01609	-	0,00461
2014	0,04350	0,03741	0,03342	0,03510	0,05944	2028	-	-	0,01476	-	0,00396
2015	0,04340	0,03575	0,03202	0,03100	0,05205	2029	-	-	-	-	0,00340
2016	0,04180	0,03430	0,02918	0,02630	0,04534	2030	-	-	-	-	0,00292
2017	0,04010	0,03289	0,02798	0,02270	0,02878	2031	-	-	-	-	0,00250
2018	0,03790	0,03153	0,02682	0,02100	0,01883	2032	-	-	-	-	0,00215
2019	0,03680	0,03022	0,02573	0,01820	0,01558	2033	-	-	-	-	0,00185

17. Estoques

	Consolidado	
	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Estoque total	111.952	153.339
Imobilizado em curso	(97.592)	(139.370)
Total	14.360	13.969

18. Depósitos judiciais

As controladas COELBA e COSERN acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S/A, processo nº 2002.5101000216/4, na qual as Companhias foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte – IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio – JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas COELBA e COSERN, em favor da Neoenergia S/A, que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Os referidos depósitos estão atualizados com base na taxa SELIC, cujo montante em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 29.791.

Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das provisões para contingências passivas a que se referem (vide nota explicativa nº 32.1).

A controlada TERMOPERNAMBUCO também mantém, depósito em juízo de R\$ 5.651 até o julgamento final do mérito, referente ao IRRF incidente sobre a fatura de nº 200.000.0087, emitida em outubro de 2002, relativo à prestação de serviço da Iberdrola Energia S/A.

19. Despesas pagas antecipadamente

	Ref.	Consolidado	
		<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Gastos com colocação de Debêntures	(1)	18.765	20.430
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	(2)	6.846	4.217
Encargos Financeiros	(3)	6.748	6.019
Prêmio seguro	(5)	3.790	4.117
Copergás - Take or Pay	(4)	4.733	4.733
Outros		34.847	2.772
Total		75.729	42.288
Ativo Circulante		24.275	20.917
Ativo Não Circulante		51.454	21.371

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 27, as controladas COELBA, COSERN, CELPE, TERMOPERNAMBUCO e ITAPEBI emitem debêntures de longo prazo, e os custos envolvidos no processo de colocação desses títulos no mercado estão sendo apropriados ao resultado proporcionalmente aos prazos de vencimento das debêntures.

(2) A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 250, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu, para o ano de 2006, na COELBA, nº 405, de 05 de dezembro de 2006, estabeleceu, para o ano de 2007, na CELPE e nº 567, de 27 de novembro de 2007, estabeleceu para

o ano de 2008 para a COSERN, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao PROINFA, e as controladas COELBA, CELPE e COSERN efetuaram os registros contábeis decorrentes.

(3) Refere-se aos desembolsos financeiros com o financiamento com o BNDES, o qual será amortizado até o vencimento do mesmo.

(4) Refere-se ao saldo remanescente das quantidades pagas e não retiradas de gás, as quais a TERMOPERNAMBUCO poderá recuperar durante a vigência do contrato, até o último mês do sétimo ano seguinte ao da apuração da quantidade paga e não retirada.

(5) A Companhia possui cobertura de seguros de riscos patrimoniais para suas estruturas civis e equipamentos eletromecânicos, incluindo (mas não estando limitado) nesse programa as coberturas de quebra de máquinas, honorários de peritos, remoção de escombros, erros e omissões, medidas de salvaguarda, recomposição de registros e documentos, despesas de combate a incêndios, despesas extraordinárias e lucros cessantes. Possui também cobertura de seguros para terrorismo e responsabilidade civil, incluindo danos morais, guarda de veículos de terceiros e poluição súbita e acidental.

20. Outros créditos

	Ref.	Controladora		Consolidado	
		31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Subvenção à baixa renda -tarifa social	(1)	-	-	126.636	65.752
Adiantamentos a Empregados		89	136	3.061	7.900
Adiantamentos a Fornecedores		159	959	9.495	16.302
Repasse de Empréstimos e Financiamentos		-	-	1.472	4.909
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	5.674	7.672
Encargos CBEE		-	-	2.698	3.689
RGR a compensar		-	-	1.109	2.508
Precatório - Finsocial	(2)	-	-	13.746	15.649
Entidade de previdência privada	(3)	-	-	1.692	346
Caixa Econômica Federal-FGTS não optantes	(3)	-	-	14.792	14.792
Desativações em Curso		-	-	4.136	3.316
Dispêndios a Reembolsar em Curso		-	-	17.109	16.841
Outros créditos a receber		16	15	53.398	12.349
Total		264	1.110	255.018	172.025
Ativo Circulante		249	1.095	222.023	130.906
Ativo Não Circulante		15	15	32.995	41.119

(1) O Governo Federal, através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas COELBA, CELPE e COSERN.

Através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art.5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(2) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003, em favor da Companhia, no valor de R\$ 18.776, já tendo sido liberadas as quatro primeiras parcelas anuais. A expectativa de realização do saldo dos precatórios, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA é em prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, no prazo máximo de 6 (seis) anos.

(3) Em 2004, a COELBA promoveu ação ordinária contra a Caixa Econômica Federal pleiteando a seu favor, parte do saldo existente em contas do FGTS, referentes a ex-empregados não optantes, para as quais não teria sido calculada corretamente a incidência de correção monetária relativamente aos períodos e índices de junho/87, janeiro/89, março, abril, maio e junho/90, e fevereiro e março/91, expurgadas por ocasião dos planos de estabilização econômica.

Em 02 de setembro de 2005, o Juiz da 11ª Vara da Justiça Federal da Seção Judiciária de Salvador julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a Caixa Econômica Federal a recalcular os saldos das contas vinculadas do FGTS não optantes cujos valores já foram liberados para a COELBA, nos períodos de janeiro/89 e abril/90, pagando o valor das diferenças, incluindo correção monetária e juros. Em novembro de 2005 o processo foi transitado em julgado e em janeiro de 2006 a COELBA entrou com ação de execução de sentença.

21. Investimentos

Informações sobre as investidas

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares)		Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido no período
			Ordinárias	Preferenciais				
COELBA		31/12/07	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.500.184	647.416
		31/12/06	9.812.209	6.717.881	87,84	542.163	1.300.366	540.559
CELPE		31/12/07	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.205.484	311.526
		31/12/06	66.022.550	864.648	89,65	590.174	1.128.199	217.800
COSERN	(3)	31/12/07	110.782	31.153	84,45	179.787	513.013	169.114
		31/12/06	110.782	31.153	84,45	179.787	475.624	141.348
TERMOPE		31/12/07	342.594	-	100,00	294.570	420.590	78.168
		31/12/06	342.594	-	100,00	294.570	405.009	100.326
TERMOAÇU	(1)	31/12/07	290.047	-	27,90	635.948	635.948	-
		31/12/06	269.539	-	37,57	516.918	516.918	-
NC ENERGIA		31/12/07	7.100	-	100,00	13.600	16.320	12.921
		31/12/06	7.100	-	100,00	13.600	16.320	14.860
ITAPEBI		31/12/07	44.100	-	42,00	105.000	199.986	83.880
		31/12/06	63.000	-	42,00	150.000	222.685	67.050
NEOSERV	(2)	31/12/07	1	-	100,00	10	(42)	(56)
		31/12/06	1	-	100,00	10	14	2.022
AFLUENTE	(3)	31/12/07	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	97.239	31.467
		31/12/06	9.812.209	6.717.881	87,84	94.000	95.665	33.306

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares)		Participação no capital Integralizado	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido no período
			Ordinárias	Preferenciais				
BAGUARI I	(4)	31/12/07	76.000	–	100,00	76.000	76.000	–
		31/12/06	9.931	–	100,00	9.931	9.931	–
GOIAS SUL	(4)	31/12/07	35.368	–	100,00	35.368	35.368	–
		31/12/06	5.025	–	100,00	5.025	5.025	–
GERAÇÃO C III	(5)	31/12/07	70.265	–	100,00	70.265	70.265	–
		31/12/06	1	–	100,00	1	1	–
ÁGUAS DA PEDRA	(6)	31/12/07	145.557	–	51,00	145.557	145.557	–
RIO PCH I	(7)	31/12/07	1	–	75,00	1	1	–
BAHIA PCH I	(8)	31/12/07	1	–	100,00	1	1	–
NEOINVEST		31/12/07	1	–	100,00	1	1	–

(1) TERMOAÇU

A TERMOAÇU é um projeto do grupo NEOENERGIA e da PETROBRAS, para a instalação de uma usina termelétrica no Estado de Rio Grande do Norte. O projeto consiste em uma planta de co-geração com uma potência instalada de 325 MW e uma produção de vapor de 610 t/h, que está sendo construída no município de Alto do Rodrigues - RN. A energia elétrica se destinará a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo NEOENERGIA e o vapor será usado pela PETROBRAS para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região. O investimento total previsto é de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 85 milhões correspondem às turbinas de gás.

Os acionistas assinaram em 16/09/2004 Termo de Compromisso que permitiu a retomada do projeto, tendo sido firmada notificação com a construtora para retorno das obras em 01/10/2004. Tal acordo prevê que o acionista PETROBRAS será responsável pelos novos aportes para conclusão do projeto, diluindo a participação da NEOENERGIA até o limite mínimo de 20,5%.

O saldo do investimento líquido (exceto adiantamento para futuros aumentos de capital) é composto como segue:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Investimentos - ações	274.335	259.560
Ágio	31.738	31.738
(–) Provisão p/perda	(64.598)	(61.738)
Investimento líquido	241.475	229.560

Ainda decorrente do termo de compromisso assinado em setembro de 2004 os acionistas assumiram os valores vencidos e vendidos de suas partes relacionadas com a TERMOAÇU. Estes valores foram convertidos em aumento de capital através de subscrição de novas ações emitidas pela mesma. O montante assumido pela Neoenergia foi de R\$ 8.018.

Em 07 de março e 31 de julho de 2007 foram realizadas reuniões do Conselho de Administração da TERMOAÇU, onde foi deliberado aumento de capital de R\$ 119.030 mediante a emissão de 322.246 mil ações, integralmente subscritos pela NEOENERGIA e pela PETROBRAS, através dos aportes anteriormente realizados por estas empresas a título de adiantamento para futuro aumento de capital, passando o capital social da TERMOAÇU para R\$ 635.948 representado por 1.039.661 mil ações ordinárias, dos quais 27,9% pertencentes à NEOENERGIA e 72,1% à PETROBRAS.

A Administração, baseada no plano de negócios original a esse projeto não prevê perdas adicionais às já registradas.

(2) NEOENERGIA SERVIÇOS (Antiga TERMO NC)

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV.

A Neoserv tem capital de R\$ 10 dividido em 2.000 quotas, com valor unitário de R\$ 5,00 e em 31 de dezembro de 2007 tem um patrimônio líquido de R\$ -42 (2006, R\$ 14) e apurou um prejuízo de R\$ 56 em 2007 (2006, R\$ 2.022). A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da controlada, o que gerou uma perda por equivalência patrimonial no exercício de 2007 de R\$ 56 (ganho de R\$ 2.002 em 2006).

Criada para assumir a atividade termoeletrica, a Neoenergia Serviços foi concebida em seis usinas termelétricas, formando um conjunto de 18 (dezoito) grupos geradores, com capacidade total de 30 MW e tem como objetivo gerar e comercializar energia elétrica, na qualidade de produtor independente – PIE, com o propósito específico, mas não exclusivo, de atender ao suprimento de energia elétrica ao Sistema Interligado Brasileiro, para atendimento às Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, suprimento este contratualmente especificado e prestado à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE contrato expirado em 31 de dezembro de 2005.

Em julho de 2006, a administração da Controlada firmou Acordo de venda das unidades geradoras da Neoenergia Serviços, o qual foi formalizada contratualmente em 8 de agosto de 2006 com a RING POWER CORPORATION, situada no estado da Flórida no EUA.

O valor total da negociação monta em US\$ 3.600 mil (US\$ 200 mil por unidade geradora) do qual 10% do total da venda, equivalente a US\$ 360 mil (R\$ 771 mil), foi adiantado para a Companhia em 21 de agosto de 2006. O processo de despacho aduaneiro e exportação das unidades geradoras foram concluídos em novembro de 2006, o qual gerou um resultado líquido de R\$ 4.715 contabilizado na rubrica de "Outras receitas não operacionais".

Em dezembro de 2006, a Neoenergia Serviços Ltda. realizou uma avaliação quanto a realização do seu ativo e procedeu uma provisão para perda dos bens de seu ativo imobilizado no montante de R\$ 265.

A administração da Controlada entende que os demais ativos deverão ser realizados por isso nenhuma provisão adicional foi constituída.

(3) COSERN e AFLUENTE – Desverticalização

Em cumprimento a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e a cláusula 12ª do contrato de concessão nº 010, que versa sobre a segregação das atividades de geração e transmissão, a COELBA aprovou e a Resolução ANEEL nº 306, de 05 de setembro de 2005, autorizou a implementação do processo de desverticalização da COELBA.

Em 31 de outubro de 2005, a COELBA subscreveu e integralizou capital na AFLUENTE, mediante a transferência de ativos e passivos relacionados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica, no valor líquido de R\$ 94.000, na data base de 30 de setembro de 2005, conforme Laudo de Avaliação Patrimonial a Valor Contábil, emitido por empresa independente de auditoria, em 7 de outubro de 2005.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2005, aprovou: (i) os Laudos de Avaliação Patrimonial dos Investimentos, mantidos pela COELBA na COSERN e na AFLUENTE, ambos emitidos por empresa independente, em 25 de novembro de 2005, nos montantes respectivos de R\$ 566.284 (na data base de 30 de setembro de 2005) e R\$ 94.000 (na data base de 31 de outubro de 2005); e (ii) a redução do capital social da COELBA no montante de R\$ 660.284, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando o mesmo de R\$ 1.068.297 para R\$ 408.013.

Em decorrência dessa redução do capital social os acionistas da COELBA receberam 01 (uma) ação da AFLUENTE, e a fração de 0,006020137 ação da COSERN, respeitando a participação detida por cada acionista. As frações de ações decorrentes da operação foram aproximadas para o número inteiro imediatamente superior, por doação do acionista majoritário.

No reajuste tarifário aplicado a partir de 22 de abril de 2006 (nota explicativa nº 35), a ANEEL considerou a redução da Base de Remuneração Regulatória (nota explicativa 11.e) no valor de R\$ 154.857, ainda provisório, em decorrência do processo de desverbalização dos bens de geração e transmissão, transferidos à AFLUENTE.

(4) BAGUARI I E GOIÁS SUL

Em dezembro de 2005 a Neoenergia participou do Leilão de Geração de Energia, e foi vencedora de três empreendimentos: UHE Baguari (em parceria com Furnas e CEMIG), PCH Goiandira e PCH Nova Aurora.

Em 11 e 17 de janeiro de 2006 foram constituídas as sociedades por ações BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A, respectivamente, ambas criadas com a finalidade de desenvolver atividades de geração de energia elétrica e serviços correlatos.

Até março de 2006 a Neoenergia vinha efetuando adiantamentos para futuros aumentos de capital nas Companhias. A partir do segundo trimestre de 2006, foram realizados aportes de capital e posterior integralização de capital, com o objetivo da construção da UHE e das PCH's. A entrada em operação da UHE Baguari e das PCH's está prevista, respectivamente, para 2009 e 2008.

(5) GERAÇÃO C III

A Neoenergia, através da GERAÇÃO C III S.A., adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, geradora com capacidade instalada 93,6 Megawatts (MW), a ser construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no estado de Goiás, com investimento da ordem de R\$ 300 milhões. O empreendimento foi adquirido da Energética Corumbá III S/A, sociedade formada pelas empresas Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia Energética de Goiás (CELG), Strata Construções e Concessionárias S/A e Energy Power Ltda., que ficará com 40% do negócio.

A entrada em operação está prevista para maio de 2010.

(6) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A NEOENERGIA adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de DARDANELOS, no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso.

O novo negócio foi conquistado pelo Consórcio Aripuanã, formado pela NEOENERGIA, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), pela ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Posteriormente a NEOENERGIA assumirá o investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%.

A concessão de DARDANELOS foi obtida pelo Consórcio com o preço de venda de energia de R\$ 113,09 MWh. A construção da usina exigirá um investimento de aproximadamente R\$ 700 milhões e seu cronograma de construção prevê a entrada de operação no ano de 2010.

(7) RIO PCH I

A Neoenergia adquiriu da empresa Performance participação majoritária nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Pedra do Garrafão e Pirapetinga, usinas com capacidade instalada de 15,7 MW e 16,5 MW, respectivamente, que serão construídas no Rio Itabapoana, nas divisas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A geração das PCH's foi comercializada no último Leilão de Energia Nova (002/2006) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de junho passado, ao preço de R\$ 124,99/MWh.

A PCH Pirapetinga ficará localizada entre os municípios de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e São José do Calçado (ES) e a PCH Pedra do Garrafão entre os municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Mimoso do Sul (ES). As usinas serão construídas por um consórcio liderado pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO), com investimento total da ordem de R\$ 150 milhões e início da operação comercial previsto para outubro de 2008.

(8) BAHIA PCH I

A Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) – Sítio Grande, atualmente denominada BAHIA PCH I, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

A BAHIA PCH I terá a capacidade de geração de 25 MW, e está orçada em R\$ 130 milhões. O projeto já tem Licença de Instalação (LI) e as obras de construção já começaram, após a aprovação da ANEEL, com entrada em operação prevista para 2009.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

Movimentação do Investimento	Saldos em				Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em
	31 de dezembro de 2006	Aumento de capital	Redução de Capital	Perda de Capital				
COELBA	1.752.043	-	-	-	749.626	(45.260)	(570.042)	1.886.367
CELPE	1.687.586	-	-	-	335.902	(50.345)	(265.201)	1.707.942
COSERN	672.816	-	-	-	174.270	(17.392)	(142.694)	687.000
TERMOPE	461.111	-	-	-	89.841	(7.944)	(74.260)	468.748
ITAPEBI	138.947	-	(18.900)	-	42.836	(4.604)	(33.469)	124.810
AFLUENTE	84.036	-	-	-	27.752	-	(26.370)	85.418
BAGUARI I	9.931	66.069	-	-	-	-	-	76.000
GOIAS SUL	5.025	30.343	-	-	-	-	-	35.368
TERMOAÇU	229.560	14.775	-	(2.860)	-	-	-	241.475
NEOSERV	-	-	-	-	-	-	-	-
GERAÇÃO CIII	-	70.265	-	-	-	-	-	70.265
RIO PCH	-	-	-	-	-	-	-	-
ÁGUAS DA PEDRA	-	71.316	-	-	-	-	-	71.316
NC ENERGIA	16.320	-	-	-	12.921	-	(12.921)	16.320
TOTAL	5.057.375	252.768	(18.900)	(2.860)	1.433.148	(125.545)	(1.124.957)	5.471.029

22. Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	Consolidado						
	31/12/07			31/12/06			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Terrenos		35.576	–	35.576	–	35.576	30.916
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1,89 a 10	692.146	(174.589)	517.557	(5.440)	512.117	638.055
Máquinas e Equipamentos	1,76 a 10	7.628.033	(2.710.268)	4.917.765	(1.462.622)	3.455.143	3.576.414
Veículos	2,91 a 20	762.531	(140.868)	621.663	–	621.663	18.775
Móveis e Utensílios	5,62 a 10	84.588	(50.408)	34.180	–	34.180	34.105
Outros		21.547	(3.160)	18.387	–	18.387	54.297
Subtotal		9.224.421	(3.079.293)	6.145.128	(1.468.062)	4.677.066	4.352.562
Em curso							
Terrenos		983	–	983	–	983	1.266
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		333.347	–	333.347	–	333.347	79.682
Máquinas e Equipamentos		604.001	–	604.001	(318.573)	285.428	265.524
Veículos		292	–	292	–	292	398
Móveis e Utensílios		789	–	789	–	789	533
Estoque de investimento		95.906	–	95.906	–	95.906	138.086
Outros		40.742	–	40.742	–	40.742	20.609
Subtotal		1.076.060	–	1.076.060	(318.573)	757.487	506.098
Total		10.300.481	(3.079.293)	7.221.188	(1.786.635)	5.434.553	4.858.660

O imobilizado em curso consolidado refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica. Por atividade, o imobilizado consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado						
	31/12/07			31/12/06			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço							
Geração	3 a 6,8	1.571.883	(260.607)	1.311.276	–	1.311.276	1.371.862
Transmissão	2,72	66.456	(21.509)	44.947	–	44.947	41.291
Distribuição	4,46 a 4,82	7.327.360	(2.648.832)	4.678.528	(1.468.040)	3.210.488	2.831.710
Comercialização	4,15 a 9,43	41.694	(26.083)	15.611	(22)	15.589	15.456
Administração	5,41 a 16,89	217.028	(122.262)	94.766	–	94.766	92.243
Subtotal		9.224.421	(3.079.293)	6.145.128	(1.468.062)	4.677.066	4.352.562
Em curso							
Geração		502.437	–	502.437	–	502.437	241.647
Transmissão		1.295	–	1.295	–	1.295	2
Distribuição		565.125	–	565.125	(318.573)	246.552	257.158
Comercialização		979	–	979	–	979	1.872
Administração		6.224	–	6.224	–	6.224	5.419
Subtotal		1.076.060	–	1.076.060	(318.573)	757.487	506.098
Total		10.300.481	(3.079.293)	7.221.188	(1.786.635)	5.434.553	4.858.660

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/06	Adições	Baixas	Transferências Capitalização	Estoque	Saldos em 31/12/07
	Em Serviço					
Custo						
Geração	1.578.271	3.733	(10.120)	–	(1)	1.571.883
Transmissão	66.450	7	–	–	–	66.457
Distribuição	6.233.893	207.523	(57.983)	943.586	341	7.327.360
Comercialização	41.709	4.741	(2.662)	–	–	43.788
Administração	202.861	8.072	(5.122)	8.652	470	214.933
Subtotal	8.123.184	224.076	(75.887)	952.238	810	9.224.421
(-) Depreciação						
Geração	(206.409)	(55.332)	1.133	–	1	(260.607)
Transmissão	(19.719)	(1.790)	–	–	–	(21.509)
Distribuição	(2.393.381)	(301.518)	46.020	–	47	(2.648.832)
Comercialização	(26.056)	(3.018)	2.485	–	–	(26.589)
Administração	(110.618)	(14.164)	3.014	–	12	(121.756)
Subtotal	(2.756.183)	(375.822)	52.652	–	60	(3.079.293)
Total em serviço	5.367.001	(151.746)	(23.235)	952.238	870	6.145.128

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/06	Adições	Baixas	Transferências		Saldos em 31/12/07
				Capitalização	Estoque	
EM CURSO						
Geração	241.647	429.376	(167.810)	(776)	—	502.437
Transmissão	2	1.330	(37)	—	—	1.295
Distribuição	595.391	1.130.863	(4.182)	(1.144.664)	(12.272)	565.136
Comercialização	1.872	1.905	—	(2.877)	79	979
Administração	5.419	19.257	(969)	(16.249)	(1.245)	6.213
Subtotal	844.331	1.582.731	(172.998)	(1.164.566)	(13.438)	1.076.060
TOTAL IMOBILIZADO	6.211.332	1.430.985	(196.233)	(212.328)	(12.568)	7.221.188

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 05 de dezembro de 2006, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/equipamentos principais					
Geração	(%)	Distribuição	(%)	Comercialização	(%)
Barramento	2,5	Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0
Condensador de vapor	4,3	Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0	Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0
Edificações	4,0	Disjuntor	3,0		
Equipamento de ciclo térmico	4,5	Edificações	4,0	Administração	(%)
Equipamento geral	10,0	Estrutura do sistema	5,0	Edificações	4,0
Equipamentos da tomada d'água	3,7	Medidor	4,0	Equipamento geral	10,0
Estrutura da tomada d'água	4,0	Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Gerador	3,3	Religador	4,3		
Grupo motor - gerador	5,9	Transformador	5,0	Transmissão	(%)
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0			Condutor do sistema	2,5
Sistema de comunicação local	6,7			Equipamento geral	10,0
Sistema de iluminação solar	5,9			Estrutura do sistema	2,5
Turbina a gás	5,0			Religadores	4,3
Turbina hidráulica	2,5				

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício 459/2001-SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures.

Encargos financeiros

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, item 4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso das controladas COELBA, CELPE e COSERN, os seguintes valores:

	31/12/07	31/12/06
Juros contabilizados no resultado	339.581	405.455
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(10.698)	(4.087)
Efeito líquido do resultado	328.883	401.368

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A composição dessas obrigações nas controladas COELBA, CELPE, COSERN e AFLUENTE é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Participação da União	525.429	23.702
Participação dos Estados	350.412	83.775
Participação dos Municípios	32.666	27.491
Participação do consumidor	405.992	422.099
Outras subvenções	472.136	795.605
Total	1.786.635	1.352.672

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que nas Controladas COELBA e COSERN ocorrerão em abril de 2008 e CELPE em abril de 2009 e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária.

Comodato

As controladas COELBA, CELPE e COSERN possuem contratos de cessão de edificação em comodato, conforme demonstrados abaixo:

Bens	Razão	Consolidado			
		31/12/07		31/12/06	
		Custo	Depreciação	Valor Contábil Custo	Depreciação
	Cessão de espaço para serviços de conveniência	785	785	785	785
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para sede da Itapebi Geração de Energia S/A	279	279	279	279
	Cessão de espaço para sede da Afluente S/A	20	20	20	20
COELBA	Edificação - Usina Ruy Barbosa	5	5	5	5
	Edificação Almoarifado de Bonfim	24	14	24	13
	Edificação Antiga Usina Morro do Chapéu	262	154	262	144
	Edificação Antigo Escritório Itapebi	5	4	5	3
	Edificação Escritório Palmeiras	117	17	117	12
	Edificação Edf. Suerdick 9º e 10º andar	790	520	790	488
	Edificação Cidade Baixa	94	19	94	16
	Edifício Sede (Parcial)	45	(38)	45	(38)
	Almoarifado Central (Parcial)	153	(130)	153	(129)
	CELPE	Almoarifado Central	82	(51)	82
COSERN	Almoarifado Central	303	(303)	253	(253)
	Almoarifado Central	392	(383)	149	(132)
Total	Administração de almoarifado	673	347	553	324
		4.029	1.259	3.616	1.489

Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pelas Resoluções nº 52 de 25 de março de 2004 e 175, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, regulamentado o disposto nos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, fixando as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público e distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase aos municípios com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 KV), com carga instalada de até 50 KW.

• COELBA

Em 2007, a Controlada investiu cerca de R\$ 102.860 (R\$ 90.271 em 2005) no Programa de Universalização Urbana e Rural não previstas no Programa Luz para Todos, interligando 209.019 (189.080 em 2005) novos consumidores ao seu sistema de distribuição.

Até 2007 foram universalizados 57 municípios no Estado da Bahia, equivalente a 70% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 358 para serem universalizados até o ano de 2008.

• CELPE

Em 2007, a Companhia investiu cerca de R\$ 48,8 milhões no Programa de Universalização Urbana e Rural, (R\$ 75,7 milhões até 2006), não abrangidos pelo Programa Luz para Todos, interligando 73.980 (229.703 até 2006) novos consumidores ao seu sistema de distribuição.

Até 2007 foram universalizados 76 municípios no estado de Pernambuco, equivalente a 78,4 % das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 110 municípios para serem universalizados no ano de 2008.

• COSERN

Em 2007, a Companhia investiu cerca de R\$ 196.851 no Programa de Universalização Urbana e Rural, (R\$ 142.366 em 2006) interligando 243.471 novos consumidores (181.645 em 2006) ao seu sistema de distribuição.

Até 2007 foram universalizados 69 municípios no estado do Rio Grande do Norte, equivalente a 90% das unidades consumidoras do Programa de Universalização, restando 98 municípios para serem universalizados até o ano de 2008.

Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa LUZ PARA TODOS, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Já em conformidade com o citado aditivo, o Programa Luz Para Todos na área de concessão da CELPE foi implementado em três anos com a realização do seguinte quantitativo anual de ligações: ano 2004 - 7.260; ano 2005 - 23.114; ano 2006 - 37.463. Um terceiro contrato está em negociação com a Eletrobrás visando a conclusão do programa com a previsão de realização de 25.000 ligações no ano 2008.

As controladas são signatárias dos contratos abaixo relacionados, com as seguintes especificações:

	Consolidado
	Total em
	31/12/07
PARTICIPAÇÕES (1)	
Parcela subvencionada (Eletrobras CDE)	1.194.308
Parcela financiada (Eletrobras RGR)	385.355
Parcela financiada pelo estado	154.532
Parcela Controladas (C)	304.973
Total do Programa (A)	2.039.168
INGRESSOS DE RECURSOS (1)	
Eletrobrás (CDE)	941.373
Eletrobrás (RGR)	184.630
Pelo Estado	125.783
Municípios	9.666
Ingresso realizado (B)	1.261.452
GASTOS INCORRIDOS (1)	
Gastos Incorridos (CDE, RGR, Estado e Controladas)	1.394.099
Taxas de Administração para a Eletrobrás	24.071
Total dos gastos	1.418.170
BALANÇO (1)	
Total a receber do programa (A-C)	1.734.194
Ingressos realizado (B)	1.261.452
Ingressos à realizar (A-C)-(B)	472.742
NÚMERO DE LIGAÇÕES (1)	
Ligações executadas (D)	344.286
Ligações em execução (E)	50.274
Ligações à contratar (F)	-
Ligações totais do programa (D+E+F)	394.560

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

• COELBA - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 013/2004 e 11/SEINFRA/04 assinados em 30/06/04, 2ª Tranche - ECFS 095/2005 e 12/SEINFRA/04 assinados em 28/10/05, 3ª Tranche - ECFS 153/2006 assinado em 23/08/06 e 4ª Tranche - ECFS 185/2007 assinado em 31/08/07.

• CELPE - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 0018/2004 assinado em 02/06/04 e 2ª Tranche - ECFS 0115/2005 assinado em 08/11/05.

• COSERN - Contratos: 1ª Tranche - ECFS 003/2004 assinado em 16/06/04, 2ª Tranche - ECFS 119/2005 assinado em 09/11/05 e 3ª Tranche - ECFS 148/2006 assinado em 27/06/06.

23. Intangível

Por natureza, o intangível consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
	31/12/07		31/12/06		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Faixas de Servidões	-	25.493	(187)	25.306	23.282
Direito de Uso de Softwares	20	257.016	(189.793)	67.223	90.002
Outros	-	-	-	-	12
Subtotal	-	282.509	(189.980)	92.529	113.296
Em curso					
Faixas de Servidões	-	1.657	-	1.657	2.820
Direito de Uso de Softwares	20	56.352	-	56.352	13.606
Subtotal	-	58.009	-	58.009	16.426
Total	-	340.518	(189.980)	150.538	129.722

Faixas de Servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de Uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Por atividade, o intangível consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado				
	31/12/07		31/12/06		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	20	631	(310)	321	303
Transmissão	20	2.510	(187)	2.323	2.360
Distribuição	4,92 a 20	116.382	(60.571)	55.811	65.305
Comercialização	19,62 a 20	54.758	(47.377)	7.381	14.669
Administração	16,99 a 20	108.228	(81.535)	26.693	30.659
Subtotal		282.509	(189.980)	92.529	113.296

	Consolidado			
		31/12/07	31/12/06	
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em curso				
Transmissão	19	—	19	—
Distribuição	6.781	—	6.781	5.745
Comercialização	215	—	215	—
Administração	50.994	—	50.994	10.681
Subtotal	58.009	—	58.009	16.426
Total	340.518	(189.980)	150.538	129.722

Um conjunto de elementos constitutivos de ativos de natureza intangível, de difícil avaliação por sua natureza abstrata, apesar de representar valor patrimonial para as Controladas, lhes conferindo vantagens competitivas sustentáveis, conhecido como capital intelectual, ainda que sem a mensuração real do valor desses ativos, dimensão quantitativa, por não se enquadrar nos modelos contábeis tradicionais, não está contabilizado, (contudo percebido pelo valor econômico em seu conjunto, dado pela equação VALOR DE MERCADO = VALOR CONTÁBIL + CAPITAL INTELECTUAL), podem ser evidenciados na dimensão qualitativa.

Esses recursos que não possuem existência física, fundamentalmente informação e conhecimento, produzidos pela mente humana a partir do nada, podem ser apresentados em seus três aspectos complementares:

Capital humano - relacionado ao conhecimento explícito e tácito:

Pessoas, suas equipes e capacidade de renovação. Desenvolvimento da competência, habilidades, capacidades e "expertise" dos empregados. Pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Direitos autorais e software desenvolvidos.

Capital estrutural - organização, sistemas e processos:

O contrato de concessão, a filosofia de negócio, cultura da organização, sistemas de informação, bases de dados existentes.

Capital relacional - conjunto de relações mantidas com os stakeholders:

As marcas das controladas, lealdades da clientela, o relacionamento com fornecedores e financiadores, a satisfação dos empregados.

24. Diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Despesas pré-operacionais	5.037	4.614	172.340	74.968
Despesas gerais e administrativas	—	—	162.808	163.403
Despesas tributárias	—	—	10.577	10.577
Despesas financeiras	48.790	48.790	61.799	110.589
Ágio na aquisição de investimentos	—	—	2.246.975	2.246.975
(-) Amortização	(17.890)	(13.011)	(873.550)	(777.024)
Total	35.937	40.393	1.780.949	1.829.488

As despesas diferidas referem-se às despesas pré-operacionais das controladas ITAPEBI, TERMOPERNAMBUCO e TERMOAÇU (até dezembro de 2004), e são decorrentes do estágio pré-operacional da construção daquelas usinas de energia. A ITAPEBI entrou em operação comercial em janeiro de 2003 e a TERMOPERNAMBUCO em maio de 2004. Os custos de construção estão consolidados no imobilizado em serviço, na atividade de geração.

A controladora mantém registro no ativo diferido referente aos encargos incorridos relacionados com os recursos repassados ou aportados nos projetos de geração termelétrica TERMOPERNAMBUCO. O montante de R\$ 30.900 (R\$ 35.779 em 31 de dezembro 2006) capitalizado foi incorporado ao ativo imobilizado quando da consolidação das informações trimestrais. A partir de maio de 2004, a NEOENERGIA começou a amortizar esse ativo em decorrência da entrada em operação da TERMOPERNAMBUCO.

25. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Fornecedores de Energia Elétrica:		
CHESF	62.853	54.994
CCEE	115.733	14.270
CEEE	1.844	1.675
CESP	20.994	20.916
CEMIG GERAÇÃO	9.143	4.213
COPEL GERAÇÃO	11.514	12.048
DUKE	6.672	1.184
ELETRONORTE	15.181	8.065
EMAE	1.181	488
ENERGEST	885	436
FURNAS	58.288	54.613
LIGHT	4.217	1.793
CPFL	530	457
UNIÃO	1.316	948
Outros	18.681	23.924
Subtotal	329.032	200.024
Encargos de Uso da Rede	41.360	39.336
Materiais e Serviços	258.499	138.369
Total	628.891	377.729

26. Empréstimos, financiamentos e encargos

Composição da dívida	Ref.	Consolidado				
		Encargos da dívida	Principal		Total	
			Circulante	Não Circulante	31/12/07	31/12/06
Moeda nacional						
Banco do Brasil		369	5.604	40.416	46.389	48.883
Banco do Nordeste		2.535	11.833	120.911	135.279	113.604
BNB (1)		962	20.000	126.184	147.146	147.292
BNB (2)		362	3.141	31.859	35.362	25.757
BNB (3)		150	115	19.161	19.426	–
BNDES	(4)	6.123	52.511	357.466	416.100	469.253
BNDES Emergencial	(1)	1.004	145.167	61.979	208.150	283.261
BNDES FINEM	(2)	1.482	134.692	353.389	489.563	335.456
Eletrobrás		1.286	46.208	270.056	317.550	287.770
FINEP		76	6.754	14.070	20.900	20.577
Consumidores		–	1.571	776	2.347	2.347
Santander		955	87.268	93.092	181.315	–
Outros		1	176	147	324	807
Total moeda nacional		15.305	515.040	1.489.506	2.019.851	1.735.007
Moeda estrangeira						
Banco do Brasil		14	82	901	997	1.302
Banco Interamericano						
Desenvolvimento - BID		72	2.531	6.326	8.929	13.856
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW		–	1.312	10.441	11.753	15.957
Títulos Externos	(3)	127	–	265.695	265.822	320.814
Total moeda estrangeira		213	3.925	283.363	287.501	351.929
Subtotal		15.518	518.965	1.772.869	2.307.352	2.086.936
Operações com Swap		–	2.639	67.680	70.319	15.025
Total		15.518	521.604	1.840.549	2.377.671	2.101.961

(1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, concedeu financiamento no valor de R\$ 307.195, R\$ 123.101 e R\$ 180.914 para a COELBA, COSERN e CELPE respectivamente, para suprir parte das insuficiências de recursos, decorrentes de redução de receita ocorrida durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - "Racionamento", com destinação prioritária ao adimplemento de obrigações assumidas junto a agentes do setor elétrico. Sobre o principal da dívida incide encargos à taxa SELIC acrescidos de juros de 1% a.a, sendo essa a mesma condição de remuneração do ativo regulatório reconhecido para a COELBA, CELPE e COSERN.

O contrato BNDES FINEM prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(2) O BNDES, no âmbito do Programa de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição, concedeu à COELBA em 2005 um financiamento de longo prazo no montante de R\$ 143.754 e em 2006 no montante de R\$ 117.328.

(3) Em junho de 2006 a COELBA repactuou as condições de seus Títulos Externos, emitidos inicialmente em 1997, no montante atual de US\$ 150.000, prorrogando o prazo de vencimento para junho de 2013, e reduzindo seu custo de Libor + 1,875% a.a para Libor + 1% a.a., com pagamento de juros semestrais e carência de 3 anos para amortização do principal, a qual ocorrerá em 9 pagamentos semestrais a partir do 36º mês. Essa operação está integralmente protegida contra oscilações cambiais por meio de contratos de "hedge", que em julho de 2006 foram recontratadas para aderência às novas condições dos títulos externos, tendo o custo do "hedge" sido reduzido de 111,16% do CDI para um custo médio de 106,83% do CDI.

Estes contratos nos itens 2 e 3 prevêem a manutenção de "covenants" financeiros (índices) que relacionam endividamento, LAJIDA e resultado financeiro. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007, a COELBA cumpriu adequadamente todos estes índices.

(4) A TERMOPE obteve junto ao BNDES contrato de financiamento, assinado em 4 de fevereiro de 2004, e Aditivo nº 1 ao Contrato, assinado em 30 de junho de 2005, destinado à implantação de uma usina termelétrica a gás natural em ciclo combinado, com capacidade de 520 MW, uma linha de transmissão, uma subestação, localizada no Complexo do Porto de Suape, e o pagamento das máquinas e dos equipamentos nacionais adquiridos necessários à execução do projeto. Até o momento o BNDES já liberou para a Companhia R\$ 273.901, os quais estão sendo corrigidos mediante juros de 6,625% a.a. (a título de spread), acima da TJLP.

A partir de janeiro de 2006 as parcelas de juros estão sendo exigíveis mensalmente, juntamente com a amortização do principal. No entanto, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. será capitalizado e exigido juntamente com o principal. ITAPEBI - O financiamento com o BNDES foi adquirido para a construção da Usina Hidrelétrica Itapebi e será amortizado em 114 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de novembro de 2003 a 15 de abril de 2013. A remuneração é baseada na TJLP mais spread de 4,25% e 4,50 % a.a. Os juros durante a carência foram capitalizados, incorporando-se ao principal da dívida e será exigido junto com o mesmo.

Condições contratuais dos empréstimos das controladoras em 31 de dezembro de 2007:

<u>Fonte</u>	<u>Data de Assinatura</u>	<u>Moeda</u>	<u>Objetivo</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>
BANCO BRASIL	30/03/94	R\$	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
BANCO BRASIL	30/03/94	R\$	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP+ 10,236% a.a.	2014
BB 6	29/07/05	R\$	Giro	104,3% do CDI	2008
BB REN ME	30/12/97	US\$	Acordo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.	2024
BB REN MN - BNDES	01/03/94	R\$	Pgto BNDES	TJLP+9,16% a.a.	2014
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	R\$	Pgto Eletrobrás	IGPM+9,16% a.a.	2014
BID	23/03/86	US\$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a.+ vc	2011
BNB	29/11/04	R\$	Programa de Investimentos em Distribuição	11,5% a.a.	2012
BNB 1	30/11/04	R\$	Eletrificação	11,50% a.a.	2013
BNB 3	29/12/05	R\$	Eletrificação	11,50% a.a.	2012
BNB 4	19/07/07	REAIS	Giro	14,39% a.a.	2008
BNB I	23/12/04	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2013
BNB II	27/11/06	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2014
BNB III	30/11/07	R\$	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	2022
BNDES	30/06/05	R\$	Construção da Usina	6,625% aa	2015
BNDES	15/11/03	R\$	Construção Usina	TJLP+4.25 e 4,50% aa	2013
BNDES	12/09/07	R\$	Capital de Giro até liberação dos recursos do financiamento	TJLP + 3,3% a.a.	2008
BNDES	20/12/07	R\$	Financiamento para construção da Usina	TJLP + 2,19% a.a.	2026
BNDES 3 - RTE	08/02/02	R\$	Perdas c/ Racionamento	SELIC+1,0% a.a.	2008
BNDES/FINEM	01/06/00	R\$	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES 5 - FINEM	09/06/05	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 5% a.a.	2010
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	2011
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	2012
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	R\$	Expansão/Melhoramento de Redes	TJLP + 4,3% a.a.	2013
BNDES EMERGENCIAL	08/02/02	R\$	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2009
BNDES/Emergencial	14/02/02	R\$	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNDES/FINEM	23/09/05	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 5,00% a.a.	2010
BNDES/FINEM	04/10/06	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 4,30% a.a.	2011
BNDES/FINEM	12/12/2007	R\$	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TJLP + 3,30% a.a.	2012
BNDES/FINEM	01/06/00	R\$	Investimento sistema Transmissão/ Distribuição	TJLP + 4,5% a.a.	2008
CEF/COHAB	Diversos	R\$	Eletrificação Conj. Habitacional	TR+2 a 5,5% a.a.	2014
ECF 0018 UFIR	01/07/04	R\$	Universalização	UFIR+6,0% a.a.	2016
ECF 0115 UFIR	17/11/05	R\$	Universalização	UFIR+6,0% a.a.	2016
ECF 1348 FINEL	03/10/95	R\$	Transmissão	FINEL+8,5% a.a.	2009
ECF 1983 UFIR	11/02/00	R\$	Eletrificação Rural	UFIR+6,0% a.a.	2012
ECF 2184 UFIR	15/10/02	R\$	Iluminação Pública	UFIR+6,5% a.a.	2008
ELETROBRÁS	1994 a 2007	R\$	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz Para Todos	5,0% a.a. e 6,50% a.a.	2019
ELETROBRÁS	Diversos	R\$	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9 % a.a.	2018
FINEP	23/12/04	R\$	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TJLP + 5,00% a. a.	2011
FINEP	23/12/04	R\$	Pesquisa e Desenvolvimento	TJLP+ 4% a.a.	2011
FINEP	23/12/04	R\$	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% aa.	2011
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	2,0% a.a.	2026
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/Lt's	4,5% a.a.	2016
TÍTULOS EXTERNOS	30/06/06	US\$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,0 a.a. + vc	2013

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, avais dos Governos Federal e Estadual, aval da Neoenergia S.A., imóveis, fiança bancária, aplicações financeiras vinculadas (contas reservas) e no que se refere ao BNDES, vinculado a recomposição tarifária, 4,42% do faturamento mensal para a COSERN e 3,01% para a CELPE.

O total devido em moeda nacional e estrangeira do consolidado desdobra-se da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/07		31/12/06	
Moeda Nacional	R\$	%	R\$	%
Juros pré-fixados	339.562	16,8%	289.004	16,7%
UFIR	316.295	15,7%	284.581	16,4%
FINEL	1.257	0,1%	3.186	0,2%
IGP-M	39.947	2,0%	41.756	2,4%
TJLP	1.114.321	55,2%	832.414	48,0%
TR	319	0,0%	803	0,0%
SELIC	208.150	10,2%	283.263	16,3%
Total	2.019.851	100,0%	1.735.007	100,0%
Principal	2.004.546		1.720.124	
Encargos	15.305		14.883	

	Consolidado					
	31/12/07			31/12/06		
Moeda Estrangeira	Moeda de Origem	R\$	%	Moeda de Origem	R\$	%
Dólar norte americano	155.675	275.749	96%	157.143	335.972	95%
Euro	4.511	11.752	4%	5.658	15.957	5%
Total		287.501	100%		351.929	100%
Principal		287.288			351.689	
Encargos		213			240	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006:

Moeda / Indexador	Variação %	
	31/12/07	31/12/06
EURO	(7,50)	1,85
Dólar norte-americano	(17,15)	(8,66)
IGP-M	7,75	3,83
FINEL	1,51	0,76
TJLP	6,37	7,87
CDI	11,82	15,03
SELIC	11,88	15,08
TR	1,45	2,04

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
2008	-	395.346
2009	550.511	374.806
2010	397.036	314.341
2011	336.909	259.326
2012	270.782	235.816
Após 2012	285.311	218.886
Total	1.840.549	1.798.521

Mutações de empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total Líquido	
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante		
Saldos em 31 de dezembro de 2005	275.718	1.459.560	25.428	389.832	2.150.538	
Ingressos	209.938	378.058	-	-	587.996	
Encargos	183.076	17.895	24.958	-	225.929	
Variação monetária e cambial	6.573	8.344	(953)	(31.514)	(17.550)	
Swap	-	-	(4.417)	5.845	1.428	
Transferências	354.059	(354.059)	6.416	(6.416)	-	
Amortizações	(735.131)	(69.024)	(42.225)	-	(846.380)	
Saldos em 31 de dezembro de 2006	294.233	1.440.774	9.207	357.747	2.101.961	
Ingressos	122.540	503.849	-	-	626.389	
Encargos	154.631	13.613	19.781	-	188.025	
Variação monetária e cambial	1.730	3.675	1.202	(57.767)	(51.160)	
Swap	-	-	23.348	57.033	80.381	
Transferências	425.341	(425.341)	5.970	(5.970)	-	
Amortizações	(468.130)	(47.064)	(52.731)	-	(567.925)	
Saldos em 31 de dezembro de 2007	530.345	1.489.506	6.777	351.043	2.377.671	

27. Debêntures e encargos

		Consolidado								
				31/12/07			31/12/06			
				Encargos Principal						
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Circulante	Circulante	Longo Prazo	Total	Total	
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	10,80% a.a.	1.678	5.314	31.883	38.875	53.626	
	5ª Emissão	1ª	44.000	CDI +1,4% a.a.	777	34.432	51.648	86.857	444.822	
	5ª Emissão	2ª	10.000	IGPM + 10,8% a.a.	12.849	—	100.000	112.849	109.414	
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	2.983	—	353.920	356.903	—	
CELPE	1ª Emissão	Única	4.500	Varição CDI + 1,70% a.a.	5.004	—	85.791	90.795	91.833	
	2ª Emissão	1ª	40.000	108,5% do CDI	6.118	—	342.857	348.975	424.850	
	2ª Emissão	2ª	3.000	Varição IGPM + 10,95% a.a.	1.454	—	33.504	34.958	32.442	
	3ª Emissão	Única	17.000	105% do CDI	449	—	170.000	170.449	170.526	
COSERN	3ª Emissão	Única	17.900	CDI + 1,3% a.a	590	3.080	12.320	15.990	187.311	
	4ª Emissão	Única	16.360	CDI + 0,60% a.a	1.378	—	163.600	164.978	—	
TERMOPE	1ª emissão	1ª	40.000	108% CDI a.a	—	—	—	—	392.196	
	1ª emissão	2ª	5000	CDI + 1,85% a.a	—	—	—	—	51.095	
	2ª emissão	1ª	40.000	105% CDI a.a	2.458	—	400.000	402.458	—	
ITAPEBI	1ª Emissão	Única	20.000	IGPM+12,5%	—	—	—	—	209.408	
	2ª Emissão	1ª	8.750	IGPM+9,5%	729	8.663	82.759	92.151	—	
	2ª Emissão	2ª	8.750	IGPM+9,5%	584	8.663	76.388	85.635	—	
Subtotal Operações com Swap					37051	60.152	1.904.670	2.001.873	2.167.523	
Total					37051	70.077	1.941.047	2.048.175	2.201.563	

COELBA

A 3ª e 5ª emissões de debêntures, classificadas no circulante e exigível a longo prazo, prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

CELPE

As escrituras de emissões das debêntures da Companhia prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Na Assembléia Geral dos Debenturistas de 30 de julho de 2007, foi aprovada a alteração nas condições da 1ª série da 2ª emissão de Debêntures da Companhia. As alterações na escritura passaram a ter as seguintes características: remuneração de 108,5% CDI, prazo de 06 anos, carência de 03 anos, resgate antecipado facultativo a partir do primeiro dia útil do 25º mês, com data de consolidação a partir de 01 de agosto de 2007, amortização em 7 (sete) parcelas iguais e consecutivas vencendo-se a primeira ao final do 36º mês, pagamento de juros trimestral. Os demais termos e condições de garantia permanecem os mesmos originalmente pactuados conforme descritos no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures.

COSERN

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2007, aprovou a realização da 4ª emissão pública de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 163.600, a serem resgatadas no prazo de vencimento de 7 (sete) anos, a partir da data de emissão.

Os recursos captados por meio da oferta foram integralmente utilizados no resgate antecipado parcial das debêntures da 3ª emissão, no montante de principal igual ao montante da 4ª emissão.

A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

TERMOPE/PERNAMBUCO

A TERMOPE/PERNAMBUCO emitiu em 8 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em duas séries no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045. As debêntures terão vencimento em 8 de outubro de 2014.

A destinação de recursos será, juntamente com parte do caixa da companhia, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

ITAPEBI

Em dezembro de 2002, através de Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A, foi aprovada por unanimidade de votos a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures não conversíveis em ações, nominativas, em série única, de espécie subordinada à Companhia, no valor total de R\$ 200.000. A data da efetiva comercialização foi em 24 de setembro de 2003.

A Itapebi recebeu da CVM em 31 de maio de 2006 o registro da 2ª Emissão de Debêntures no âmbito do 1º Programa de Emissão Pública de Debêntures da Itapebi arquivado na CVM em 25 de setembro de 2006.

A 2ª Emissão no montante de R\$ 175.000 foi dividida em duas séries de R\$ 87.500,00 cada, com custo de IGPM + 9,5% a.a., datas de emissão de 1º de junho de 2006 e 1º de dezembro de 2006 e prazo de vencimento de seis anos, com vencimentos anuais, sendo a primeira série de 01/06/2007 a 01/06/2012 e a 2ª série de 01/12/2007 a 01/12/2012.

Em 2 de julho de 2007, esta emissão foi liquidada, ingressando no caixa R\$ 176.828 equivalente ao valor nominal das duas séries corrigido desde a data de emissão e líquido das amortizações previstas da data de emissão para data de liquidação. Com os recursos da 2ª Emissão de debêntures e parte do caixa acumulado, a Companhia efetuou em 3 de julho de 2007 o resgate antecipado das debêntures referentes a 1ª emissão no valor de R\$ 225.646.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
2008	-	419.283
2009	71.929	474.261
2010	180.237	413.816
2011	484.018	369.899
2012	354.415	127.826
Após 2012	850.448	221.669
Total	1.941.047	2.026.754

Nas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2007 as controladas atingiram adequadamente todos os índices de cobertura requeridos contratualmente.

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Consolidado				Total Líquido
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2005	146.988	1.885.892	27.371	125.291	2.185.542
Ingressos	-	171.503	-	-	171.503
Encargos	265.370	27.629	797	3.713	297.509
Variação monetária e cambial	(577)	16.988	(859)	(4.922)	10.630
Swap	2.554	10.948	1.604	1.796	16.902
Transferências	163.882	(86.206)	8.899	(86.575)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(403.408)	-	(37.812)	(39.303)	(480.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	174.809	2.026.754	-	-	2.201.563
Ingressos	-	1.100.356	-	-	1.100.356
Encargos	238.373	21.767	-	-	260.140
Variação monetária e cambial	(839)	14.569	-	-	13.730
Swap	4.104	17.967	-	-	22.071
Transferências	1.240.366	(1.240.366)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.549.685)	-	-	-	(1.549.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	107.128	1.941.047	-	-	2.048.175

28. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Reserva Global de Reversão - RGR	9.308	8.464
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14.869	40.095
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.812	3.498
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	20.277	22.420
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	8.276	22.732
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	55.066	38.722
Programa de Eficientização Energética - PEE	52.748	55.083
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	1.357	1.254
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	956	2.050
Total	166.669	194.318
Passivo Circulante	140.703	166.473
Passivo Não Circulante	25.966	27.845

29. Parcelamento de tributos - CELPE

	Consolidado			
	31/12/07		31/12/06	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
PAES	837	3.832	4.669	5.254
Total	837	3.832	4.669	5.254

A adesão ao Parcelamento Especial - PAES, em 29 de agosto de 2003, teve como fatores determinantes às condições vantajosas, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC - Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia para TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo), os valores declarados correspondem a débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF, conforme demonstrado abaixo:

Composição PAES	
IRPJ	2.843
CSLL	1.694
PIS	872
COFINS	677
Total do débito consolidado	6.086
Atualização com base na TJLP de 29/08/2003 a 31/12/2006	1.591
Amortização no período de 29/08/2003 a 31/12/2006	(2.423)
Total do débito consolidado em 31 de dezembro de 2006	5.254
Atualização com base na TJLP de 01/07/2007 a 31/12/2007	238
Amortização no período de 01/07/2007 a 31/12/2007	(823)
Total do débito consolidado em 31 de dezembro de 2007	4.669
Passivo Circulante	837
Passivo Não Circulante	3.832

O débito consolidado do PAES está sendo pago em 120 parcelas mensais consecutivas, iniciado em agosto de 2003, e atualizado pela variação da TJLP, das quais já foram liquidadas 53 parcelas. As regras do programa estabelecem como condição de permanência no mesmo a obrigatoriedade do pagamento regular de impostos e contribuições.

A distribuição anual da amortização dos parcelamentos a longo prazo é a seguinte:

	Consolidado	
	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
2008	-	810
2009	836	810
2010	836	810
2011	836	810
2012	836	810
Após 2012	488	406
Total	3.832	4.456

30. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da NEOENERGIA S/A aprovou o pagamento de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma:

<u>Deliberação</u>	<u>Provento</u>	<u>Valor deliberado</u>	<u>Valor por ação (Lote de mil) ON</u>
2007			
RCA de 26 de abril de 2007	JSCP	90.000	15,3829424725
RCA de 26 de julho de 2007	JSCP	55.600	9,5032400164
RCA de 25 de outubro de 2007	JSCP	55.130	9,4229068723
RCA de 13 de dezembro de 2007	JSCP	61.230	10,4655285288
		261.960	
2006			
RCA de 25 de maio de 2006	JSCP	53.000	9,0588439005
RCA de 20 de julho de 2006	JSCP	59.100	10,1014655570
RCA de 10 de novembro de 2006	JSCP	49.000	8,3751575684
RCA de 14 de dezembro de 2006	JSCP	54.000	9,2297654835
AGO de 30 de março de 2007	Dividendos	115.762	19,7862242945
		330.862	

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado ao final do exercício para cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação "pro rata die" da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Será encaminhado através do Conselho de Administração da Neoenergia à Assembléia Geral Ordinária a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 183.606 mil, correspondente a R\$ 0,0313823 por ação ordinária.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Lucro líquido do exercício	1.340.049	995.073
Constituição da reserva legal	(67.002)	(49.754)
Base de cálculo do dividendo	1.273.047	945.319
Dividendos mínimos obrigatórios	318.262	236.330
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:		
Juros sobre capital próprio - R\$ 44,77 por lote de mil ações ON (2006 R\$ 36,76 por lote de mil ações ON)	261.960	215.100
Dividendos propostos - R\$ 31,38 por lote de mil ações ON (2006 R\$ 19,79 por lote de mil ações ON)	183.606	115.762
Total bruto	445.566	330.862
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15%	(25.830)	(21.208)
Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda	419.736	309.654
A formação dos saldos é como segue:		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		31/12/06
Saldo em 31 de dezembro de 2006		164.437
Declarados		445.566
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		(43.934)
Pagos		(345.374)
Prescritos		-
Saldo em 31 de dezembro de 2007		220.695

31. Obrigações estimadas

	Consolidado	
	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Imposto de Renda	34.146	4.556
Contribuição Social	61.758	24.774
Provisões Férias	23.247	18.966
Encargos Sobre Provisões de Férias	8.860	8.655
Provisão PLR	27.789	2.531
Provisão acordo coletivo	5.283	-
Outros	4.988	3.000
Total	166.071	62.482

32. Contingências

32.1. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas e líquidas dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	Consolidado			31/12/06
	31/12/07			
		(-)		
	Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida
Trabalhistas	55.201	(38.261)	16.940	13.741
Cíveis	92.364	(18.839)	73.525	66.060
Fiscais	18.262	(27.366)	(9.104)	4.851
Ambientais	19.551	(720)	18.831	19.270
Total	185.378	(85.186)	100.192	103.922
Passivo circulante	38.629	(720)	37.909	41.621
Passivo Não Circulante	146.749	(84.466)	62.283	62.301

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2006	46.874	82.782	15.656	19.939	165.251
Constituição	27.906	8.355	10.910	—	47.171
Baixas/reversão	(24.803)	(6.670)	(9.351)	(820)	(41.644)
Remuneração	5.224	7.897	1.047	432	14.600
Saldo em 31 de dezembro de 2007	55.201	92.364	18.262	19.551	185.378

A administração da Controladora e suas controladas consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Contingência Trabalhista				
Ex-empregados da Companhia	26.153	1ª, 2ª e 3ª	Provável	26.153
	12.265	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	2.717	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Ex-empregados de Empreiteiras	22.531	1ª, 2ª e 3ª	Provável	22.531
	17.648	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	2.599	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Empregados	6.517	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.517
	2.100	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
Total	92.530			55.201

Os valores na COELBA, CELPE e COSERN, foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Contingência Cível				
Cientes - Plano Cruzado	33.481	1ª, 2ª e 3ª	Provável	33.481
	32.056	1ª, 2ª e 3ª	Possível	18.829
	103	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Indenização por perdas	13.314	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.314
	83.064	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	71.006	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Acidente terceiros/trabalho	5.784	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.784
	11.454	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	2.619	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Comerc. Energia e produtos	1.254	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.254
	29.728	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	3.715	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Outras	19.702	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.702
	60.326	1ª, 2ª e 3ª	Possível	—
	53.861	1ª, 2ª e 3ª	Remota	—
Total	421.467			92.364

Na COELBA e na CELPE os valores foram atualizados monetariamente pela variação do IGPM.

Na COSERN os valores foram atualizados monetariamente pela variação dos índices divulgados na tabela da Justiça Federal.

Cientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nºs 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos. Não é possível prever o resultado final das ações, tendo diversas outras distribuidoras de energia obtido êxito parcial nos pleitos dos consumidores. As controladas constituíram provisões tomando por base o diferencial de alíquota cobrado no período de março a novembro de 1986 dos consumidores industriais, acrescidos dos encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes tomando como base a jurisprudência dominante no STJ.

Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras - Referem-se principalmente a litígios das controladas com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
ICMS	94	1ª, 2ª e 3ª	Provável	94
	87.167	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	33	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
ISS	3.591	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.591
	5.961	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	331	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CPMF	14	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	3.244	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
CSLL	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184
	2.368	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	5.561	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
TLF/IPTU	21	1ª, 2ª e 3ª	Provável	21
	172	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	7	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
REFIS	15.554	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
PIS/COFINS	38.284	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-
	1.335	1ª, 2ª e 3ª	Possível	1.335
COFINS	2.640	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.640
	13.006	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
IRRF	23	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
IRPJ	447	1ª, 2ª e 3ª	Provável	447
	14.211	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
INSS	5.335	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.335
	6.607	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	3.369	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	1.847	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Incentivo Fiscal ADENE	14.016	Judicial	Possível	-
Outras	4.615	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.615
	36.168	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-
	2.743	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-
Total	268.948			18.262

Os valores da COELBA, CELPE e COSERN, foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Para CELPE teve atuação que ensejou a discussão sobre valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido, e atuação sobre isenções.

ISS - Autos de infração exigindo recolhimento do imposto sobre as receitas decorrentes dos serviços taxados, uso mútuo de postes, manutenção de equipamentos, elaboração de projetos, aluguel de equipamentos, etc. Refere-se a CELPE a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços prestados por terceiros. Refere-se a COSERN autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF - Autos de infração - No caso da COELBA, a Receita Federal procedeu ao lançamento de ofício cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimento no período de 09/1998 a 08/2002 realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) mediante a compensação com os valores a receber da união.

REFIS - Diferença cobrada pela Receita Federal entre o valor do débito consolidado e o valor declarado pela COELBA, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa.

PIS/COFINS - Correspondem a Autos de Infração e a Indeferimento de créditos contra a COELBA, como segue abaixo:

- Auto de infração cobrando o recolhimento das contribuições ao PIS e COFINS sobre as receitas decorrentes dos contratos de "hedge - swap," referente aos exercícios de 2000 a 2002, segundo o regime de competência contábil.
- Auto de Infração questionando o pagamento dos débitos de COFINS referente aos meses de novembro de 1998 e dezembro de 1998. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação.
- Indeferimento de Crédito - A Companhia compensou débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS ano-calendário 2002 sob o argumento que a COELBA foi autuada em decorrência da não tributação das receitas de SWAP nas bases de cálculo do PIS e COFINS.
- Indeferimento de Crédito - Notificação Fiscal - Em setembro de 2003, a Companhia efetuou o recolhimento a maior do que o devido de PIS e COFINS e utilizou esses créditos para compensar débitos fiscais federais posteriores formalizados através de Declarações de Compensações enviadas tempestivamente à Receita Federal.

COFINS - Processo judicial pela COSERN argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na COELBA os débitos de COFINS referentes

aos meses de janeiro e fevereiro de 1999 foram compensados com crédito de IRRF e não foram formalizados através da Declaração de Compensação. Na CELPE os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

IRPJ - Refere-se a auto de infração contra a COSERN onde se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório. Refere-se a autos de infração contra a CELPE, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Refere-se a COSERN dois autos de infração lavrados pelo Ministério da Previdência Social, onde se discute a cobrança de contribuição previdenciária e incidência de multa.

ITD - Auto de infração cobrando o pagamento do imposto sobre as doações de rede elétrica, bem como sobre a participação financeira do consumidor.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento.

• CELPE

Outras - Procedimento resultante de autuação fiscal contra a CELPE, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Ambiental

Contingência Ambiental	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado
Licença Ambiental	19.551	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.551
Total	19.551			19.551

A administração da Companhia firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi. As deliberações ambientais contidas no acordo, compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a Companhia desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R\$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

Os depósitos judiciais foram decorrentes de ação de execução de honorários advocatícios, movida por Raimundo Brito e Calazans, Advogados Associados, em 08 de maio de 2003, contratado para promover a impugnação da Lei nº 13.370, editada pelo Estado de Minas Gerais em 30 de novembro de 1990.

32.2. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Fiscais

PIS/COFINS (Alargamento da Base de Cálculo) - As controladas COELBA, COSERN, CELPE e ITAPEBI impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, em curso no Tribunal Regional Federal - 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. Os consultores jurídicos das Companhias atribuem uma probabilidade de ganho provável para a ação judicial. O montante histórico estimado do crédito pleiteado, corresponde a R\$ 79.792.

Na ITAPEBI os consultores jurídicos das Companhias atribuem uma probabilidade de perda remota para a ação judicial.

33. Outras contas a pagar

	Ref.	Consolidado 31/12/07	31/12/06
Consumidores		37.255	18.864
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		6.677	4.434
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(1)	27.603	35.531
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		10.571	11.771
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		4.621	3.315
Suprimento de Energia		6.601	3.354
Convênios		2.052	1.616
Adiantamento Estado		-	9.014
Caução em Garantia		22.433	10.728
Termo acordo CHESF	(2)	-	7.291
Encargos CBEE		4.216	5.573
Outras		40.508	18.574
Total		162.537	130.065
Passivo circulante		128.543	89.188
Passivo Não Circulante		33.994	40.877

(1) Fundo de Reserva constituído até 31 de dezembro de 2007, por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Coelba, patrocinado pela Companhia e pelos empregados e ex-empregados (aposentados), para atender a despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação do CDI e juros de 6% a.a..

(2) Acordo firmado em 20 de abril de 2006, no montante de R\$ 8.854 para a COELBA, R\$ 7.774 para a CELPE e R\$ 4.002 para COSERN, formalizando entendimentos comerciais relacionados aos Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados em janeiro de 2000 e setembro de 2002. O valor será pago em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no dia 15 de cada mês, corrigidas pelo IGPM e acrescidas de juros de 1% a.m, contados a partir de abril de 2006.

34. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Iberdrola Energia S.A.	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,00%
521 Participações S.A.	1.048.751	18,00%
BB - Banco de Investimentos S.A.	515.362	9,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	379.521	6,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	323.858	6,00%
Total	5.850.636	100,00%

Acionistas	R\$ Mil	
	Ações Ordinárias	
	Única	%
Iberdrola Energia S.A.	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,00%
521 Participações S.A.	849.490	18,00%
BB - Banco de Investimentos S.A.	417.444	9,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	307.412	6,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	262.326	6,00%
Total	4.739.025	100,00%

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste do Brasil e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Por conta disso, as controladas COELBA, COSERN, CELPE, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75,0%
COELBA	0039/2002	25,0%
CELPE	0155/2005	75,0%
CELPE	0039/2002	25,0%
COSERN	0148/2005	75,0%
COSERN	0038/2002	25,0%
ITAPEBI	0307/2003	75,0%
TERMOPE	0118/2005	75,0%
TERMOPE	0119/2005	75,0%

A COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2007, os valores de R\$ 198.603, R\$ 61.708, R\$ 37.390, R\$ 18.107 e R\$ 11.673 (R\$ 118.949, R\$ 11.297, R\$ 25.758, R\$ 14.190 e R\$ 17.179 em 2006 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. O valor correspondente da respectiva redução foi contabilizado como Reserva de Capital em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Na COSERN, a SUDENE deferiu novo pleito da Companhia para ampliação do percentual de redução do imposto de renda sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, através do Laudo Constitutivo nº 0148/2005, de 31 de maio de 2005. Em 5 de julho de 2005, através do Ato Declaratório Executivo nº 52, a Receita Federal reconheceu o direito da Companhia à redução do IRPJ e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, no percentual de 75%.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio. (vide nota explicativa nº 16).

Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros visa realização de investimentos futuros da Companhia.

Em 2005, a Neoenergia obteve a autorização para a construção das PCH's Goiandira e Nova Aurora, localizadas no estado de Goiás, e da UHE Baguari, localizada em Minas Gerais.

Em 2006, a Companhia participou do Leilão 002/2006 de Geração de Energia, e foi vencedora de dois empreendimentos: PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga.

Ainda em 2006, a Companhia adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III e a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, com participação de 46%.

Em 2007, a Neoenergia adquiriu a Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica - Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul							
	Goiandira	Nova Aurora	Baguari I	Corumbá III	Pirapetinga	Pedra do Garrafão	Dardanelos	Bahia PCH I
Participação da Neoenergia	100,00%	100,00%	51,00%	60,00%	75,00%	75,00%	46,00%	100,00%
Potência Instalada (MW)	27,00	21,00	140,00	93,60	16,50	17,00	261,00	25,00
Energia Assegurada (MWm)	17,09	12,37	81,40	50,90	11,31	11,50	154,90	19,62
Queda Bruta (m)	41,25	30,30	18,00	42,30	55,00	37,50	95,68	57,50
Área do Reservatório (Km²)	6,42	6,83	14,16	72,42	0,40	2,71	0,24	0,55

35. Fornecimento e suprimento de energia elétrica

	Consolidado				R\$	
	Nº de consumidores (*)		MW/h (*)		31/12/07	31/12/06
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06		
Consumidores:						
Residencial	6.792.036	6.606.545	8.212.451	7.605.144	3.365.019	2.991.397
Industrial	36.593	37.361	4.358.905	4.133.855	1.339.171	1.214.890
Comercial	523.285	532.764	4.704.794	4.476.017	2.152.893	1.971.955
Rural	401.030	398.179	1.898.505	1.700.873	366.518	326.063
Poder Público	70.394	67.985	1.144.468	1.158.601	490.204	465.814
Iluminação Pública	23.746	23.292	1.183.838	1.147.359	257.566	241.711
Serviço Público	8.882	8.111	1.430.098	1.391.891	372.335	341.335
Consumo Próprio	698	693	34.039	36.787	-	-
Suprimento	39	40	6	344	315.873	174.238
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(5.384)	(5.755)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(3.674.035)	(3.065.547)
Subtotal	7.856.703	7.674.970	22.967.105	21.650.871	4.980.160	4.656.101
Reversão da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	(211.950)	(194.839)
Receita (reversão) Reposicionamento Tarifário	-	-	-	-	(195.613)	48.685
Parcela de ajuste (transmissoras)	-	-	-	-	(31.191)	-
Reversão Energia Livre	-	-	-	-	(35.971)	(72.618)
Receita (reversão) de ativo regulatório	-	-	-	-	(30.170)	(64.952)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	3.955.738	3.328.407
Encargos CBEE	-	-	-	-	(214)	112
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	1.028.700	717.676	87.946	52.020
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	-	-	-	-	406.229	391.454
Outras receitas	-	-	-	-	100.321	72.733
Total	7.856.703	7.674.970	23.995.805	22.368.547	9.025.285	8.217.103

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário

• COELBA

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 456, de 18 de abril de 2007, fixou em 7,34% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 5,55% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 5,09% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte), com vigência no período de 22 de abril de 2007 a 21 de abril de 2008.

Do índice médio de 7,34%, o reajuste tarifário anual corresponde a 5,60% e os componentes financeiros externos ao reajuste correspondem a 1,74%.

• CELPE

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 459/2007, de 24 de abril de 2007, fixou em 12,45% o reajuste tarifário para a Companhia, período de vigência de 29 de abril de 2007 a 28 de abril de 2008.

O índice de reajuste homologado pela ANEEL teve impacto médio nas contas dos consumidores de 2,45%, devido ao fim da vigência dos ativos regulatórios reconhecidos em 2006, que representavam 10,75% da tarifa anterior.

O reajuste citado foi diferenciado conforme o nível de tensão. Os consumidores de baixa tensão tiveram aumento de 0,79%, enquanto que aos consumidores atendidos em alta tensão coube um índice médio de reajuste de 5,68%.

Com esse realinhamento entre baixa e alta tensão, que atende ao Decreto Presidencial nº 4.667, de 4 de abril de 2003, os consumidores residenciais deixam gradativamente de subsidiar os comerciais e industriais.

Nesse reajuste de 2007 foi considerado o repasse do parcelamento da revisão de 2005, no âmbito do mecanismo de diferimento da Parcela B.

• COSERN

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 454, de 18 de abril de 2007, fixou em 5,51% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 5,41% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros), e 5,81% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande portes), com vigência no período de 22 de abril de 2007 a 21 de abril de 2008.

Do índice médio de 5,51%, o reajuste tarifário anual corresponde a 3,33% e os componentes financeiros externos ao reajuste correspondem a 2,18%.

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Consumidores livres	281.703	262.860
Transferência entre atividades	3.674.035	3.065.547
Total	3.955.738	3.328.407

Outras receitas operacionais

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Renda da prestação de serviços	61.876	33.494
Arrendamentos e Aluguéis	22.459	21.150
Serviço taxado	8.986	6.271
Outras receitas	7.000	11.818
Total	100.321	72.733

36. Compra e venda de energia de curto prazo no âmbito da CCEE

	Consolidado			
	31/12/07		31/12/06	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Compra				
CCEE (*)	4.427.603	157.876	3.939.995	98.809
Ajustes	—	—	(272)	(5)
Total	4.427.603	157.876	3.939.723	98.804

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes

(*) CELPE - Compra estimada referente aos meses de novembro e dezembro de 2007

	Consolidado			
	31/12/07		31/12/06	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Venda				
CCEE (*)	1.024.820	84.999	717.635	52.349
Ajustes	3.880	2.947	41	(329)
Total	1.028.700	87.946	717.676	52.020

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(*) CELPE - Venda estimada referente aos meses de novembro e dezembro de 2007 e 2006.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram referendados pelas controladas.

37. Resultado operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado					
	31/12/07			31/12/06		
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total	
Receita Operacional Líquida	—	—	—	5.941.542	5.218.039	
Custos/Despesas Operacionais						
Pessoal	(112.061)	(84.647)	(145.574)	(342.282)	(334.818)	
Administradores	—	—	(10.456)	(10,456)	(10.199)	
Entidade de previdência privada	(6.561)	(3.437)	(3.762)	(13.760)	(14.115)	
Material	(44.278)	(2.446)	(3.135)	(49.859)	(48.551)	
Combustível para produção de energia	(35.048)	—	—	(35.048)	(46.507)	
Serviços de terceiros	(195.222)	(131.235)	(106.599)	(433.056)	(419.468)	
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(15.580)	(45)	—	(15.625)	(14.711)	
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(5.832)	—	—	(5.832)	(4.449)	
Energia elétrica comprada para revenda	(1.882.627)	—	—	(1.882.627)	(1.565.982)	
Encargos de uso do sistema transmissão	(303.602)	—	—	(303.602)	(374.815)	
Depreciação e amortização	(377.710)	(9.942)	(43.706)	(431.358)	(386.931)	
Arrendamentos e aluguéis	(4.448)	(1.626)	(3.631)	(9.705)	(15.817)	
Tributos	(921)	(1.596)	(27.900)	(30.417)	(29.068)	
Provisões Líquidas - PCLD	(37.472)	(40.730)	—	(78.202)	(90.787)	
Provisões Líquidas - Contingências	(1.553)	—	(12.559)	(14.112)	(9.606)	
Provisão para perda RTE	—	(16.525)	—	(16.525)	(3.803)	
Provisão para perda Energia Livre	—	(53.193)	—	(53.193)	—	
Outros	(7.928)	4.867	(37.132)	(40.193)	(39.843)	
Total custos/despesas operacionais	(3.030.843)	(340.555)	(394.454)	(3.765.852)	(3.409.470)	
Resultado do Serviço	(3.030.843)	(340.555)	(394.454)	2.175.688	1.808.569	
Resultado Financeiro	—	—	—	(240.786)	(286.517)	
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(339.831)	(248.784)	
Resultado Equivalência Patrimonial	—	—	—	(125.545)	(106.213)	
Resultado Operacional	(3.030.843)	(340.555)	(394.454)	1.469.527	1.167.055	
			Controladora	Consolidado		
Pessoal			31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Remunerações	—	—	—	—	188.796	179.897
Encargos sociais	—	—	—	—	86.038	85.838
Auxílio alimentação	7	6	7	6	15.389	14.697
Convênio assistencial e outros benefícios	—	—	—	—	16.384	17.642
Incentivo à aposentadoria e PDV	—	—	—	—	7.641	10.004
Provisão para férias e 13º salário	—	—	—	—	44.422	43.026
Plano de saúde	—	—	—	—	10.470	8.248
Contencioso trabalhista	—	—	—	—	11.753	18.052
Participação nos resultados	—	—	—	—	59.913	44.313
Encerramento de ordem em curso	—	—	—	—	2.996	3.704
(-) Transferências para ordens	—	—	—	—	(101.520)	(90.603)
Total			7	6	342.282	334.818

	Consolidado			
	31/12/07		31/12/06	
	R\$	MWh(*)	R\$	MWh(*)
Energia Elétrica Comprada para Revenda				
CHESF	585.013	6.691.713	463.909	6.553.680
CEEE	31.937	478.124	27.879	490.124
CESP	178.081	2.217.116	187.964	2.269.091
COPEL	110.662	1.658.110	102.924	1.627.798
DUKE	40.897	546.341	24.138	331.507
ELETRONORTE	127.814	1.740.205	73.021	1.197.174
EMAE	9.953	142.891	9.991	142.348
ENERGEST	3.623	55.627	3.567	57.740
CEMIG GERAÇÃO	73.679	962.452	73.207	993.215
FURNAS	472.371	6.624.082	491.376	6.579.339
LIGHT	35.106	597.486	34.907	617.587
CEAL	–	–	50	–
CCEE	157.876	4.427.603	98.804	3.939.723
Parcela A	96.912	–	73.834	–
Créditos Pis/Cofins	(142.291)	–	(125.898)	–
PROINFA	41.335	265.035	21.424	98.391
Outras	59.659	202.504	4.885	82.172
Total	1.882.627	26.609.289	1.565.982	24.979.889

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
	Encargos de uso do sistema de transmissão	
FURNAS	48.188	47.683
CTEEP	33.972	29.268
ELETRONORTE	22.420	19.831
CHESF	109.341	102.012
ELETROSUL	20.433	18.121
CEMIG	12.138	12.203
CEEE	9.162	8.107
ONS	2.535	2.465
NOVATRANS	10.519	6.922
TSN	9.790	6.392
COPEL	5.742	3.925
ETEO	1.628	–
ENTE	3.217	1.059
NTE	1.873	415
EXPANSION	3.046	1.082
ATE	1.840	405
STN	2.189	488
EATE	6.361	5.633
ITE	1.964	–
AT II	2.167	–
ENERGIPE	3.381	3.170
CVA encargos	(49.176)	48.507
Parcela de ajuste (transmissoras)	(13.634)	–
Crédito PIS/COFINS	(32.595)	(28.693)
Outros	87.101	85.820
Total	303.602	374.815

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Depreciação e Amortização				
Quota de depreciação e amortização no exercício	163	206	434.846	390.104
(–) Depreciação e Amortização transferida para ordens em curso	–	–	(3.440)	(3.173)
(–) Crédito PIS/COFINS	–	–	(48)	–
Depreciação e Amortização residual no resultado	163	206	431.358	386.931

	Controladora		Consolidado	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Outras Despesas Operacionais				
Seguros	9	14	7.276	7.733
Doações e contribuições	–	–	7.654	3.553
Recuperação de despesa	(186)	(31)	(39.109)	(38.919)
Transporte	–	–	102	131
Publicações e avisos de desligamentos	–	–	820	1.110
Órgãos de classe do Setor Elétrico	–	–	3.387	3.131
Despesas de viagem	47	39	7.075	7.256
Consumo próprio e energia elétrica	–	–	14.412	14.047
Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE	–	–	–	101
Propaganda e publicidade	1.093	991	7.105	15.672
Processo cível	–	494	12.238	20.451
Processo fiscal	–	–	2.649	184
Alimentação	–	–	101	32
Multas ANEEL	–	–	2.443	1.658
Encerramento de ordem em curso	–	–	1.143	658
Outros	2.262	807	12.897	3.045
Total	3.225	2.314	40.193	39.843

38. Resultado não operacional

	Consolidado	
	31/12/07	31/12/06
Ganho na desativação/alienação de bens e direitos	2.313	9.977
Perda na desativação/alienação de bens e direitos	(14.862)	(13.706)
Outras receitas (despesas) não operacionais	(402)	226
Total	(12.952)	(3.503)

39. Saldos e transações com partes relacionadas

Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Controladora					
			31/12/07			31/12/06		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	1.694	-	-	1.694	-	-
		Dividendos e JSCP	499.246	-	-	228.768	-	-
		Outros	28	-	-	28	-	-
		Total Coelba	500.968	-	-	230.490	-	-
CELPE	(2)	Contrato de Mútuo	-	-	-	-	-	7.870
		Dividendos e JSCP	167.905	-	-	184.655	-	-
		Outros	178	-	-	178	-	-
		Total Celpe	168.083	-	-	184.833	-	7.870
COSERN		Dividendos e JSCP	76.456	-	-	67.582	-	-
		Outros	1	-	-	1	-	-
		Total Cosern	76.457	-	-	67.583	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	74.260	-	-	95.310	-	-
		Outros	191	1	-	3.574	1	-
		Total Termopernambuco	74.451	1	-	98.884	1	-
TERMOAÇU S.A.	(3)	Contrato de Mútuo	62.077	-	4.463	59.743	-	2.135
	(1)	AFAC	-	-	-	14.777	-	-
		Total Termoaçú	62.077	-	4.463	74.520	-	2.135
ITAPEBI		Dividendos e JSCP	28.974	-	-	11.912	-	-
GERAÇÃO CIII		Outros	3	-	-	3.001	-	-
	(1)	AFAC	-	-	-	14.658	-	-
		Total Geração CIII	3	-	-	17.659	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	12.136	-	-	13.860	-	-
	(1)	AFAC	31	-	-	31	-	-
		Total NC Energia	12.167	-	-	13.891	-	-
AFLUENTE		Dividendos	13.052	-	-	27.912	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	8	-	-	84	-	-
GARTER	(1)	AFAC	2	-	-	2	-	-
BAGUARI		Outros	2	3.641	-	-	-	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC	460	-	-	-	-	-
		Outros	2	-	-	-	-	-
		Total Bahia PCH I	462	-	-	-	-	-
RIO PCH	(1)	AFAC	28.501	-	-	-	-	-
		Outros	2.585	-	-	-	-	-
		Total Rio PCH	31.086	-	-	-	-	-
NEOINVEST	(1)	AFAC	1.606	-	-	-	-	-
		Outros	86	-	-	-	-	-
		Outros	1.692	-	-	-	-	-
521 Participações		Outros	15	-	-	15	-	-
Iberdrola Energia do Brasil		Outros	-	4	-	-	4	-
Consolidado								
Empresas	Ref.	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amara Brasil	(4)	Adiantamento fornecedores	-	279	(604)	10	259	(521)
		Total Amara Brasil	-	279	(604)	10	259	(521)
Iberdrola Energia S.A.	(6)	Serviços Prestados	-	1.373	(5.577)	-	2.745	(632)
		Total Iberdrola Energia S.A.	-	1.373	(5.577)	-	2.745	(632)
Iberdrola Generacion		Serviços Prestados	-	117	(12.060)	-	69	(15.258)
		Total Iberdrola Generacion	-	117	(12.060)	-	69	(15.258)
Iberdrola Energia do Brasil	(5)	Serviços Prestados	-	8	(14.097)	1	20	(16.281)
		Total Iberdrola Energia do Brasil	-	8	(14.097)	1	20	(16.281)
Faelba		Constituição Patronal	1.692	-	(5.570)	-	-	(7.731)
Celpos	(7)	Contrato de mútuo	-	156.006	(7.906)	-	149.650	(6.644)
		Outras obrigações	-	36.963	(5.783)	-	28.454	(5.820)
		Total Celpos	-	192.969	(13.689)	-	178.104	(12.464)

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela NEOENERGIA.

(2) Refere-se à operação de mútuo com a controlada CELPE, celebrada em 19 de dezembro de 2005, corrigido pela taxa de 102% do CDI, que foi totalmente amortizada em fevereiro de 2006.

(3) Refere-se à operação de mútuo efetuada em 01 de dezembro de 2004, atualizado pelo IGP-M, ao adiantamento para futuro aumento de capital e à assunção das dívidas da TERMOAÇU com empresas do Grupo conforme Termo de Compromisso assinado entre os Sócios.

(4) Contrato nº 44113998 com a COSERN, vigência de 16 de dezembro de 2005 até 15 de maio de 2008. O mesmo é corrigido pelo IGP-M a cada 12 meses.

(5) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) da TERMOVERNAMBUCO, com vigência até 2016.

(6) Refere-se a valores a pagar por prestação de serviços de consultoria e assistência técnica de implantação da Central Termoelétrica prestados à TERMOAÇU, conforme contrato nº 010350 de 18 de dezembro de 2000. Sobre o saldo devedor incide variação cambial. Sobre o saldo em atraso, vem sendo acrescidos juros de mora equivalentes ao índice IGPM e taxa de 12% ao ano, por cada dia de atraso.

(7) Refere-se a contratos de mútuos de Benefícios Concedidos (vigência – dezembro de 2007), de Benefícios a Conceder (vigência – dezembro de 2023) e de Indenizações de perdas com imóveis (vigência – dezembro de 2005), atualizados pelo INPC+ 6%a.a.

40. Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas das controladas.

Atualmente a COSERN não possui dívida em moeda estrangeira.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2007, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

· Numerário disponível, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários – o valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores registrados aos balanços patrimoniais da controladora e suas controladas.

· As contas e títulos a receber de setores públicos, federais, estaduais e municipais (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo nas controladas, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 462.826 (R\$ 426.839 em 2006), líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa no consolidado. Não foi possível estimar os valores de mercado dos créditos vencidos, face às negociações em andamento que impossibilitam a previsão dos prazos de recebimento.

· Os ativos e passivos regulatórios das controladas estão registrados conforme critérios definidos pela ANEEL.

· Passivos de empréstimos e financiamentos – os valores de mercado foram calculados com base em taxas de mercado em vigor na data do balanço. Para os vinculados aos projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira, junto a instituições internacionais de desenvolvimento, assim como os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS e aos consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro.

· O contrato de mútuo obtido junto a Celpos pela Companhia, de conformidade com as normas estabelecidas para as entidades de previdência privada fechada, equivale ao valor de mercado para esse tipo de operação.

· Derivativos - os valores justos são calculados com base em preço de mercado de contratos comparáveis.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2007 e 2006 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/12/07		31/12/06	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Numerário disponível	453.533	366.013	153.840	153.840
Aplicações Financeiras	1.536.179	1.295.725	928.243	928.243
Títulos e valores mobiliários	94.085	23.845	70.605	70.605
Empréstimos e financiamentos	(2.307.352)	(921.248)	(2.086.936)	(2.104.609)
Debêntures	(2.001.873)	(363.348)	(2.167.523)	(2.197.199)
Instrumentos derivativos	(116.622)	(106.121)	(49.065)	(36.087)

Contratos de derivativos

Os contratos derivativos consolidados vigentes em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 das controladas COELBA e CELPE são como segue:

Tipo	Data dos contratos	Data de vencimento	Consolidado		Valor nacional agregado		Saldos contábeis de passivos em 31 de dezembro	
			Número dos contratos		31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
			31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Swap								
U.S./CDI	12/01/01	22/03/11	7	10	4.071	21.314	7.021	6.150
U.S./CDI	11/07/06	26/06/13	3	3	150.000	150.000	63.035	7.918
U.S./IGPM	30/07/04	27/01/14	13	15	15.831	19.795	46.302	34.997
U.S./Reais	28/12/07	30/06/08	1	–	982	–	21	–
U.S./Reais	28/12/07	30/06/08	1	–	11.879	–	243	–
U.S./Reais	27/07/06	03/01/07	–	1	–	15.929	–	958
			25	29	182.763	207.038	116.622	50.023

Fatores de risco

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Moeda estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. As controladas COELBA e CELPE, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas, a que estão sujeitos seus passivos em moeda estrangeira, não afetem seus resultados e fluxos de caixas, possuem, em 31 de dezembro de 2007, operações de “swap” cambial, representando 100% e 98,61%, respectivamente, do endividamento em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as controladas COELBA e CELPE apuraram um resultado líquido nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 82.684 (em 2006 R\$ 163.713) e R\$ 4.358 (em 2006, R\$ 35.690), respectivamente.

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge"/"swap" contra este risco. Porém, as mesmas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamento e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiro em determinados níveis. O descumprimento dessas restrições podem implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 26 e 27).

Risco quanto a Escassez de energia

A energia adquirida e vendida pelas Controladas é basicamente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento de custo na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Devido ao nível atual dos reservatórios, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS, não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

41. Compromissos

Os compromissos das controladas relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

	<u>Vigência</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>Após 2013</u>
Contrato de compra de energia	2009 a 2041	2.857.066	3.211.182	3.508.442	3.766.288	3.155.812	43.129.415

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço contratado no final do período. Esses montantes incluem contratos principalmente com a TERMOPERNAMBUCO, CHESF, CESP, FURNAS, COPEL, ELETRONORTE e outros.

COELBA

A Companhia possui contratos bilaterais de longo prazo para suprimento futuro de energia elétrica, firmados antes da edição do Novo Modelo do Setor Elétrico, gerando compromissos de compra de energia futuro.

Com o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que regulamentou a comercialização de energia elétrica no âmbito do Novo Modelo do Setor Elétrico, a ANEEL passou a promover leilões no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, operacionalizado pela CCEE para a contratação de energia elétrica de longo prazo pelos agentes de distribuição do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nos exercícios de 2004 a 2006, a Companhia participou de leilões de energia de empreendimentos existentes e novos (energia nova), onde foram comercializados lotes de energia para suprimento futuro.

A vigência desses contratos de compra de energia varia de 6 a 30 anos. As taxas fixadas em tais contratos são determinadas de maneira a cobrir as despesas operacionais, bem como os custos de transmissão de energia. Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço no final do exercício de 2007.

42. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

• COELBA

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora. Esse plano está fechado a novos participantes desde 1998.

A contribuição da Patrocinadora COELBA para o plano de Benefício Definido corresponde a 8,89% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (soma dos salários reais de contribuição) dos quais 6,76% corresponde a contribuição normal e de risco e 2,13% a cobertura das despesas administrativas da FAELBA.

A partir de outubro de 1998, a FAELBA, passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de contribuição definida, cuja adesão foi superior a 98% dos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora para o plano de Benefício Definido corresponde a 8,93% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (soma dos salários reais de contribuição) dos quais 6,76% corresponde à contribuição normal e de risco e 2,17% a cobertura das despesas administrativas da FAELBA

• CELPE

A Companhia é patrocinadora da Fundação Celpe de Seguridade Social – CELPOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão em conformidade com planos de benefícios previdenciários a que estiverem vinculados.

No exercício de 2005, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS por meio da Portaria Nº 285 de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2005, o Regulamento que tem por finalidade instituir o Plano Misto I de Benefícios, doravante designado Plano CD, estabelecendo normas, pressupostos, condições e requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2005, foi aprovada a data de 31 de janeiro de 2006, para entrada em vigor do Plano CD, com prazo de 90 dias, a contar daquela data, para as adesões. Em cumprimento ao que determina a legislação vigente, o novo plano de benefícios foi oferecido aos participantes que ainda não se encontram em benefício e aos futuros. O processo de adesão, por parte dos atuais participantes foi de forma voluntária, resultando na adesão de aproximadamente 22%.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC/MPS, através do Ofício nº 2716/2005/SPC/DETEC/CGAT, de 30 de dezembro de 2005, o Novo Regulamento do Plano de Benefícios Definidos – Plano BD visando adequar-se às Leis Complementares nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001. A sua vigência, nos termos do Art. nº 63 do citado Regulamento ocorreu na mesma data de entrada em vigor do Plano CD, ou seja, 31 de janeiro de 2006, ficando a partir dessa data fechado a novas adesões.

Ao longo do exercício de 2006, considerando a população remanescente de participantes e assistidos do Plano de Benefício Definido (Plano BD) após a conclusão da migração para o Plano CD, realizou-se um estudo de aderência de tábua de mortalidade geral

e de mortalidade de inválidos, sendo adotadas as seguintes alterações: a tábua de mortalidade que era AT-49 passou a ser GAM-83 masculina e a tábua de mortalidade de inválidos foi alterada de IAPB55 para GAM-71 masculina.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 5.661 (R\$ 5.687 em 2006).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios concedidos	-	9.203	-	-
Benefícios a conceder	9.750	-	146.256	140.447
Subtotal	9.750	9.203	146.256	140.447
Contribuição da patrocinadora				
Obrigações atuariais	-	-	33.920	25.035
Participação ativos	2.410	2.116	-	-
Desligados PDV	142	267	491	648
Subtotal	2.552	2.383	34.411	25.683
Empréstimos a empregados e consignações	-	388	-	-
Total	12.302	11.974	180.667	166.130

• COSERN

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o Plano de Benefícios Previdenciários a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (das patrocinadoras e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano. No plano previdenciário de Benefício Definido, eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da patrocinadora.

A partir de março de 1999, a FASERN passou a adotar novo plano de benefício previdenciário de Contribuição Definida, no qual encontram-se atualmente todos participantes ativos.

O plano contempla benefícios de risco com cobertura para invalidez e morte totalmente custeados pela patrocinadora, aos empregados ativos participantes do plano. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, pagamento único. Por suas características, o plano previdenciário de contribuição definida não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Patrocinadora COSERN para o plano de Contribuição Definida corresponde a 5,66% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,58% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,27% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

A partir de janeiro de 2005, em virtude da utilização de parte do Superávit Técnico, registrado como Reserva para Ajuste do Plano, para eliminar as contribuições dos Assistidos e do Patrocinador, a COSERN foi dispensada do recolhimento dos valores pertinentes a Reserva a Constituir do Plano de Benefício Definido.

A partir de junho de 2005, com a aposentadoria do último participante ativo do Plano de Benefício Definido, a COSERN deixou de efetuar qualquer contribuição para este Plano.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício para as controladas foram as seguintes:

	31/12/07			31/12/06		
	FAELBA	FASERN	CELPOS	FAELBA	FASERN	CELPOS
Custo do Imobilizado em Curso	576	-	387	554	-	537
Despesas Operacionais	5.570	1.435	5.396	7.177	718	5.283
Total	6.146	1.435	5.783	7.731	718	5.820

Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido, em 31 de dezembro de 2001, foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM através do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002. A CELPE optou por registrar o ajuste dos passivos referentes ao complemento do serviço passado do plano em bases prospectivas diretamente no resultado em até 5 anos. A CELPE conservadoramente apropriou 4 anos, no total de R\$ 112.112, e a parcela final, de R\$ 25.035, em setembro de 2006.

Os pareceres atuariais da FAELBA, CELPOS e FASERN, emitidos por atuários independentes, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2007 e 2006 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Plano de Benefícios Definido						
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	215.913	191.153	57.200	50.568	526.258	449.145
Valor presente das obrigações atuariais com direitos a vencer	6.331	5.850	-	-	138.754	140.716
Obrigações atuariais total com o plano	222.244	197.003	57.200	50.568	665.012	589.861
Valor justo dos ativos do plano	(314.752)	(302.630)	(81.149)	(75.690)	(378.519)	(318.314)
Valor presente das obrigações atuariais líquidas	(92.508)	(105.627)	(23.949)	(25.122)	286.493	271.547
Passivo (ativo) líquido no balanço patrimonial	75.970	62.374	20.125	17.553	(181.312)	(177.716)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	(16.538)	(43.253)	(3.824)	(7.569)	105.181	93.831
Passivo na adoção da Deliberação CVM 371 não reconhecido	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais não reconhecidas	(16.538)	(43.253)	(3.824)	(7.569)	105.181	93.831

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido						
Custo do serviço corrente	74	76	–	–	5.336	5.106
Juros sobre as obrigações atuariais	19.624	19.338	5.046	4.952	69.560	70.756
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(28.135)	(30.154)	(7.249)	(7.525)	(44.693)	(37.719)
Custos de amortizações	–	(2.136)	–	–	4.502	3.825
Contribuição dos empregados	(80)	(79)	–	–	(2.714)	(2.834)
Custo esperado estimado para o ano 2007/2008	(8.517)	(12.955)	(2.203)	(2.573)	31.991	39.134
	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Principais premissas atuariais						
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,20%	10,24%	9,20%	10,24%	10,77%	12,36%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,20%	10,24%	9,20%	10,24%	16,78%	12,36%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	4,00%	7,12%	N/A	N/A	5,83%	7,35%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,50%	6,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%	97,00%
Tábua geral de mortalidade						GAM-83
	AT-83	AT-83	AT-83	AT-83	UP-94	Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	UP-84	GAM-71
						Masculina
Tábua de entrada de invalidez	Light - Média	Light - Média	N/A	N/A	Light - Média	Light - Média

O superávit apresentado nos planos previdenciários de benefício definido da fundação FAELBA e FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para as controladas. As controladas não reuniram condições estabelecidas na legislação para reconhecimento contábil e utilização desse superávit.

Outros Benefícios

Tanto na COELBA, CELPE e COSERN, além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 2007, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 30.850 (R\$ 29.342, em 2006) para COELBA, R\$ 11.980 (R\$ 11.636 em 2006) para CELPE e o montante de R\$ 6.488 (R\$ 5.633 em 2006) para COSERN.

43 - Eventos subsequentes

A Companhia adquiriu das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A a participação de 51% que ambas detinham na Empresa de Transmissão de Energia de Santa Catarina S/A - SC ENERGIA e na Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A - RS ENERGIA, assumindo o controle das duas Linhas de Transmissão nesses estados, as quais perfazem uma extensão total de 620 km.

A SC ENERGIA tem 360 km e liga as Subestações (SE) Campos Novos e Blumenau, passando pela SE Biguaçu, em Santa Catarina. A RS ENERGIA com 260 km, será construída em 2008, ligando a SE Blumenau à SE Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. A aquisição está sujeita ao exercício do direito de preferência de compra da participação pela acionista Eletrosul, assim como à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outras autoridades responsáveis e das instituições financiadoras da operação.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Sobral Pires Chaves - **Presidente**
Fernando Becker Zuazua Gonzalo Pérez Fernández
Luciana Freitas Rodrigues Lísio Fábio de Brasil Camargo
Edimar Rodrigues Abreu Eduardo Capelastegui Saiz
Francisco Cláudio Duda Valmir Marques Camilo
Joaquim Augusto Nunes de Pina Moura

Suplentes

Joilson Rodrigues Ferreira Valeriano Durval Guimarães Gomes
Mário Magalhães de Souza Santiago Martínez Garrido
Mônica Romero Monteiro Marinho Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Paulina de Menezes Berwanger Antônio Martínez Atienza
Josemar Meireles Grilo Mônica Grau Domene

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto de Araújo
Presidente

Luiz Gustavo Braz Lage Francesco Gaudio

Suplentes

Asclépius Ramatis Lopes Soares
Luiz Roberto de Abreu Dias

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
Diretor - Presidente

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle

Carlos Eduardo Gonzalez Baldi
Diretor de Geração
Gonzalo Gómez Alcántara
Diretor de Distribuição

Erik da Costa Breyer
**Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores**
Roseli Schilagi
Diretora de Gestão de Pessoas
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretora de Regulação

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira
CRC MG - 068369/O - 0 T-RJ

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Neoenergia S.A.**, tendo examinado, em reunião desta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2007, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Balanço Social, bem como Proposta de Destinação de Lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo Contador da Companhia e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young e do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2008

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Conselho Fiscal da NEOENERGIA S.A., dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, de Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Balanços Sociais.

Com fundamento nas análises realizadas e no Parecer dos Auditores Independentes, opina este Conselho no sentido de que as Demonstrações Financeiras, acima referidas, estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2008

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da

Neoenergia S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial da Neoenergia S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Neoenergia S.A. e empresas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e empresas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e empresas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada da Neoenergia S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia e empresas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 19 de janeiro de 2007, porém contendo ênfases referentes aos assuntos regulatórios descritos nas Notas 8, 11 e 35.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 2008

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2-SP 015199/O-6 - F - RJ

Paulo José Machado

Contador CRC-1RJ 061.469/O - 4

 **ERNST & YOUNG**